



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E URBANO  
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL**

**ADELMO BITTENCOURT PEREIRA**

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL E SUA  
INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE  
CASO DA SICOOB SERTÃO, PINTADAS – BA**

Salvador  
2008

**ADELMO BITTENCOURT PEREIRA**

**COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL E SUA  
INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE  
CASO DA SICOOB SERTÃO, PINTADAS – BA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutora Débora de Lima Nunes Sales

Salvador  
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS)

Pereira, Adelmo Bittencourt

Cooperativismo de crédito rural e sua influência no desenvolvimento local: estudo de caso da Sicoob Sertão, Pintadas - BA / Adelmo Bittencourt Pereira. - 2008.

168 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Salvador – UNIFACS. Curso de Mestrado em Análise Regional, 2008

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora de Lima Nunes Sales.

1. Cooperativas. 2. Cooperativas de crédito. 3. Crédito rural. 4. Agricultura familiar. 5. Desenvolvimento econômico - Bahia I. Sales, Débora de Lima Nunes, orient. II. Universidade Salvador – UNIFACS. III. Título.

CDD: 338.458142

## TERMO DE APROVAÇÃO

**ADELMO BITTENCOURT PEREIRA**

### **COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DA SICOOB SERTÃO, PINTADAS – BA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em  
Análise Regional, Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca  
examinadora:

Débora de Lima Nunes Sales – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Urbanismo – Université de Paris XII – França  
Universidade Salvador – UNIFACS

Alcides dos Santos Caldas \_\_\_\_\_  
Doutor em Geografia – Universidade de Compostela - Espanha  
Universidade Salvador – UNIFACS

Gabriel Kraychete Sobrinho \_\_\_\_\_  
Mestre em Economia – Universidade Federal da Bahia- UFBA  
Universidade Católica do Salvador - UCSal

Salvador, 16 de setembro 2008

Dedico este trabalho aos milhões de agricultores (as) brasileiros que primam por empreenderem importantes lutas pela democratização do acesso à terra, à educação, aos recursos financeiros e técnicos importantes para garantir condições dignas de vida a si e a suas famílias.

À minha amada mãe (*in memoriam*) e ao meu pai com seu jeito especial de ser se constitui em humano ser, no sentido lato da palavra.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho se constitui em importante testemunho de superação de inúmeras adversidades por parte de pessoas simples para se tornarem sujeitos de sua própria história.

À equipe do Mestrado de Análise Regional e à turma que juntos procuram socializar o conhecimento aos que se unem à caminhada em busca de uma formação educacional de qualidade.

Aos sócios fundadores da Sicoob Sertão, pioneiros de um processo de lutas pela democratização do acesso aos serviços financeiros no município de Pintadas.

À dedicada equipe da Sicoob sertão, que contribuiu de forma decisiva para esclarecer em qual contexto a cooperativa de crédito se insere na economia do município de Pintadas: Milton, gestor consciente e humano, Rejane, Romildo, José do Carmo, colaboradores próximos, que vestem a camisa da entidade.

Aos companheiros Dernival e Daniel testemunhos vivos das lutas populares no município de Pintadas e sujeitos ativos no processo de superação das adversidades vividas por seus conterrâneos Pintadenses.

À Antônio Carlos, Elza Kraychete, Gerônimo, Suzete, importantes apoios no processo de construção do conhecimento aqui representado.

À professora Débora Nunes, educadora consciente de seu papel enquanto orientadora educacional.

Muito obrigado

“Quem canta sua aldeia, universaliza-se”.  
João Bosco, Cantor e compositor.

## RESUMO

As cooperativas de crédito vêm expandindo suas atividades no Brasil proporcionando a inclusão bancária a um contingente de pessoas no meio urbano e rural, muitas das quais jamais possuíram relacionamento com algum banco. No meio rural, através da cooperativa de crédito rural, o agricultor tem acesso a crédito e demais serviços financeiros que os bancos de varejo oferecem, porém as cooperativas operam com taxas de juros mais acessíveis. O perfil solidário da instituição se aproxima do agricultor procurando entender sua realidade objetivando atender suas necessidades por disponibilidade de recursos importantes para a melhoria de suas condições gerais de vida e trabalho. Este trabalho procura traçar um perfil do movimento cooperativo de crédito rural da agricultura familiar, tendo por base a atual situação da agricultura familiar no Brasil e suas fontes de financiamento, assim como a formação de uma nova mentalidade em relação ao processo de desenvolvimento do território sob bases locais. Neste sentido, procura-se verificar as influências que as instituições cooperativas de crédito apresentam como agentes a serviço do desenvolvimento local para as comunidades rurais atendidas. Para tanto, foi desenvolvido o estudo de caso da Sicoob Sertão, cooperativa de crédito rural do município de Pintadas, município da região do Semi-árido baiano. O estudo objetivou analisar a influência da cooperativa na dinâmica econômica do município, uma vez que se tornou o principal agente financeiro no município, desde que foi fechada a única agência bancária do município em dezembro de 1996.

**Palavras-chave:** Cooperativas. Cooperativas de crédito rural. Crédito rural. Agricultura familiar. Desenvolvimento local.

## ABSTRACT

The credit cooperatives come expanding its activities in Brazil providing the bank inclusion to a contingent of people in the urban and rural way, many of the which never possessed relationship with some bank. In the rural way, through the cooperative of rural credit, the farmer has access to credit and too much financial services that the retail banks offer, even so the cooperatives operate with more accessible interest rates. The solidary profile of the institution approaches of the farmer trying to understand its reality objectifying to assist its needs for readiness of important resources for the improvement of its general conditions of life and work. This work tries to trace a profile of the cooperative movement of rural credit of the family agriculture, tends for base the current situation of the family agriculture in Brazil and its financing sources, as well as the formation of a new mentality in relation to the process of development of the territory under local bases. In this sense, it tries to verify the influences that the cooperative institutions of credit present as agents to service of the local development for the assisted rural communities. For so much it was developed the study of case of Sicoob Sertão, cooperative of rural credit of the Colored municipal district, municipal district of the area of the Semi-arid from Bahia. The study objectified to analyze the influence of the cooperative in the economic dynamics of the municipal district, once the cooperative became the main financial agent in the municipal district, since it was shut the only bank agency of the municipal district in December of 1996.

**Keywords:** Cooperatives. Cooperatives of rural credit. Rural credit. Family agriculture. Local development.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do total de operações de créditos na área bancária do sistema financeiro (%)	76
Tabela 2 – Principais indicadores apresentados pelos três maiores sistemas cooperativos de crédito	84
Tabela 3 – Principais indicadores apresentados pelo Ancosol	87
Tabela 4 – Principais indicadores apresentados pelo Sistema Cresol	90
Tabela 5 – Principais indicadores apresentados pelo Sistema Crehnor	94
Tabela 6 – Renda total por unidade de área, segundo a Região e a Categoria	110
Tabela 7 – Pessoal ocupado no campo em estabelecimentos rurais da agricultora familiar	111
Tabela 8 – Contratos e montante do crédito rural do Pronaf por ano fiscal	117
Tabela 9 – Principais indicadores relativo às atividades das cooperativas ligadas a Ascoob	135
Tabela 10 – Evolução das atividades financeiras da Sicoob Sertão	147
Tabela 11 – Número de cooperados e capital social por PAC – Sicoob Sertão	150
Tabela 12 – Distribuição dos valores emprestados por tipo de crédito e por PAC – Sicoob Sertão	151
Tabela 13 – Carteiras de empréstimos Recursos Próprios Livres agência de Pintadas – Sicoob Sertão	152

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características das cooperativas do tipo <i>Raiffeisen e Luzzatti</i> – Decreto 22.239/32	55
Quadro 2 – Cronologia normativa das cooperativas de crédito rural	62
Quadro 3 – Instituições representativas do cooperativismo de crédito	72
Quadro 4 – Unidades de atendimento ao cooperado	74
Quadro 5 – Atribuições do Sistema Unicred do Brasil	83
Quadro 6 – Características das agriculturas patronal e familiar	108
Quadro 7 – A magnitude da agricultura familiar brasileira	109
Quadro 8 – Evolução normativa do Pronaf	115
Quadro 9 – Instituições integrantes da Rede Pintadas	127
Quadro 10 – Instituições parceiras da Rede Pintadas	128
Quadro 11 – Cooperativas integrantes da Ascoob e as principais parcerias que as originaram	131
Quadro12 – Serviços básicos ofertados – Sicoob Sertão	141
Quadro13 – Pagamento de títulos e faturas – Sicoob Sertão	142
Quadro14 – Empréstimos com recursos próprios – Sicoob Sertão	142
Quadro15 – Financiamentos com recursos próprios e recursos de repasse – Sicoob Sertão	143

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo organizacional/estados atendidos Sicoob	79
Figura 2 – Modelo organizacional/estados atendidos Sicredi	81
Figura 3 – Modelo organizacional/estados atendidos Unicred do Brasil	83
Figura 4 – Regiões de atuação Ancosol	88
Figura 5 – Localização das cooperativas de crédito e PACs da Ascoob	133

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do número de cooperativas no Brasil (1990-2007)	44
Gráfico 2 – Evolução do número de cooperativas no Brasil (1990-2005)	45
Gráfico 3 – Cooperativas por Região	46
Gráfico 4 – Evolução percentual dos empreendimentos cooperativos no Brasil, por segmento de atuação	49
Gráfico 5 – Cooperativas por forma de associação	56
Gráfico 6 – Decomposição do <i>spread</i> bancário (%)	69
Gráfico 7 – Evolução do número de cooperativas de crédito no Brasil (1940-2006)	75

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
Ancosol	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Solidária
ANCC	Associação Nacional de Cooperativas de Crédito Familiar e Solidária
Apaco	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
Ascoob	Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Popular
Assesoar	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
Bacen	Banco Central do Brasil
Bancoob	Banco Cooperativo do Brasil
Baneb	Banco do Estado da Bahia
Bansicredi	Banco Cooperativo Sicredi
Baser	Base Central de Serviços
BB	Banco do Brasil
BNCC	Banco Nacional de crédito Cooperativo
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia
CCA/UFSC	Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina
CCSP	Centro Comunitário de Serviços de Pintadas
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAGRI	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais
CEPAGRO	Centro de Promoção e Estudo da Agricultura de Grupo
Cetra	Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador
CMN	Conselho Monetário Nacional
COFINS	Contribuição para Fins Sociais
Colac	Confederação Latino-Americana de Cooperativas de Economia

e Crédito

Coelba	Companhia Energética do Estado da Bahia
Concrab	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
Confetrás	Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOAP	Cooperativa Agropecuária de Produção
COPON	Comitê de Política Monetária
Cresol	Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Intenção Solidária
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Desenbahia	Agencia de Fomento do Estado da Bahia
DNRC	Departamento Nacional de Registros Comerciais
DNTR/CUT	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
Ecosol	Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário
Emater/Ba	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
Emater/RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO	Fundo Constitucional do Centro Oeste
Febraban	Federação Brasileira dos Bancos
Fetaeg	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás
Fetaes	Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Espírito Santo
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
FGS	Fundo Garantidor Sicoob
FNE	Fundo Constitucional do Nordeste

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICBA	Associação Internacional dos Bancos Cooperativos
Ider	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMF	Instituições de Microfinanças
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Integrar	Sistema Integrado das Cooperativas de Crédito de Economia Solidária
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA	Índice de Preço ao Consumidor Amplo
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Sem Terra
NCC	Novo Código Civil Brasileiro
NGC	Nova Geração de Cooperativas
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCE	Organizações das Cooperativas Estaduais
OCEMIG	Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
OFL	Organização Financeira Local
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Posto de Atendimento Cooperativo
PAT	Posto de Atendimento Transitório
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado
Pnuma	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Procapcred	Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito
PRODEAGRO	Programa e Desenvolvimento Agro-ambiental do Estado do Mato Grosso
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado
Promic	Programa de Microcrédito
Provap	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
Pronaf	Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SCC	Sistemas Cooperativos de Crédito
SCM	Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Serviço Estadual de Informações
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Serasa	Empresa Brasileira de Análise de Crédito
Sicoob-Ba	Cooperativa Central de Crédito da Bahia
Sicoob Brasil	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
Sicoob Sertão	Cooperativa de Crédito Rural do Município de Pintadas
Sicredi	Sistema de Crédito Cooperativo
Sicredi-Mg	Sistema de Crédito Cooperativo de Minas Gerais
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SFN	Sistema Financeiro Nacional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência de Moeda e Crédito
Vianeí	Centro Vianeí de Educação Popular
WOCCU	Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito
UNICORP	Rede de Universidade das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos
Unicred	Confederação das Cooperativas Centrais Unicreds

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	19
<b>2 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS</b>	27
2.1 FORMA E ESTRUTURA DA PESQUISA	28
<b>3 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL</b>	32
3.1 ANTECEDENTES DO COOPERATIVISMO	32
3.1.1 Os pioneiros do cooperativismo moderno	36
3.1.2 Os princípios fundamentais do cooperativismo	37
3.1.3 Desvios do cooperativismo	38
3.1.4 A importância estratégica do cooperativismo	40
3.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL	42
3.2.1 A expansão do cooperativismo no Brasil	43
3.2.2 A criação do marco regulatório do cooperativismo brasileiro	50
3.2.3 As mudanças legais e a nova geração de cooperativas	52
3.3 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO	53
3.3.1 O cooperativismo de crédito no Brasil	54
3.3.2 O cooperativismo de crédito e a nova orientação política para as microfinanças no Brasil	57
3.3.3 Cooperativismo de crédito rural e as mudanças legais em curso	57
3.3.3.1 A cronologia normativa para o cooperativismo de crédito rural	62
3.3.4 Princípios de sustentabilidade de uma cooperativa de crédito rural	68
3.3.5 Análise dos <i>spreads</i> : a formação dos custos do setor bancário x cooperativismo de crédito rural	68
3.4 ESTRUTURA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL	71
3.4.1 Instituições representativas do cooperativismo de crédito rural	71
3.4.2 Unidades administrativas e de atendimento	73
3.4.3 Principais atores do cooperativismo de crédito rural no Brasil	76
3.4.3.1 Os Sistemas organizados em Confederações	74
3.4.3.2 Os Sistemas de Crédito Cooperativo não-confederados	84
3.5 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	99
3.5.1 A concepção de desenvolvimento em bases locais: mudança de foco no padrão de acumulação	99
3.5.2 Sociedade civil organizada e as parcerias com os poderes públicos para a consecução do desenvolvimento local	102
3.5.3 A atuação da cooperativa de crédito rural como pequeno banco de desenvolvimento local	104
<b>4. AGRICULTURA FAMILIAR</b>	106

4.1 PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	106
4.1.1 A importância da sociedade civil organizada enquanto orientadores das políticas públicas para a agricultura familiar	106
4.1.2 A agricultura familiar enquanto categoria econômica: a formalização do setor	107
4.1.3 A importância estratégica da agricultura familiar para o meio rural brasileiro	109
4.2 AGRICULTURA FAMILIAR E O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL	111
4.2.1 O cooperativismo de crédito rural e a democratização do acesso a serviços financeiros no meio rural	113
4.3 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO DO PRONAF PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	111
4.4 MUDANÇA DE VISÃO EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL	117
4.4.1 Agricultura familiar e o desenvolvimento local	118
<b>5 SICOOB SERTÃO: COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE PINTADAS</b>	120
5.1 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PINTADAS	120
5.2 O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA EM PINTADAS: DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS À FORMAÇÃO DA REDE PINTADAS.	123
5.2.1 A Luta do Lameiro	124
5.2.2 A formação da Rede Pintadas	127
5.3 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL NA BAHIA	130
5.3.1 Ascoob e cooperativismo de crédito rural na região do semi-árido	130
5.3.2 A relação Ascoob/Sicoob	136
5.4 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA SICOOB SERTÃO	137
5.4.1 A consolidação das atividades da sicoob sertão: uma força a serviço do desenvolvimento local no município de Pintadas	139
5.4.2 Os serviços ofertados pela Sicoob Sertão	140
5.4.3 As ações na área de educação e cultura desenvolvidas pela Sicoob Sertão	144
5.4.4 A evolução das atividades financeiras da Sicoob Sertão	144
5.5 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PINTADAS	155
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	157
<b>REFERÊNCIAS</b>	161
<b>APÊNDICE A</b>	166

## 1 INTRODUÇÃO

O crédito, para as economias capitalistas, é considerado um instrumento estratégico no processo de geração de riquezas e desenvolvimento. As empresas utilizam o crédito para investir na modernização e ampliação de suas atividades produtivas, gerando mais emprego e renda. As famílias empregam o crédito para a aquisição de bens de consumo (casa própria, veículos, móveis e utensílios, além de vestuário e alimentos) objetivando melhorar sua qualidade de vida. Os governos, por sua vez, utilizam o crédito em seus gastos com obras de infra-estrutura nas nações (saneamento básico, construção de hospitais, estradas, escolas, etc.) sendo um fator de contribuição para o desenvolvimento.

Costuma-se relacionar o volume de crédito ofertado numa economia com o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma das riquezas anualmente geradas no país. Segundo dados do Banco Central (Bacen), o Brasil vem experimentando crescimento deste indicador durante os anos 2000. Em 2004, verificou-se uma relação crédito/PIB de 24,5%, sendo que, em 2007, a relação foi de 34,7%. Os técnicos do Bacen projetam uma relação da ordem de 37% do PIB para o ano de 2008. Embora o Brasil venha apresentando, na atual década, crescimento neste indicador, verifica-se, no entanto, uma posição de desvantagem nacional comparada a países considerados emergentes, a exemplo de países do Sudeste Asiático, cuja relação é superior a 100%, como a Malásia, Coréia do Sul e Tailândia. Já países desenvolvidos como Japão e Estados Unidos possuem relação de cerca de 190% do PIB.

Os bancos públicos e privados são instituições financeiras, entre a gama de instituições existentes no Sistema Financeiro Nacional (SFN)<sup>1</sup>, que tradicionalmente fornecem créditos que influenciam diretamente a relação crédito/PIB, porém sua

---

<sup>1</sup> O SFN é composto de instituições financeiras que intermedeiam recursos entre poupadores e tomadores nos chamados mercado financeiro e de capitais. Por definição da Lei nº. 4.595/64, em seu artigo 17, considera-se instituições financeiras públicas ou privadas aquelas que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. Segundo o artigo 18 da Lei nº. 4.595/64 as instituições financeiras necessitam para operarem no mercado financeiro nacional de prévia autorização do Bacen ou por decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.

São consideradas instituições componentes do SFN, os bancos estatais e privados, as cooperativas de crédito, caixas econômicas, sociedades de investimento, crédito e financiamento (financeiras e administradoras de cartões de crédito), as administradoras de títulos de capitalização e companhias de seguros, além das bolsas de valores que atuam no mercado de capitais (negociando ações das empresas) e no mercado de futuros (negociando contratos futuros de compra e venda de safras de grãos e outras mercadorias de grande valor nos mercados nacional e internacional).

ação limitada na oferta de crédito no Brasil, faz com que se busque alternativas para superar a exclusão de milhões de brasileiros ao crédito. Entre as alternativas existentes se encontram desde as financeiras e administradoras de cartões de crédito às Organizações Financeiras Locais (OFLs). Estas últimas são instituições sem fins de lucro e que atuam ofertando serviços financeiros à população de baixa renda.

Como exemplo das OFLs podemos citar os fundos rotativos informais, administrados por Organizações Não Governamentais (ONGs) ou prefeituras, os bancos comunitários informais, administrados por Associações de Moradores, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) que administram carteiras de microcrédito para micro empreendedores, as cooperativas de crédito, dentre outras instituições formais e não formais.

Entre as instituições acima citadas as cooperativas de crédito se destacam como a experiência mais próxima do sistema formal de intermediação financeira, ligadas ao SFN e reguladas pelo Bacen. Estas entidades, formadas por uma associação de pessoas, funcionam como agências bancárias, cujo objetivo é a democratização do acesso ao crédito e aos demais serviços financeiros. Estas entidades em sua grande maioria atuam principalmente no meio rural junto à população de poder aquisitivo menor, que não sustenta as altas taxas de juros praticados pelas instituições bancárias.

Apesar da existência de alternativas aos bancos como instituições ofertantes de serviços financeiros que influenciam a relação Crédito/PIB no Brasil, se observam alguns fatores específicos na economia que influenciam negativamente este indicador. Inicialmente podemos citar as altas taxas de juros praticadas pelos bancos na oferta de crédito que, segundo Candiota (2003), se deve, entre outros aspectos, a fatores que oneram os *spreads* das instituições bancárias. Ao se analisar os componentes do *spread* nos bancos e nas cooperativas de crédito se percebem as diferenças e se possibilita verificar o apoio das cooperativas de crédito rural junto ao processo de expansão do acesso ao crédito no país, em municípios com cerca de 10 mil habitantes ou menos, muitas vezes desprezados pelas instituições bancárias, cuja alegação se verifica na dificuldade de sustentar agências nestes municípios.

Analisando os outros aspectos que também influenciam a relação Crédito/PIB no Brasil, segundo Candiota (2003), temos a oferta de crédito de longo prazo restrito a instituições governamentais. Os créditos de longo prazo são utilizados pelas

empresas para investimentos estruturais, a exemplo da ampliação da capacidade produtiva e são pagos em prazos de 5, 10 ou 20 anos. Estes créditos são operados por instituições como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Bancos de Desenvolvimento Regional, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) ou bancos estaduais de fomento a atividade produtiva, a exemplo da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia).

Verifica-se também que os bancos privados operam linhas de crédito de longo prazo que os Bancos Estatais repassam, limitando o acesso aos fundos existentes pela comunidade de empresários e encarecendo os financiamentos em função dos bancos privados embutirem seus custos e lucros nas taxas de repasse dos financiamentos. A limitação também ocorre pelo desinteresse dos bancos em operarem estas linhas de financiamento de longo prazo em função da baixa rentabilidade obtida, face ao risco de emprestar altas somas de recursos em prazos elevados. Ofertando financiamentos para empresas com linhas de repasse do BNDES, os bancos retiram *spreads* de cerca de 5% ao ano. Desta forma, preferem operar no curto prazo, onde predomina a aplicação de altas taxas de juros, o que confere altas margens de lucro. Segundo dados do Banco Central, a taxa de juros para o cheque especial pessoa física encerrou 2007 em 138,1% ao ano, conforme revela Ribeiro (2008).

Candiota (2003) cita também, como aspectos que dificultam a expansão da relação crédito/PIB, ausência de registro legal de grande parcela de imóveis urbanos e rurais, que possam ser dados em garantia a empréstimos de médio e longo prazo, e a baixa rentabilidade da maioria dos setores da economia real que permitam cumprir com os financiamentos assumidos, em função das altas taxas de juros praticadas. A rentabilidade média das empresas brasileiras nos três primeiros trimestres de 2007 esteve em 6,6%, segundo pesquisa da Empresa Brasileira de Análise de Crédito (Serasa), empresa especializada em análise e informações para decisões de crédito. Foram pesquisados 9.700 balanços de empresas de diversos setores da economia nacional. Comparando a rentabilidade média das empresas com a taxa média de juros para pessoa jurídica, que segundo dados do Bacen, em 2007, ficaram em 22,9% ao ano, observa-se que se situa em mais que três vezes a rentabilidade alcançada pelas empresas em geral.

Outro importante fator citado por Candiota (2003) refere-se à presença do Estado como grande consumidor do estoque disponível para crédito, através da

captação de financiamentos para pagar os juros de sua dívida. Esta possui caráter histórico e se encontra em cerca de 40% do PIB. O governo se endivida junto aos bancos emitindo títulos de curto, médio e longo prazo sobre os quais paga uma taxa básica de juros aos seus compradores<sup>2</sup>. Desta forma, grande parte da poupança interna é canalizada para o setor público, sendo que, para tanto, paga taxas elevadas de juros pelos financiamentos que solicita, encarecendo por sua vez, o crédito ao setor produtivo, pois os bancos costumam se basear nas taxas pagas pelo governo para emprestar aos demais setores da economia.

De acordo com os fatores acima citados, pode-se inferir que um conjunto de fatores estruturais influencia em maior ou menor grau, a depender da complexidade dos serviços ofertados pelas instituições financeiras, a sua oferta de serviços financeiros, que afeta, por conseqüência, a relação crédito/PIB no País. Pode-se inferir também que assim como o setor bancário, os demais setores da economia, operam de cima para baixo, diluindo seus custos entre os clientes de maior poder aquisitivo, conforme avalia Troster (200?), presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), em seu artigo *Spread Bancário no Brasil*. Se os custos baixam, se podem levar os serviços financeiros cada vez mais aos estratos da sociedade com menor poder aquisitivo. Neste sentido, as cooperativas de crédito podem ofertar crédito e demais serviços financeiros a taxas de juros mais baixas, pois possuem custos menores, atingindo, portanto, as classes com menor poder aquisitivo, de modo a melhorar suas condições de vida, pois podem efetivar investimentos geradores de emprego e renda.

As atividades das cooperativas de crédito rural ajudam a corrigir a história brasileira de concentração de acesso aos recursos financeiros disponíveis para consumo e investimento, o que contribui para afetar de forma negativa alguns indicadores sociais brasileiros na atualidade. A Pesquisa Nacional por Amostra de

---

<sup>2</sup> O governo vende os títulos aos bancos em leilões eletrônicos pré-agendados. Sobre estes títulos o governo paga uma taxa básica de juros chamada Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Esta taxa, criada em 1986, pelo Conselho Monetário Nacional, serve de base para que os bancos definam suas demais taxas de juros para empréstimos de outra natureza aos seus correntistas ou entre os próprios bancos. Atualmente o governo está ampliando a venda de títulos remunerados com base nos índices inflacionários, a exemplo do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e taxas pré-fixadas, isto faz com que os juros pagos sejam mais baixos e menos sensíveis a variações de curto prazo, o que não acontece com a Selic que varia a cada reunião do Comitê de Política Monetária (COPON). Esta mudança de perfil das taxas só é possível pelo controle por parte do governo de seu orçamento, gerando superávits anuais que permitam aos compradores dos títulos a confiança de que irão receber seus valores investidos em títulos, principalmente a médio e longo prazo.

Domicílios (PNAD), que o IBGE passou a divulgar a partir de 1999, traz uma síntese dos indicadores sociais, demonstrando importantes aspectos da realidade brasileira no que se refere às informações sociais e demográficas. Através destes dados, percebe-se o elevado nível de concentração da renda nacional e a desigualdade regional vivenciada no país.

De acordo com os dados do IBGE de 2004 sobre rendimentos, verificou-se que 23,06% da população brasileira com 10 anos ou mais de idade recebem até um salário mínimo. Para a região Nordeste, os dados mostraram que 37,16% de sua população com 10 anos ou mais viviam com o rendimento de até um salário mínimo. Estes dados revelam uma amostra da desigualdade social no País.

A pesar do histórico político, econômico e social concentrador, o Brasil vive na atualidade, um momento no qual se reforça a convicção de que se faz necessário criar políticas macro e microeconômicas favoráveis ao combate à pobreza e as desigualdades, e o crédito é uma importante ferramenta.

Aumentando o acesso ao crédito, o contexto econômico nacional se torna mais favorável a que uma parcela mais significativa da população brasileira tenha condições de efetivar investimentos produtivos nas zonas urbana e rural capazes de gerar emprego e renda. Esta mudança na condução das políticas públicas no Brasil se coaduna com a tendência mundial na atualidade de valorização das políticas públicas de alcance local, como importante ferramenta no auxílio ao desenvolvimento de projetos de investimentos para grupos produtivos locais nos setores de indústria, comércio e serviços.

O fato de se fomentar a realização do potencial endógeno compreende um dos fatores que define o desenvolvimento local, segundo Albuquerque (1998). Não significa, porém que o equilíbrio macroeconômico ou as grandes políticas de infraestrutura oriundas do governo central não sejam importantes, mas devem ser complementadas ou formuladas em conjunto com setores minoritários, que não representam interesses dos grupos majoritários para os quais as políticas centralizadoras geralmente são orientadas, analisa Albuquerque (1998).

Esta mudança de orientação é observada no Brasil através de exemplos de políticas de governo, fortalecendo ações microeconômicas como a criação da Lei nº. 11.110, conhecida como Lei do Microcrédito, sancionada pelo presidente Lula, que fortalece as ações das Instituições de Microfinanças (IMF) junto às comunidades em que atuam, para que apóiem iniciativas empreendedoras locais capazes de gerar

emprego e renda e que são complementares às ações de planejamento global por parte do governo central.

Isto significa que a acumulação de capital pode ser explicada apenas em parte no mundo pela ação dos grandes grupos, apoiados por grandes iniciativas governamentais, que se difundem nos territórios circunvizinhos. Desta forma, apresentamos alguns questionamentos, objetivando compreender determinados aspectos fundamentais para a orientação das ações em prol do desenvolvimento na atualidade, a saber:

- Como reduzir as desigualdades territoriais e distribuir mais equitativamente a renda?

- O que significa mudar a realidade local dentro de um contexto econômico, político e social concentrador?

- Como proporcionar a acumulação de capital em regiões pobres onde vivem grandes extratos da população, cuja irradiação esperada dos investimentos nos grandes centros não se verificou?

- Em regiões que não possuem, por exemplo, agências bancárias, como se podem impulsionar projetos produtivos inovadores e atividades de geração de emprego e renda?

- Como superar as limitações das políticas macroeconômicas centrais em conseguir equilíbrios territoriais de distribuição de renda, como forma de conseguir elevar a qualidade de vida das pessoas?

Na avaliação de Albuquerque (1998), por exemplo, para responder a tais questões é necessário “formular políticas e instrumentos de fomento produtivo e modernização tecnológicas e empresariais mais ajustados ao perfil específico de cada zona” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 3). Esta iniciativa permite se aproximar das condições requeridas por cada zona para a consecução do desenvolvimento local, sendo estas iniciativas complementares às ações políticas globais. Almeja-se com estas ações a melhoria do que universalmente é aceito pela Organização das Nações Unidas (ONU) como referência para mensurar o desenvolvimento da humanidade<sup>3</sup> entre os países e em regiões menores dentro dos países, a exemplo dos estados e municípios.

---

<sup>3</sup> A metodologia do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) leva em consideração para mensurar o desenvolvimento humano em pequenas regiões, a exemplo dos municípios, o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, que é uma adaptação do IDH

As cooperativas de crédito rural invertem o modelo concentrador ao reter recursos financeiros captados na comunidade local repassando-os a grupos produtivos locais, de modo a realizar o potencial endógeno da comunidade. Objetivando estudar esta influência exercida pelas cooperativas de crédito no potencial endógeno da comunidade é que se verifica a realização do presente trabalho. Para tanto, foi objeto de estudo de caso a Cooperativa de Crédito Rural do Município de Pintadas (Sicoob Sertão), localizada na região do semi-árido baiano, situado a cerca de 250 km de Salvador.

Nesta cidade, em 1996, seu único agente financeiro local deixou de operar por divergências político-partidárias entre os executivos municipal e estadual. A superação desta condição veio a ser realizada através da criação da Sicoob Sertão, que assumiu as atividades bancárias no município e deu seguimento aos repasses de recursos, fruto das parcerias com o BNDES e outras entidades nacionais e internacionais ligadas ao terceiro setor.

A partir desta iniciativa, projetos econômicos puderam ser viabilizados, dentro do contexto da política econômica local de geração de emprego e renda, aproveitando as potencialidades locais, condição importante para a implantação das condições de desenvolvimento local. O presente estudo procurou investigar os instrumentos utilizados pela cooperativa de crédito rural para participar deste processo, assim como analisamos quais características fundamentais presentes na atuação da cooperativa de crédito rural de Pintadas proporcionaram a sua inserção no contexto do desenvolvimento local do município, expandindo a experiência para outros municípios próximos através da abertura de postos de atendimento. Estas questões serviram de base para o presente estudo, objetivando verificar qual relação há entre a atuação do cooperativismo de crédito rural do município e o processo de desenvolvimento local ocorrido no município.

A metodologia de estudo, assim como os passos seguidos, para a consecução do presente estudo são detalhados no capítulo 2, no qual discutimos a metodologia empregada nas diversas fases desta investigação científica, tendo por base as melhores práticas de pesquisa atualmente conhecidas.

---

calculado para os países. Utiliza-se no IDH municipal o nível de renda familiar per capita, ao invés do PIB per capita, assim como, níveis educacionais medidos através da taxa de frequência escolar, ao invés da taxa de matrícula, além da longevidade média da população. De acordo com a metodologia do PNUD, IDHs abaixo de 0,5 são considerados baixos, entre 0,5 e 0,8, são considerados médios e acima de 0,8, altos.

No capítulo 3 é traçado um perfil do cooperativismo brasileiro, no qual foi efetuado um breve resgate histórico do movimento, objetivando compreender a estrutura do ramo cooperativismo de crédito rural no Brasil. Neste sentido, foi analisada sua forma de organização, evolução normativa e a atuação de seus principais atores, sendo analisada também sua relação com o desenvolvimento local, no qual funcionam para o município como um banco de desenvolvimento local.

No capítulo 4 analisamos o setor que está diretamente ligado ao cooperativismo de crédito rural e é, em síntese, a raiz de sua criação e para o qual suas atividades de serviços financeiros se direcionam. A agricultura familiar foi analisada tendo por base o perfil do setor na atualidade, sendo que, destacamos sua condição de acesso ao crédito, em especial ao crédito do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf). Também foi analisada sua relação com o movimento cooperativista de crédito rural e sua relação com o desenvolvimento local. Neste aspecto, foi verificado também se a agricultura familiar é fator de desenvolvimento local se inserindo neste contexto.

No capítulo 5 é efetuada a análise do estudo de caso da Sicoob Sertão, onde foi traçado o perfil sócio-econômico do município, no qual a cooperativa está inserida. Em seguida, partimos para o estudo de formação da instituição e sua evolução, tendo por base a avaliação de sua inserção dentro do movimento cooperativista de crédito rural da Bahia e de que forma a entidade, através de sua atuação, contribuiu para o processo de desenvolvimento local ocorrido no município.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A teoria da investigação científica nos revela que no processo de pesquisa devemos seguir alguns caminhos pré-estabelecidos para orientar o processo investigatório. Os primeiros passos desta caminhada são a indicação e delimitação do nosso tema de trabalho. Em seguida, ele é imediatamente associado a um problema apontado pelo autor, em relação ao tema. Neste sentido, a pesquisa ganha um “assunto que se quer desenvolver ou provar” (BOAVENTURA, 2004, p. 33).

A presente pesquisa tem como tema o cooperativismo de crédito rural no qual efetuamos o estudo de caso com a Sicoob Sertão, situada no município de Pintadas, na Bahia. Analisamos o contexto no qual a instituição foi criada e também a sua evolução. Neste processo, desenvolvemos a verificação da sua influência no processo de desenvolvimento local ocorrido no município, no qual a instituição se constituiu num dos principais atores, gerenciando o crédito no município, principalmente após o fechamento de sua única agência bancária. Deste modo, temos a sugestão do problema a ser investigado em relação ao tema, que é a relação entre a cooperativa de crédito rural do município e sua influência no desenvolvimento local do município.

O tema escolhido pela presente pesquisa possui relação direta com outros assuntos imediatamente relacionados e que foram objeto de investigação acessória para contextualizá-los, pois o movimento cooperativo em geral, possui raízes históricas em nível mundial, dividindo-se em setores que abrangem todos os seguimentos da economia, a exemplo das cooperativas de trabalho, produção, consumo, etc. Desta forma, no capítulo 3, procuramos entender como o movimento cooperativo surgiu e neste sentido, é importante para verificar seus objetivos teóricos e práticos para a sociedade na qual atua e procura beneficiar.

É imperativo traçar também um perfil do cooperativismo de crédito rural no Brasil para entender a dinâmica das entidades nas regiões em que atuam. Para auxiliar nesta tarefa pesquisamos obras publicadas por estudiosos no assunto e também foram analisados os dados disponíveis pela rede de instituições chamadas de Sistemas Cooperativos de Crédito (SCC), que organiza o setor e entidades governamentais, que regulam suas atividades, a exemplo do Bacen.

Os estudos realizados nos capítulos 4 e 5 objetivam esclarecer questões importantes relacionadas ao objeto da pesquisa e servem de base para que tenhamos uma clara noção dos propósitos da cooperativa de crédito rural de Pintadas que, conforme a pesquisa efetuada se relacionam com a oferta de serviços financeiros, dentre os quais o crédito, que possui papel de destaque, tendo por objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida de seus cooperados.

Os atores envolvidos com o cooperativismo de crédito rural fazem parte do setor agrícola familiar e interagem com outros setores econômicos. No caso do município de Pintadas, os agricultores familiares formam a base de cooperados da instituição e suas atividades afetam o comércio, o setor de serviços e a indústria local, pois o município é eminentemente agrícola, segundo dados do IBGE analisados, referentes ao perfil sócio-econômico do município, no Capítulo 5.

Os incentivos a todo este movimento têm como base importante de apoio a mudança de lógica relativa à teoria do desenvolvimento econômico tradicional, baseado em ações centralizadoras de investimentos. Desta forma, a perspectiva de estudo se fundamenta na lógica do desenvolvimento econômico em bases locais, no qual o potencial de desenvolvimento é estruturado a partir da relação entre o desenvolvimento local, o cooperativismo de crédito e a agricultura familiar. Neste sentido, estudaremos a teoria do desenvolvimento local através de pesquisadores do assunto a exemplos de Dowbor (2006), Buarque (1999), Albuquerque (1998), Amaral Filho (2001), dentre outros, partindo do princípio de que o desenvolvimento em bases locais faz uso dos atores dos diversos setores da economia local articulados, no qual cada um desenvolve seu papel no processo.

## 2.1 FORMA E ESTRUTURA DA PESQUISA

Para realização da presente pesquisa foi utilizado o método de abordagem indutivo, pois a partir do estudo da atuação da Sicoob Sertão no município de Pintadas, pretende-se verificar a sua relação com o desenvolvimento local e, por extensão, verificar a relação entre as cooperativas de crédito rural e o desenvolvimento local de comunidades em geral, que possuem entidades desta natureza em atividade.

Quanto ao procedimento utilizado, fizemos uso do estudo de caso no qual a análise da estrutura de funcionamento da Sicoob Sertão e suas relações com a

sociedade a qual se insere serviu de base para a aplicação de uma pesquisa de natureza explicativa, pois procuramos esclarecer as relações causais entre a atuação do cooperativismo de crédito rural e a promoção do desenvolvimento local das comunidades em que as instituições atuam. Neste processo, foram analisados dados quantitativos, relativos ao movimento financeiro da Sicoob Sertão, objetivando mensurar se a distribuição dos benefícios desta movimentação possui influência na movimentação financeira municipal, agregando valor à geração de riquezas dentro do município.

Na fase de investigação do perfil do cooperativismo de crédito rural da agricultura familiar e suas relações entre si e com o desenvolvimento foi utilizada a pesquisa bibliográfica de estudiosos do assunto e pesquisa documental. Para a pesquisa documental foram investigados dados e relatórios de pesquisas dos SCC, do IBGE, Serviço Estadual de Informações (SEI) e Bacen.

No processo de análise sócio-econômica do município de Pintadas foi empregado o procedimento histórico, sendo que, foi efetuada a pesquisa documental e levantamento de dados sobre a produção econômica do município e sua infra-estrutura social, de renda familiar e das atividades desenvolvidas por sua população urbana e rural, focando a produção e renda da população rural, uma vez que, neste meio, se verifica o público alvo da entidade, assim como a população rural é maioria entre os habitantes do município.

Sabe-se que o município foi palco de lutas populares importantes e possui uma rede de entidades ligadas ao movimento popular organizado e solidário que serviu de base para a formação da Rede Pintadas e que foram investigados por meio de pesquisa documental, bibliográfica e através de entrevistas com atores locais ligados às organizações que formam a Rede Pintadas.

Na análise da atuação da cooperativa foi efetuado o estudo de caso em que foram avaliados dados sobre o gerenciamento da cooperativa e sua estrutura operacional, assim como a articulação com outras instituições. Foram realizadas entrevistas com dirigentes e beneficiários da entidade em pesquisa direta junto à cooperativa, procurando verificar o volume de crédito gerido, os serviços que a entidade oferta aos cooperados. Desta forma, o objetivo foi a verificação da contribuição da cooperativa para a melhoria da base produtiva municipal e o grau de participação da entidade no processo de geração de riquezas em nível local.

A investigação de dados referentes à população diretamente beneficiada com a oferta dos serviços financeiros, influência na sustentabilidade, modernização e ampliação dos empreendimentos atendidos, assim como a melhoria na renda dos beneficiários e a ampliação da geração de empregos diretos e indiretos, se revelaram dados importantes e que se constituiu instrumento valioso de pesquisa.

A efetivação da pesquisa de campo junto à Sicoob Sertão foi realizada tendo por base um roteiro de pesquisa previamente elaborado, no qual foi previsto o contato direto através de entrevistas junto aos membros da equipe técnica e de coordenação da cooperativa, cooperados correntistas da instituição e representantes de instituições ligadas à Rede Pintadas da qual a cooperativa faz parte. Assim, o roteiro da pesquisa de campo foi dividido por tipo de aspectos investigados relativo às atividades da cooperativa e suas relações com clientes e demais parceiros, conforme descrição resumida abaixo:

- a) aspectos gerais da entidade: Neste item foram levantadas informações sobre o surgimento da cooperativa, sua visão e missão, áreas de atuação e fatores que contribuíram para a consolidação das atividades, assim como para a sua expansão;
- b) articulações desenvolvidas: A cooperativa conta com uma rede de instituições parceiras que repassam recursos para empréstimo. A entidade participa também do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob Brasil), no qual desenvolve diversas parcerias dentro do Sistema Sicoob para ampliar seu leque de serviços ofertados. A entidade atua em parceria com o poder público municipal, sendo inclusive responsável pela arrecadação municipal e pagamento de folha de pessoal dos poderes públicos local;
- c) programas e projetos de desenvolvimento local: Nesta parte da pesquisa foram levantados dados referentes aos projetos apoiados pela Sicoob Sertão junto à comunidade relativo a aspectos do desenvolvimento local, a exemplo de projetos que permitem a melhoria da qualidade sócio-econômica de seus cooperados. Nesta seção foram efetuadas entrevistas com sócios fundadores e clientes para que fossem relatadas as suas experiências como correntistas da instituição e os serviços por eles acessados;

- d) perfil das atividades da instituição: Foram levantados os principais números relativos às atividades da entidade, permitindo a construção de tabelas que revelaram a magnitude do atendimento à comunidade em relação à intermediação financeira, ofertando serviços de crédito de curto, médio e longo prazo, depósitos à vista e a prazo, descontos de títulos, dentre outros, que elevam a entidade ao posto de principal instituição financeira do município, desde o fechamento do posto do Baneb, em 1996;
- e) a Rede Pintadas: foi efetuada entrevista com a atual presidente da Rede Pintadas, a Sra. Solange Paixão de Jesus Oliveira, objetivando contextualizar a formação da Rede e a interação entre as entidades que a compõem, inclusive as Agências de Cooperação Internacional, que embora não façam parte formalmente da Rede estão ligadas a muitas instituições que a compõem, prestando assistência técnica, ofertando recursos ou participando das discussões sobre projetos e propostas relativas às áreas de educação, políticas públicas de caráter sócio-econômico e cultural, assim como propostas de melhoria das condições de vida do homem do campo e suas famílias.

A visita à cooperativa foi realizada entre os dias 19 e 22 de maio de 2008, na cidade de Pintadas, onde foi efetuada a coleta das informações acima citadas. Através da visita de campo com entrevistas aos atores envolvidos na atuação da cooperativa, entre beneficiários e colaboradores, pudemos efetuar a análise das entrevistas e da documentação coletada para compor o perfil da cooperativa e sua interação com a dinâmica sócio-econômica do município.

### 3 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL

#### 3.1 ANTECEDENTES DO COOPERATIVISMO: OS PIONEIROS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Primeira Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, abriu espaço para a transformação dos camponeses no proletariado moderno. As fábricas exploravam a força de trabalho sem limites, empregando crianças, jovens e adultos em longas jornadas que debilitavam física e psicologicamente os trabalhadores, ameaçando sua reprodução biológica, conforme avalia Singer (2002), em sua obra *Introdução à Economia Solidária*, no qual faz uma análise do contexto sócio, político e econômico no qual surgiram as primeiras iniciativas na área da economia solidária. À época se verificava a exploração sem limites da força de trabalho, que trouxe limitações à produtividade do trabalho, importante fator de elevação da lucratividade nas empresas.

Alguns empresários britânicos, entre eles, Robert Owen (1770-1858), proprietário de grande complexo têxtil em New Lanark, propuseram leis de proteção aos trabalhadores, sendo que, o próprio Owen decidiu limitar a jornada de trabalho e proibir que crianças fossem empregadas nas fábricas, ao passo que ergueu escolas para elas. Embora seus custos trabalhistas tivessem elevado, sua lucratividade aumentou causando espanto geral entre os industriais.

Visitantes do mundo inteiro vinham a New Lanark tentar decifrar o mistério de como o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício. (SINGER, 2002, p. 25).

Após o ciclo de guerras provocadas pela Revolução Francesa, em 1815, quando a Inglaterra venceu a França de Napoleão, os britânicos observaram sua economia mergulhar numa profunda depressão, conforme revela Singer (2002). Owen propôs um plano de recuperação da economia britânica, após ter efetuado um diagnóstico da crise<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Segundo a visão de Owen, quando o ciclo de guerras acabou, grande contingente de trabalhadores empregados nas indústrias de armamentos, navios e demais produtos necessários à manutenção das guerras se desempregou, deixando de demandar produtos das indústrias civis. Assim, houve contração generalizada na atividade econômica do país, conforme revela Singer (2002).

O plano de Owen previa reincorporar os trabalhadores ociosos para que voltassem a consumir e assim reaquecer a economia. Para tanto, Owen propôs a criação de Aldeias Cooperativas<sup>5</sup>, com recursos dos fundos públicos que seriam distribuídos aos desempregados da crise. Estas iniciativas, na visão de Owen, seriam mais eficazes no combate à pobreza que a aplicação da Lei dos Pobres<sup>6</sup>. O Estado deveria investir para que os mais pobres produzissem coletivamente seus próprios produtos e vendessem o excedente entre outras aldeias, conforme analisa Singer (2002), sendo que, o objetivo era integrar a produção e o consumo, no qual se consumia os produtos produzidos e os excedentes eram trocados na forma de escambo (troca direta produto a produto) com outras Aldeias Cooperativas.

Uma vez reincorporados na atividade econômica, os trabalhadores passariam a produzir riqueza na forma de produção e estariam também aptos a consumir retornando o ciclo positivo de crescimento e recuperação da atividade econômica.

Os planos de Owen não foram implantados pelo governo britânico e ganharam forte repulsa do meio empresarial, pois se percebia em seus planos que ele estava interessado em mudar a base do sistema social vigente, centrado na empresa lucrativa capitalista, revela Singer (2002). Frustrado, Owen viajou aos Estados Unidos e implantou a primeira Aldeia Cooperativa no Estado de Indiana, em

---

<sup>5</sup> Aldeias Cooperativas concebidas por Owen, conforme revela Singer (2002), se tratava de locais nos quais viviam cerca de 1.200 pessoas, trabalhando a terra e empregadas em indústrias locais, provendo seu próprio sustento e trocando o excedente com outras aldeias. A organização da produção nas Aldeias Cooperativas se baseava na solidariedade entre seus membros, que estavam associados para produzir, comerciar, consumir e poupar.

As indústrias nas Aldeias eram organizadas como cooperativas de produção, assim como os trabalhadores na terra, artesãos e demais atividades importantes para a sustentabilidade das Aldeias. Organizados desta forma, todos tinham os mesmos direitos nas decisões tomadas em Assembléias nas quais os dirigentes eram eleitos e representavam a vontade da maioria.

Os valores das retiradas (salários nas empresas capitalistas) das pessoas e a destinação das sobras (equivalente ao lucro nas empresas capitalistas) eram também decididos nas Assembléias.

As decisões em Assembléias, nas quais cada cooperado tem direito a um voto, permitia a viabilidade da autogestão dos empreendimentos, conforme explica Singer (2002), pois as decisões estratégicas eram tomadas de baixo para cima e evitava a apropriação do empreendimento pela minoria dirigente, tal qual ocorre na empresa capitalista, cujo grupo controlador que detém a maior parte do capital da empresa faz predominar seus direitos sobre os demais. Singer (2002) avalia que não significa que nos empreendimentos cooperativos se elimine a chamada heterogestão, em que os líderes tomem decisões sem consulta à base de cooperados, uma vez que, a complexidade e urgência na tomada de decisões requerem uma gestão mais ágil dos empreendimentos. Mesmo as empresas capitalistas necessitam da cooperação entre setores e empregados para que se viabilize o ciclo produtivo, pois as empresas são integradas em departamento ou setores.

<sup>6</sup> A Lei dos Pobres foi criada na Inglaterra, em 1601, como forma de criar um sistema assistencialista de proteção aos indivíduos. Depois de aplicados alguns critérios de pobreza, de forma a atestar sua condição de pobre, lhes eram permitido o acesso à alimentação, saúde e outros benefícios sociais coletivos, cujo acesso à época estava restrito aos indivíduos que possuíam renda para seu sustento e de suas famílias.

1825, na cidade de New Harmony, que durou até 1829, quando voltou à Inglaterra após diversas crises do empreendimento.

Enquanto Owen permaneceu nos Estados Unidos, suas idéias influenciaram a criação de diversos empreendimentos em bases semelhantes às suas Aldeias Cooperativas. A primeira iniciativa em solo britânico foi viabilizada através de um grupo de jornalistas e gráficos de Londres, em 1821, por meio de George Mundie que criou o primeiro jornal cooperativo: *The Economist*. As idéias de Owen também foram assumidas pelo crescente movimento sindical, cujo momento político se fazia propício através da revogação dos *Combination Acts*, em 1824, que proibia a atividade sindical, considerada nociva à livre concorrência, segundo revela Singer (2002).

Assim muitos sindicatos e cooperativas foram criadas a partir da luta de classes nas quais os trabalhadores em conflito com os patrões criavam empreendimentos cooperativos, nos ramos que não exigiam muito investimento em capital. Estes empreendimentos possuíam o apoio dos sindicatos e passavam a concorrer com seus patrões no mercado, conforme avalia Singer (2002).

George Mundie criou a comunidade denominada London Co-operative Society, que viabilizava seus ganhos com a venda das publicações. Em 1826, Mundie participou da criação da Comunidade de Orbiston, no qual investiu todas as suas economias de 1.000 libras esterlinas.

Em 1828, o Dr. Willian King, conhecido como médico dos pobres criou a comunidade Brighton Association. Através desta comunidade, King efetuou a pequena publicação mensal do *The Co-operator*, que se dedicou a difundir os princípios do cooperativismo. Em 1830 o *The Co-operator* encerrou suas publicações, informando a existência de mais de 300 cooperativas.

Devido ao fato de Owen rejeitar o modo de comerciar de forma lucrativa, houve grande incentivo de sua parte e de seus seguidores a criação de bazares e bolsas de troca para que os cooperados das Aldeias tivessem um mercado onde pudessem trocar seus produtos, por escambo ou por meio de uma moeda própria<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Singer (2002) analisa o funcionamento deste mercado, informando que o princípio de funcionamento da moeda própria idealizada por Owen, chamada de nota de trabalho, baseava-se nas horas de trabalho médio necessários para produzir cada produto que era avaliado por um grupo de profissionais do respectivo ramo. O padrão adotado para avaliar as horas dos trabalhadores no mercado eram seis dinheiros por hora. Se um artesão tivesse sua peça avaliada em 12 dinheiros/hora e levasse cinco horas para produzir a peça, teria direito a 10 horas de trabalho para trocar por outros produtos na bolsa, ou seja, sua produtividade era o dobro do padrão de seis dinheiros/hora.

Desta forma, em 1829, criou a Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo, cuja experiência se estendeu para outras cidades britânicas a exemplo de Glasgow, Liverpool e Birmingham.

A organização da produção proposta por Owen previa a instalação do cooperativismo como modo de produção, alternativo ao capitalismo, como forma de instaurar a República Cooperativa, segundo analisa Singer (2002). Já o Francês Charles Fourier (1772-1837), contemporâneo de Owen, junto com seus discípulos, a exemplo de Saint-Simon, fundou em 1825 a “escola associativa”. Fourier imaginou uma sociedade na qual o trabalho fosse fruto de prazer para todos, uma vez que, as pessoas escolheriam o trabalho por paixão, dentre as muitas atividades disponíveis, fazendo suas escolhas por afinidade.

Fourier publicou as obras: *Teoria dos Quatro Movimentos e dos Destinos Gerais* (1808) e *Tratado da Associação Doméstica e Agrícola* (1822), sendo que, esta obra, de 1841, se tornou a *Teoria da Unidade Universal*. Em suas obras defendia que os homens deveriam viver segundo leis morais e intelectuais e que a sociedade deveria dar liberdade às paixões e desejos humanos, desta forma, a sociedade entraria num ambiente harmônico em direção a sociedade perfeita, conforme analisa Singer (2002).

Fourier imaginou um local chamado Falanstério, o qual acolheria cerca de 1.800 pessoas. Neste local, explica Singer (2002), todos teriam direito à propriedade privada e a uma renda mínima, mesmo que não trabalhassem. Desta forma, se trabalharia por paixão e não por necessidade. De acordo com esta nova ordem social baseada na autogestão, a figura do Estado se faz desnecessária, pois não haveria porque existir um poder coercitivo, já que todos agiriam por atração e não por ações conflitantes e competitivas.

Cada membro da comunidade teria direito a determinado número de ações de propriedade, sobre os meios de produção coletivos, de modo que quanto menor o número de ações em poder de uma pessoa, maior seriam seus rendimentos. Assim, haveria equilíbrio de renda entre os diversos tamanhos de acionistas dentro da comunidade, proporcionando redução das desigualdades sociais. As experiências práticas das idéias de Fourier foram engendradas nos Estados Unidos, estimando-se em cerca de 30 empreendimentos, com duração média de cinco anos cada uma.

Através de Owen e Fourier o cooperativismo recebeu inspiração fundamental, trazendo consigo forte crítica operária e socialista ao capitalismo, conforme avalia

Singer (2002), cujo corpo de idéias lhes rendeu o título de Socialistas Utópicos, pois imaginavam sempre sociedades ideais em perfeita harmonia. Estas idéias, no entanto, influenciaram Marx e Engels em seus estudos do Socialismo Científico.

### **3.1.1 Os pioneiros do cooperativismo moderno**

A primeira cooperativa surgiu pela iniciativa de trabalhadores cujos impulsos de criação foram reações contra os altos preços dos gêneros de primeira necessidade, segundo Veiga e Fonseca (1999). Este impulso vital foi a base da criação da cooperativa mais antiga documentada, datada de 1760, na Inglaterra, formada por trabalhadores dos estaleiros Woolwich e Chatham, que fundaram moinhos de cereais por causa dos altos preços cobrados por empresas que detinham o monopólio local na moagem do trigo, alimento básico para o ser humano.

O moinho Woolwich foi incendiado e os padeiros locais foram acusados do incêndio, entrando o fato para a história. A partir da criação destas instituições, houve a proliferação dos empreendimentos cooperativos na Inglaterra (moinhos e padarias), principalmente durante seu confronto com a França (1793), quando houve uma brusca elevação do preço do trigo.

Seguindo o mesmo princípio de luta pela sobrevivência, um grupo de 28 trabalhadores (entre eles uma mulher, Anee Teweedale) criou uma cooperativa de consumo no distrito de Rochdale, em Manchester, Inglaterra, em 1844.

Após uma prolongada greve, os trabalhadores se encontravam em dificuldades para adquirir os gêneros de primeira necessidade, assim se associaram para conseguir preços mais baratos comprando em conjunto. Esta iniciativa contou com a participação e apoio de líderes owenistas e cartistas<sup>8</sup>, que lutavam pelo direito dos trabalhadores, segundo Veiga e Fonseca (1999).

Trinta e cinco anos mais tarde, em 1879, os Pioneiros de Rochdale haviam totalizado a marca de 10.427 associados e desenvolvido outras cooperativas em seguimentos como habitação e produção de diversos produtos e elaboraram todo um corpo de idéias e regras, com base em princípios morais e de conduta.

---

<sup>8</sup> O Cartismo foi um movimento de reivindicação dos direitos dos trabalhadores, sendo que, o Owenismo, surgiu com o Inglês Robert Owen, industrial do ramo têxtil que se preocupava com as condições de vida dos trabalhadores e população pobre inglesa.

### 3.1.2 Os princípios fundamentais do cooperativismo

Sete princípios cooperativistas traduzem os valores e práticas cooperativas, conforme nos ensina Valadares (2005), e estes ensinamentos tiveram origem nos pioneiros de Rochdale, sendo que, desde 1844 a 1995, ano do Congresso Internacional das Organizações Cooperativas, promovido pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade que congrega em nível internacional as organizações cooperativas, o movimento adquiriu grande estrutura organizacional. No Congresso de 1995, a ACI apresentou novas diretrizes que orientam os princípios cooperativos, conforme nos revela Veiga e Fonseca (1999):

- a) adesão voluntária e livre: este princípio é garantido pela Constituição Federal do Brasil de 1988, no seu artigo 5º, inciso XX, segundo o qual ninguém pode ser compelido a se associar ou a permanecer associado;
- b) gestão democrática pelos membros: cada cooperado possui direito a um voto independente do número de quotas-partes que possuam e nas Assembléias decidem de forma democrática as políticas e diretrizes da entidade;
- c) participação econômica dos membros: as quotas-partes se configuram nos instrumentos pelos quais os cooperados formam o capital da cooperativa. As quotas-partes devem ser sempre inferiores ao salário mínimo vigente no país, sendo adquiridas pelos cooperados, porém é proibida a compra por um cooperado de mais que 1/3 do total das quotas partes da entidade. O estatuto deve proteger a instituição, não permitindo que um grupo se torne dono da entidade, porém o cooperado pode adquirir mais quotas-partes de acordo com o nível de atividades da cooperativa;
- d) autonomia e independência: O artigo 5º, inciso XVIII, da Constituição do Brasil, diz que independem de autorização a criação de instituições cooperativas e associações e veda a interferência estatal em seu funcionamento;
- e) educação, formação e informação: conforme a Lei do Cooperativismo determina, a cooperativa deve aplicar a partir de 5% de seus resultados líquidos em educação, assistência técnica e social dos seus associados e familiares. Desta forma, para o desenvolvimento de suas atividades é

importante que a entidade promova a formação educacional e técnica de seus membros;

- f) **intercooperação:** As cooperativas devem ser estimuladas a trabalhar em redes como forma de cooperação entre as entidades, formando alianças locais, nacionais e internacionais. Desta forma, devem promover o intercâmbio de informações, produtos e serviços, viabilizando ainda mais suas atividades;
- g) **Interesse pela comunidade:** embora a cooperativa seja uma entidade cujo objetivo é a promoção do bem-estar de seus associados, a entidade está inserida na comunidade local através de suas atividades e ações junto com os governos locais e outros parceiros, podendo contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento local, visando melhorar as condições de vida de toda a comunidade.

A participação democrática dos associados nas decisões mais importantes da entidade se verifica nas discussões em Assembléias, porém, à medida que as organizações cooperativas crescem, a sua auto-gestão começa a enfrentar problemas, pois o interesse do conjunto de sócios pelas questões gerais da entidade diminui. Desta forma, as decisões passam a ser tomadas cada vez mais dentro do ambiente da diretoria, que relata as decisões tomadas às Assembléias, sendo muitas vezes aceitas de forma passiva pelo grupo, ou se discute de forma superficial suas implicações. Desta forma, as entidades devem investir na educação cooperativa objetivando formar associados cada vez mais comprometidos e interessados pelas questões fundamentais que determinam futuro de sua entidade, evitando oportunismos individualistas que depreciam as instituições, conforme analisa Bialoskorski Neto (1998).

### **3.1.3 Desvios do cooperativismo**

O cooperativismo representa segundo alguns autores, uma alternativa ao modo de produção capitalista, cuja formação histórica esteve ligada à idéia de formação de uma sociedade igualitária e mais justa. No entanto, a prática revela que muitos empreendimentos cooperativos reproduzem a lógica da gestão capitalista hierarquizada e autoritária. Nestes empreendimentos que poderíamos chamar de “pseudo-cooperativas”, observa-se domínio do coletivo por um ou pequeno grupo de

peessoas mais influentes entre os associados. Estes componentes muitas vezes mal intencionados procuram ocupar cargos de influência (diretorias ou presidência) e passam a ditar os rumos a serem seguidos pela instituição de acordo com seus interesses pessoais.

As cooperativas de trabalho, por exemplo, muitas vezes são utilizadas para burlar as Leis trabalhistas, desta forma se criam inúmeras cooperativas de trabalho vulgarmente denominadas “coopergatas”. O processo de formação destas cooperativas se verifica muitas vezes quando empresas demitem os funcionários e fundam uma cooperativa de trabalho, vendendo a ilusão de que desta forma estes poderão obter maiores rendas, uma vez que, o empresário alega que não aumenta os salários porque necessita pagar muitos encargos trabalhistas sobre a folha. O que ocorre é a lesão aos direitos trabalhistas, pois um pequeno aumento em seu rendimento serve de argumento para que os trabalhadores passem a ser cooperados e não observem que deixam de auferir uma série de benefícios previdenciários, assim como benefícios sociais garantidos por décadas de lutas entre patrões e sindicatos.

Observa-se também em cooperativas de produtores rurais que a estruturação democrática da entidade, cuja lógica é de benefício coletivo logo se desfaz, quando se verifica a entrada de recursos financeiros oriundo de parcerias com outras instituições da sociedade civil, principalmente quando as parcerias resultam num aporte de recursos mais volumoso do que estão geralmente acostumados a gerenciar. Neste momento, começam as disputas internas pela aplicação dos recursos. A esperteza dos líderes que conduzem o processo geralmente resulta em desvio de recursos diretos em seu favor ou indiretamente através de investimentos que deveriam beneficiar a coletividade e que são investidos em suas propriedades, valorizando seu patrimônio em detrimento dos demais associados.

No caso das cooperativas de crédito, os desvios de conduta se verificam através da concessão de financiamentos aos “apadrinhados” da diretoria, fora das normas legais determinadas pelo Bacen. O que se verifica em seguida é a apresentação de elevados índices de inadimplência, que podem inviabilizar financeiramente as instituições.

A participação democrática dos associados nas decisões mais importantes da entidade, discutidas nas Assembléias, caracteriza o processo de auto-gestão e diferencia de forma marcante as cooperativas dos demais empreendimentos

capitalistas. Neste processo as ordens e instruções fluem de baixo para cima e interferem nas decisões tendenciosas por parte da diretoria.

O processo de auto-gestão enfrenta problemas à medida que o interesse dos sócios nas questões gerais da entidade declina ao longo do tempo, fazendo com que se tomem cada vez mais decisões importantes dentro do ambiente da diretoria. Isto se verifica em instituições que não promovem de forma contínua o processo de participação entre os membros da base de cooperados. Desta forma, ao invés dos problemas serem resolvidos nas Assembléias, se verifica ao longo das mesmas o relato das decisões tomadas, que muitas vezes são aceitas de forma passiva pelo grupo ou se discute de forma superficial as implicações das decisões tomadas.

Como forma de evitar os desvios de normas e procedimentos acima citados as cooperativas devem contar com a participação constante de seus associados em suas Assembléias, fortalecendo os conselhos fiscais, além de contratar auditorias independentes, no caso dos grandes empreendimentos, para fiscalizar adequadamente as ações de seus representantes. Devem também escolher gestores operacionais que tenham condições de empreender uma gestão profissional à entidade, de modo a viabilizá-la socialmente, economicamente e financeiramente.

Outra ação importante objetivando formar associados comprometidos com os princípios cooperativos e valorizar a gestão compartilhada e solidária entre seus membros é o investimento em educação cooperativa.

#### **3.1.4 A importância estratégica do cooperativismo**

Apesar dos problemas citados no tópico anterior, enfrentados pelo movimento cooperativo, setores econômicos estratégicos em diversos países são impulsionados pelas cooperativas, inclusive em economias maduras do mundo desenvolvido. Entre elas se encontra a economia considerada modelo do Sistema de Produção Capitalista: Os Estados Unidos. Estes possuem em sua estrutura empresarial, grandes empreendimentos cooperativos, nos diversos setores da economia. Segundo dados da ACI de 1992, aproximadamente 45% da população adulta norte-americana se apresentavam membros de cooperativas de crédito.

Das quinhentas maiores empresas norte-americanas, 41 eram cooperativas, segundo dados de 1996, sendo que, 30% da produção agrícola norte-americana

naquele ano, foram comercializadas por cooperativas, conforme revela Nicácio (1997 apud GRASSI; CANZIANI, 1996). Os dados trazem reflexões sobre os impactos sócio-econômicos e a dimensão do cooperativismo no mundo e na dinâmica desenvolvimentista local e regional, uma vez que importante percentual da população nacional, em diversos países, tem suas atividades econômicas vinculadas ao cooperativismo. Conseqüentemente seus níveis de inclusão social são afetados por empreendimentos cooperativos, geradores de emprego e renda, contribuindo, desta forma, para o fortalecimento das economias nacionais.

Segundo dados de 1993 da ACI, apresentados por Nicácio (1997), verificou-se que 8% do PIB da Suécia, em 1993, e 15% do PIB da região basca da Espanha, em 1989, eram movimentados por cooperativas. Dados da produção agrícola da Áustria, Finlândia e Suécia, em 1993, informavam que 55% provinham de cooperativas, sendo que, no Japão, 95% da produção de arroz foram realizadas por cooperativas.

No Brasil, dados referentes à Dezembro de 2007, da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), revelaram que as cooperativas possuem sua força na produção agrícola nacional. Desta forma, as cooperativas possuem participação expressiva na produção nacional de trigo (62,19%), cevada (44,19%), leite (39,70%), aveia (39,21%), algodão (38,91%), suínos (31,52%), soja (29,40%) e café (27,97%). As cooperativas possuem participação de 38,4% no PIB agropecuário brasileiro.

Pesquisas da OCB revelam que no Brasil a rentabilidade de estabelecimentos rurais associados a cooperativas são maiores. Para os 4.168.512 estabelecimentos agropecuários não vinculados a cooperativas o rendimento por hectare foi de R\$ 92,00, enquanto os 691.353 estabelecimentos associados a cooperativas o rendimento foi de R\$ 237,00 por hectare.

Os rendimentos dos produtores, segundo a OCB, seriam menores caso não participassem de uma cooperativa, devido, entre outros fatores, ao fato de que:

- a) pagariam mais por assistência técnica e serviços especializados – As cooperativas de produtores rurais em geral costumam priorizar a assistência técnica e a capacitação aos seus cooperados e disponibilizam técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos aos seus cooperados, sejam através da manutenção destes profissionais em seus quadros de pessoal ou através de convênios e parcerias com outras instituições públicas ou privadas;

- b) teriam custos mais altos dos insumos e serviços – As cooperativas costumam comprar insumos em quantidades maiores, unindo a necessidade de compra de sua base de cooperados, desta forma, conseguem negociar preços menores por estarem comprando em quantidades maiores;
- c) receberia um preço menor pelos produtos – Normalmente o agricultor familiar quando comercializa sua safra individualmente, costuma vender nos mercados locais, em feiras livres ou para os “atravessadores”<sup>9</sup>. Isto acontece devido à falta de infra-estrutura de produção, a exemplos de baixos volumes de safras, baixa produtividade e falta de recursos que possibilitem transportar seus produtos a zonas que possuem mercados mais desenvolvidos, a exemplo dos grandes centros urbanos. A cooperativa reúne as produções individuais para alcançar o volume requerido por grandes compradores, nos grandes centros urbanos.

Os custos da comercialização são partilhados entre os cooperados. As cooperativas, desta forma, fazem o papel dos atravessadores indo até os grandes centros e conseguindo preços maiores para os produtores, porém o grande diferencial em relação aos atravessadores é que o produtor se beneficia desta comercialização, pois a cooperativa repassa ao produtor o benefício da comercialização a preços maiores.

### 3.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

As primeiras cooperativas brasileiras foram fundadas por volta de 1887, ou seja, próximo ao período republicano e abolição da escravatura. Neste momento o Brasil passava por grandes transformações, conforme verificam Veiga e Fonseca (1999). A Constituição monarquista proibia o associativismo, embora o mesmo à época, já se tornasse bastante conhecido na Europa.

As mais antigas cooperativas brasileiras foram do segmento de consumo, por iniciativa de trabalhadores, a exemplo da Cooperativa de Consumo dos Empregados

---

<sup>9</sup> São comerciantes que costumam comprar as safras individuais dos pequenos agricultores familiares e transportam até os grandes centros urbanos. Compram geralmente à vista por preços menores junto aos agricultores e repassam nos mercados mais desenvolvidos a preços maiores. Desta forma, originam seus lucros em detrimento do agricultor.

da Companhia Paulista, em 1887, Campinas (SP) e da Cooperativa de Consumo de Ouro Preto (MG), em 1889.

Embora as iniciativas a partir de então tivessem se proliferado com liberdade de atuação e criação, inclusive com alguns incentivos por parte do governo, não havia um marco legal. Este marco veio a ser implantado em 1969, quase um século mais tarde, quando foi criada a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), entidade que organizou o movimento, objetivando “pacificar” e centralizar as forças que atuavam junto ao cooperativismo nacional, conforme avalia Búrigo (2006):

A partir da hegemonia dos produtores rurais e sob a tutela do governo militar, a OCB conseguiu – através, principalmente, da criação da Lei 5.764, de 1971, e do apoio do Ministério da Agricultura – canalizar investimentos consideráveis e privilégios fiscais às suas afiliadas, especialmente às cooperativas agropecuárias de maior porte. (BÚRIGO, 2006, p. 57).

O marco legal veio a ser decretado em 12 de dezembro de 1971, sob o regime militar do governo Médici, no qual foi elaborado o Decreto-Lei nº 5.764. Sob o marco legal de 1971 as cooperativas encontraram espaço para organizar-se e desenvolver-se no Brasil em todos os setores e segmentos da economia.

As cooperativas, segundo a Lei Cooperativista nº 5.674, de 1971, se configuram como “uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados” (VEIGA; FONSECA, 1999, p 43). Ainda de acordo com a Lei 5.674/71, as cooperativas necessitam de um número mínimo de 20 pessoas, associadas livremente, sendo que, estas pessoas devem exercer a mesma atividade e são responsáveis pela instituição através da aquisição das quotas-partes<sup>10</sup>, que garantem, de forma democrática, a cada cooperado, um voto nas Assembléias para a tomada das decisões estratégicas da instituição e eleição de seus representantes no comando das atividades.

As cooperativas precisam ser eficazes e eficientes para terem viabilidade econômico-financeira em suas atividades. Por outro lado, como uma entidade social, atua conforme os sete princípios básicos do cooperativismo que orientam, sob as

---

<sup>10</sup> As quotas-partes são subdivisões do capital social da cooperativa que somadas representam o capital com o qual a cooperativa é criada e inicia as atividades da entidade, sendo que, seus valores e números são disciplinados no Estatuto Social da entidade, seguindo o que determina a Lei nº 5.764/71.

normas de seu Estatuto Social, a atuação, formação de parcerias e distribuição dos resultados.

### 3.2.1 A expansão do cooperativismo no Brasil

Desde o surgimento da primeira cooperativa, em 1887, aos dias atuais o cooperativismo brasileiro passou por diversas transformações, sendo que, o processo de expansão se verificou mais rapidamente a partir do marco legal em 1971 e durante as décadas de 1980 e 1990, quando o ambiente sócio-econômico nacional permitiu às cooperativas se constituírem em importantes instrumentos de geração de trabalho e renda para ampla gama de pessoas excluídas do mercado nacional de trabalho fruto de um processo de estagnação da economia nacional.

O Brasil saiu da década de 1980 perdendo a luta contra a inflação, mesmo tendo implantado uma forte política estabilizante na economia, que perdurou na década seguinte. Sem o crescimento da economia, a sociedade buscou alternativas de geração de emprego e renda. Neste sentido, as cooperativas em seus diversos seguimentos foram alternativas à conjuntura que se apresentava. Outro importante fator se deveu ao fato de que a partir de 1994, se observou um processo de terceirização de algumas atividades públicas, permitindo às cooperativas participarem da assunção destes serviços.

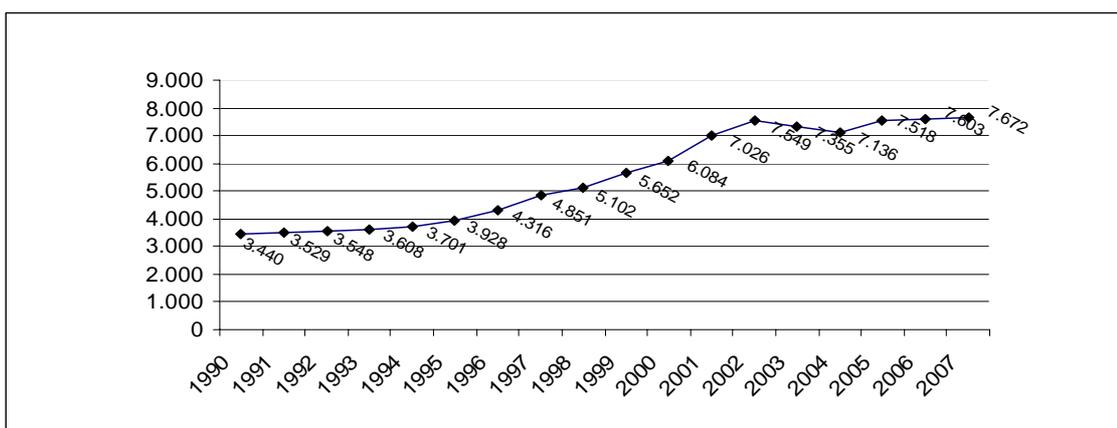


Gráfico 1 – Evolução do número de cooperativas no Brasil (1990-2007)

Fonte: OCB, Apresentação Institucional, 2008; Base: Dez. 2007.

Nota: Elaborado pelo GEMER/OCB.

Verifica-se no gráfico 1 a evolução do número de cooperativas, segundo o número de entidades afiliadas a OCB, órgão representativo oficial do setor no Brasil,

que possui representatividade em todos os estados do Brasil, através das Organizações das Cooperativas Estaduais (OCEs). De acordo com o gráfico 1 o número de cooperativas filiadas a OCB duplicou durante o período analisado.

Observando o gráfico 2, conforme dados do Departamento Nacional de Registros Comercial (DNRC), verificamos que houve um crescimento de cerca de seis vezes durante a década de 1990 aos anos 2000. Os números do gráfico 2 revelam também que do total de instituições registradas nas Juntas Comerciais nos estados são 3,4 vezes maior que as afiliadas à OCB. Este fato se deveu a não obrigatoriedade de filiação à OCB para a constituição e funcionamento das instituições, ao passo que é obrigatória o registro na Junta Comercial.

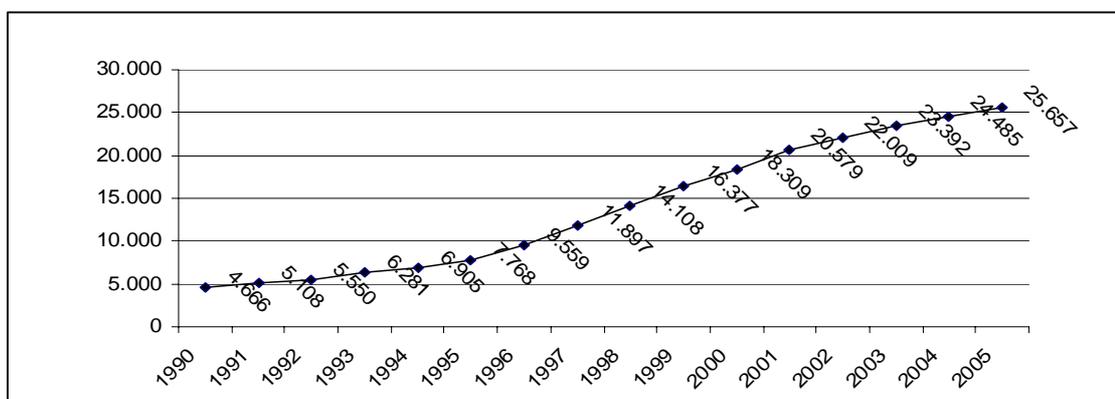


Gráfico 2 – Evolução do número de cooperativas no Brasil (1990-2005)

Fonte: Silva, McIntyre e Silva Pires (2003, p. 18). Base: Dez. 1990-2001; DNRC. Base: Dez. 2002-2005.

Nota: Adaptado pelo Autor.

Ao se analisar dados referentes ao encerramento das cooperativas se observam que é bastante inferior ao número de entidades constituídas. Desta forma, temos que no período de 1990 a 2005 a média de fechamento anual foi de cerca de 60 cooperativas por ano, de acordo com dados do Departamento Nacional de Registros Comerciais (DNRC).

Em sendo o Brasil um país de dimensões continentais, dividido em regiões geográficas com características de formação cultural e econômica distintas, tem-se que o perfil do cooperativismo formado nas cinco regiões geográficas seguiu estas distinções. Os pesquisadores brasileiros da Rede de Universidade das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos (UNICORP)<sup>11</sup> efetuaram estudos sobre as

<sup>11</sup> O estudo "Panorama do cooperativismo brasileiro: histórias, cenários e tendências", publicado em 2003, foi realizado para a Rede de Universidade das Américas para Estudos cooperativos e Associativos (UNICORP), Regional Brasil. Este estudo contou com a participação de pesquisadores

especificidades do cooperativismo desenvolvido em cada Região Administrativa do Brasil, traçando um perfil do cooperativismo brasileiro na atualidade. Convém observar o perfil diferenciado das experiências cooperativas nas diferentes regiões na atualidade, o que favoreceu o maior desenvolvimento de determinados seguimentos cooperativos nas distintas regiões do País.

Na região Norte, que compreende 45% do território nacional, predomina cooperativas extrativistas de borracha, madeira, mineração, sendo que, as atividades enfrentam problemas com infra-estrutura de transporte e de mercado consumidor, devido à extensão territorial e baixa densidade demográfica. Porém, com as políticas de integração, a partir da década de 1970, foi viabilizada a aplicação de recursos para melhoria da infra-estrutura regional e diversificação das atividades econômicas possibilitando o surgimento de novas cooperativas em outros setores da economia. Desta forma, representa atualmente 11% dos empreendimentos associativos do país, conforme os dados do gráfico 3.

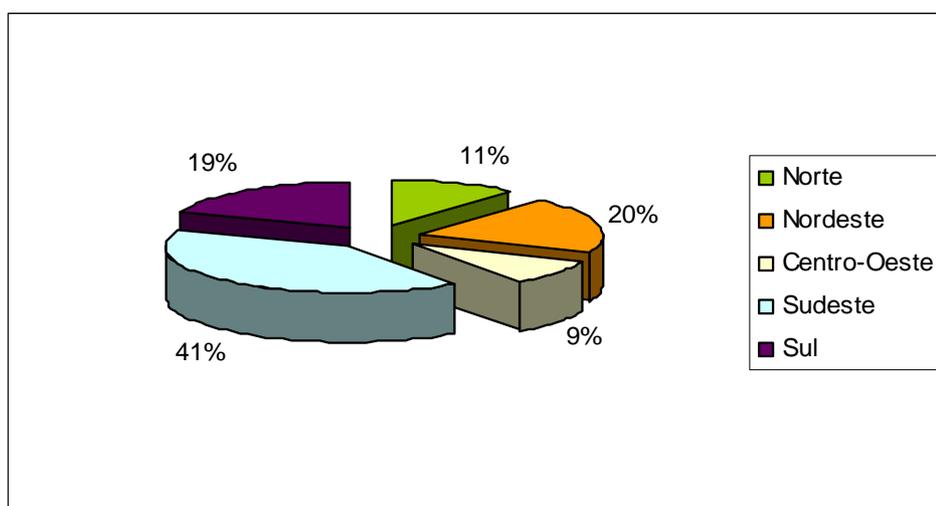


Gráfico 3 – Cooperativas por Região

Fonte: OCB, Apresentação Institucional, 2008. Base: Dez. 2007.

Nota: Elaborado pelo GEMER/OCB.

A região Nordeste, que compreende 20% do território nacional, possui a maior população rural entre as regiões e tem seu território marcado por contrastes edafoclimáticos (condições adversas de clima e solo) e culturais. Trata-se de uma região

---

da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS). O estudo foi coordenado pelos pesquisadores Emanuel Sampaio Silva, Jimmy Peixe McIntyre e Maria Luiza Lins e Silva Pires, da Universidade de Pernambuco.

que historicamente baseou suas atividades econômicas num complexo agro-exportador e que vem buscando desenvolver alternativas econômicas, através do setor industrial, via instalação de pólos petroquímicos, parques automotivos, assim como fortalecer os setores de serviços através da indústria do turismo. Neste sentido, o cooperativismo nordestino avança para outros ramos, embora predomine ainda nos municípios dos estados nordestinos as cooperativas de pequenos produtores rurais, cujo objetivo é a união dos pequenos para fortalecer seu poder de penetração nos mercados.

As cooperativas enquanto instrumento de organização dos produtores facilitam o acesso dos mesmos ao crédito, assistência técnica e assessoria por parte de órgãos governamentais e instituições de cooperação internacional, canalizando recursos financeiros e humanos para auxiliar o produtor a desenvolver melhor suas atividades. Observam-se casos em que esta lógica não se verifica quando na formação das cooperativas, políticos locais ou grandes proprietários são os articuladores do processo, fazendo com que as mesmas sirvam de instrumento de controle e má utilização dos recursos, em detrimento dos interesses da maioria de seus membros, reproduzindo a estrutura de classes local, conforme nos revela Silva, McIntyre e Silva Pires (2003).

Muitas cooperativas nordestinas foram constituídas sem planejamento adequado, mão-de-obra pouco qualificada e sistemas de gestão pouco eficientes, redundando em baixa captação de recursos e baixa competitividade. Esse quadro é reflexo do baixo nível socioeconômico do homem do campo nordestino e principalmente da não-aplicação da prática democrática no processo de auto-gestão das entidades, o que minimizaria a questão da baixa qualificação, pois atuando juntos no processo de gestão da entidade, se tornam mais fortes.

Os órgãos representativos das cooperativas nordestinas têm efetuado parcerias com universidades, órgãos governamentais e ONGs de assessoria rural, objetivando capacitar o homem do campo, para que sejam mais participativos nas discussões sobre seus interesses com os poderes locais e introduzam novas técnicas de cultivo e organização da produção, para que tenham mais produtividade e participem de forma associada dos investimentos necessários ao melhor escoamento de sua produção.

A região Centro-Oeste começou a ter um peso no movimento cooperativista após a construção de Brasília, a partir da década de 1960. Neste período o país

vivia sob a bandeira empreendedora do presidente Juscelino Kubitschek. Para incentivar a ocupação do cerrado brasileiro foram incentivadas, via políticas públicas de colonização, a criação de grande número de cooperativas de produção agrícola, nas décadas de 1960 e 1970, já sob o governo dos militares. Durante este período foi criado o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) que tem contribuído para a efetivação de investimentos na região, como estratégia de povoamento do cerrado brasileiro. A iniciativa de criação de cooperativas de pequenos agricultores foi iniciativa dos colonos do Sul e Sudeste que povoaram a região, a partir da década de 1970, sendo que, a economia do Centro-Oeste é marcada pela produção de soja e milho, segundo Silva, McIntyre e Silva Pires (2003).

Durante a década de 1980 continuou a criação dos programas de incentivo a produção da região, a exemplo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) e o Programa de Desenvolvimento Agro-ambiental do Estado do Mato Grosso (PRODEAGRO).

A região Sudeste possui uma história de formação cooperativa complexa, dada a concentração de aproximadamente 43% da população nacional nesta área, conforme dados de 2000, do IBGE.

O cooperativismo na região surgiu do processo de crescimento da produção agrícola com destaque para a produção cafeeira no estado de São Paulo. Conforme revelam Silva, McIntyre e Silva Pires (2003), de 1900 até 1970 predominaram na região o cooperativismo agrícola ou agropecuário exportador. Este panorama mudou a partir da década de 1980 com o fortalecimento do cooperativismo urbano, representado pelas cooperativas de trabalho, sendo, entretanto, um fenômeno verificado em nível nacional, porém com maior presença nos estados da região Sudoeste, cujo perfil dos empreendimentos cooperativos revela que a do ramo trabalho possui o maior número de registros.

Algumas hipóteses são analisadas por Silva, McIntyre e Silva Pires (2003) para o processo de proliferação das cooperativas de trabalho, no qual se verifica a predominância no Brasil da população urbana sobre a rural e a crise econômica vivenciada pelo país, durante as décadas de 1980 e 1990, com a estagnação da economia, proporcionando altos índices de desemprego. Neste período ocorreu também a terceirização de serviços públicos, nos quais as cooperativas puderam se habilitar para assunção destes serviços.

Convém ressaltar a criação de empreendimentos cooperativos na região Sudeste, através da experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), criado pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e adotado em outras universidades do País. Esta iniciativa contribuiu para a geração de emprego e renda de populações mais pobres, desta forma, são incubadas cooperativas de limpeza geral, manutenção predial, construção civil, artesanato, asseio e conservação.

A região Sul se caracteriza por possuir uma formação cooperativa fortemente influenciada por alemães e italianos, isto é fruto da ação coletiva oriunda de experiências européias trazidas pelos imigrantes, em conjunto com ações estatais, que remontam ao surgimento das primeiras iniciativas cooperativistas no Brasil, no início do século XX.

Inicialmente, com a predominância da pequena propriedade e ausência da presença do Estado na região, o cooperativismo surgiu como estratégia de sobrevivência no atendimento mútuo de necessidades de bens e serviços. No pós-guerra, a partir de 1946, a ação estatal fomentou a criação de cooperativas concedendo isenções tributárias como forma de suporte ao modelo agro-exportador.

O movimento se diversificou com a criação de cooperativas habitacional e incentivo às cooperativas de produção. A partir do contexto da globalização e maior exclusão social, na década de 1990, conforme nos orienta Silva, McIntyre e Silva Pires (2003), o movimento deixou a condicionante das políticas estatais e adquiriu mais liberdade de ação, multiplicando iniciativas cooperativistas mais diversificadas. Neste novo contexto, se destacaram as cooperativas de crédito.

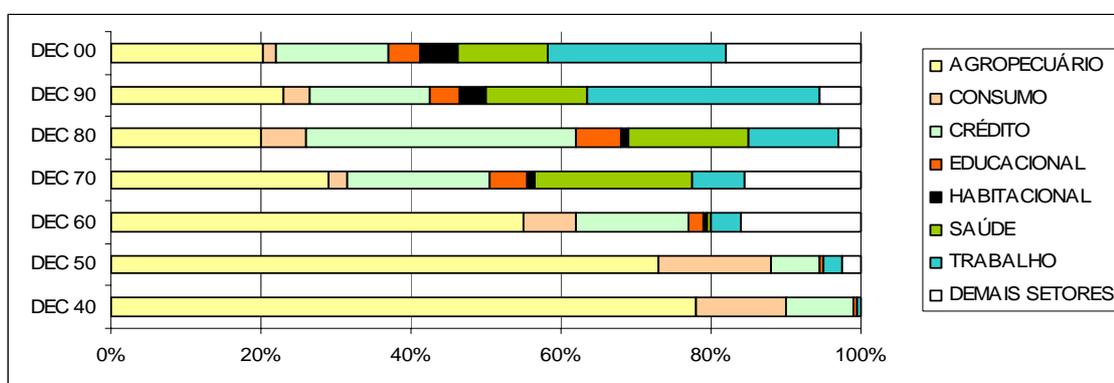


Gráfico 4 – Evolução percentual dos empreendimentos cooperativos no Brasil, por segmento de atuação

Fonte: Silva, McIntyre e Silva Pires (2003, p. 21). Base: dec. 40-90; OCB, Apresentação Institucional, 2008. Base: Dec. 00.

Nota: Dec. 00 apresentando dados até dez. 2007. Adaptado pelo autor.

No conjunto das regiões geográficas se observa que o perfil do cooperativismo brasileiro se tornou reflexo do desenvolvimento da economia brasileira, na qual múltiplas atividades nos diversos setores da economia encontraram espaço ao longo das décadas analisadas, conforme se verifica no gráfico 4. Segundo a OCB temos atualmente 13 ramos cooperativos. No gráfico 4 aparecem como demais setores os de Turismo e Lazer, Transporte, Mineral, Infra-estrutura (eletrificação, limpeza urbana, comunicação e geração de energia), Especial (deficientes físicos, dependentes químicos, dentre outras pessoas em situação especial) e de Produção.

Cada ramo possui sua estrutura própria e evolui à medida que a estrutura econômica brasileira se torna mais complexa e amadurecida. Observamos que as cooperativas agropecuárias vêm dando espaço para o crescimento de outros ramos. Esta dinâmica é fruto da mudança de perfil econômico, social e cultural do meio urbano e rural brasileiro, no qual ao longo das décadas analisadas, se observou uma mudança de predomínio da população rural sobre a urbana.

O PIB brasileiro dos setores de serviço e industrial passou a predominar sobre o PIB agrícola, assim como o próprio PIB agrícola evoluiu e passou a ser influenciado pelo processo de modernização da atividade agrícola em que complexos agro-industriais surgiram com a industrialização da agricultura. Neste contexto, surgiram novas e múltiplas relações sócio-comerciais, nas quais novos empreendimentos cooperativos ganharam força, a exemplo das cooperativas de crédito, trabalho, educação e saúde.

### **3.2.2 A criação do marco regulatório do cooperativismo brasileiro**

Observa-se, segundo Pinheiro (2007), que a legislação referente ao cooperativismo em geral no Brasil, data desde 1903, através dos Decretos do Poder Legislativo brasileiro, porém o arcabouço legal que permitiu a regulamentação da criação das cooperativas, em seus diversos segmentos, é a Lei 5.764/71, conhecida como Lei do Cooperativismo. A Lei foi criada durante o governo militar do General Médici, elaborado através de Decreto Lei, em 16 de dezembro de 1971. A Lei do Cooperativismo disciplina a criação das cooperativas estabelecendo critérios, pois de acordo com a Lei 5.764/71, as cooperativas são sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica próprias.

As cooperativas possuem natureza civil, não sujeitas a falência e devem prestar serviços aos associados, sendo constituídas para o mercado e capazes de realizar atividades que gerem receitas que as tornem auto-sustentáveis. Os resultados, obtidos no final de cada exercício, são distribuídos sob a forma de dividendos entre todos os cooperados ou reinvestidos em melhorias para a entidade conforme normas estabelecidas nos seus Estatutos Sociais.

As cooperativas podem se filiar ou não à OCB, entidade que coordena através das suas filiais em cada estado da federação, as OCEs, as cooperativas em funcionamento, porém é obrigatório o registro da cooperativa nas Juntas Comerciais<sup>12</sup>.

Em nível internacional o órgão que coordena o movimento cooperativista é ACI, que em seu Congresso de 1995, reafirmou às entidades cooperativas em todo o mundo os sete princípios cooperativistas, que todo empreendimento desta natureza deve seguir, conforme revela Valadares (2005):

- a) adesão Voluntária e Livre - não se devem compelir as pessoas a associar-se a uma entidade cooperativa;
- b) gestão democrática pelos membros – cada cooperado tem direito a um voto;
- c) participação econômica dos membros – 100% do capital social das cooperativas são constituídos por quotas-partes, que possuem valores iguais, sempre inferiores a um salário mínimo vigente e cujo montante deve ser distribuído de forma democrática, evitando acúmulo em prol de um ou grupo minoritário de cooperados, frente ao conjunto dos cooperados;
- d) autonomia e independência – as cooperativas operam sem participação de instituições privadas ou governamentais em sua constituição em seus Estatutos;
- e) educação, formação e informação – as cooperativas devem investir na formação educacional e técnica de seus membros;
- f) intercooperação – as cooperativas são estimuladas a trabalhar em rede com outras cooperativas;

---

<sup>12</sup> As Juntas Comerciais são instituições governamentais responsáveis por guardar o Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ). Através deste registro é formalizada a existência das empresas comerciais ou instituições da sociedade civil, a exemplo de associações, cooperativas, sindicatos, partidos políticos, igrejas, etc.

- g) interesse pela comunidade – as entidades operam em determinadas comunidades e devem contribuir para a melhoria das condições de vida da comunidade na qual está inserida.

Estes princípios estão incorporados aos Estatutos Sociais das cooperativas, que em suas atividades procuram efetivá-los, objetivando se diferenciar não somente das empresas capitalistas em geral, mas também reafirmar a sua missão promotora da economia em bases solidárias e sustentáveis.

### **3.2.3 As mudanças legais e a nova geração de cooperativas**

As mudanças legais para o movimento cooperativista que se verificam na atualidade objetivam adequar as entidades ao contexto da globalização, formando a nova geração de instituições cooperativas, embora diante das mudanças que se apresentam, as cooperativas seguem fiéis aos sete princípios fundamentais.

No Brasil, a Constituição de 1988 afasta a intervenção estatal no funcionamento das cooperativas, porém a reforma da Lei nº 5.674/71 que objetiva modernizar o movimento, ainda tramita no Congresso Nacional.

O Novo Código Civil Brasileiro (NCC) de 11 de janeiro de 2003 já aponta algumas modificações na legislação cooperativa. Entre algumas das mudanças podemos citar:

- a) a possibilidade de ser regida por contrato e não mais por estatutos;
- b) a possibilidade de criação de cooperativas sem a formação do capital social;
- c) a diminuição do número mínimo de cooperados na sua formação, sendo o suficiente para que seja formada sua administração, sem limite máximo de sócios;
- d) a necessidade de aprovação unânime dos sócios para a modificação do contrato.

Bialoskorski Neto (1999) efetua uma análise do direito de propriedade nas cooperativas em seu artigo: A nova geração de cooperativas e a coordenação de sistemas agroindustriais. Bialoskorski Neto (1999) avalia a questão das quotas-partes, salientando que as mesmas não se constituem uma reserva de valor para os associados, uma vez que, não se pode ampliar o capital ou mesmo negociar no mercado as quotas-partes, como forma de transformá-las em unidades monetárias, o que acarreta a não utilização dos seus ativos para capitalizar a cooperativa e os

próprios cooperados obterem retorno financeiro com a venda de seu estoque de quotas-partes, venda parcial ou integral.

As quotas-partes se valorizariam à medida que as cooperativas mais rentáveis proporcionassem melhores distribuição de dividendos, como acontece com as ações das empresas negociadas nas bolsas de valores. Desta forma, as cooperativas poderiam captar mais recursos no mercado, para novos investimentos à medida que pudessem contar com um mercado de compra e venda de quotas-partes e por elas o mercado pudesse ter a expectativa de auferir ganhos futuros, com a valorização das quotas-partes.

A sugestão de Bialoskorski Neto (1999) indica modificações na legislação das cooperativas conforme ocorreu no norte dos Estados Unidos e também no Canadá, surgindo a Nova Geração de Cooperativas (NGC), que seguem os princípios cooperativistas, porém têm orientação para o mercado, quando permite a reserva de valor para que o cooperado possa crescer seu capital dentro da cooperativa e possa transacionar suas quotas-partes, sendo remunerado à altura dos seus investimentos, porém se mantém os princípios democráticos de funcionamento da entidade e o equilíbrio de poderes, para que a entidade não se transforme numa sociedade controlada por um grupo minoritário de detentores do capital da entidade, dividido em quotas-partes.

### 3.3 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O Cooperativismo de crédito é o segmento o qual o presente trabalho está centrado e se constitui em objeto de análise, em relação à sua definição, estrutura e evolução, de modo a contextualizar a atuação da Sicoob Sertão, que representa nosso estudo de caso. Atualmente as cooperativas de crédito são definidas como:

Instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedades cooperativas, tendo por objetivo a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessões de crédito, captações de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas, atribuídas e estabelecidas pela legislação em vigor. (PINHEIRO, 2007, p. 7).

A primeira iniciativa associativa de apoio financeiro local foi criada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, em 1847. Esta iniciativa serviu de modelo para a

criação, em 1864, da Associação de Caixas de Empréstimos de Heddesdorf. Esta última iniciativa ficou conhecida como cooperativas de crédito do tipo *Raiffeisen*, caracterizadas pela atuação restrita em áreas tipicamente rurais, ausência de capital social, responsabilidade ilimitada e solidária dos sócios, que votavam independente do número de quotas-partes. Outra característica destas entidades era a não-distribuição das sobras ou excedentes, conforme revela Pinheiro (2007).

As cooperativas de crédito urbanas tiveram sua origem através de um prussiano chamado Herman Schulze, em 1856, na cidade alemã de Delitzsch, que passaram a ser conhecidas como *Schulze-Delitzsch*. Estas dividiam as sobras proporcionalmente ao capital aplicado de cada sócio e possuíam atuação local e regional ao contrário das do tipo *Raiffeisen*.

Outra famosa experiência cooperativa de crédito foi idealizada pelo italiano Luigi Luzzatti, em Milão, conforme nos revela Pinheiro (2007), que constituiu as cooperativas do tipo *Luzzati*, em 1865, cuja característica principal era a não-exigência de vínculo entre os sócios<sup>13</sup>, exigindo apenas uma limitação geográfica, em nível de bairro ou município, conforme explica Pinheiro (2007).

No caso da América, a primeira cooperativa de crédito foi inspirada nos modelos supracitados, na província canadense de Quebeq, no ano de 1900, pelo jornalista Alphonse Desjardins, cuja principal característica era a exigência de vínculo entre os sócios. Este tipo de cooperativa de crédito deu origem, no Brasil às instituições conhecidas como cooperativas de crédito mútuo, conforme revela Pinheiro (2007).

### **3.3.1 O cooperativismo de crédito no Brasil**

A primeira iniciativa cooperativa brasileira a prover algum serviço financeiro aos seus associados foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, 1889, que criou uma caixa de auxílios e socorros para as viúvas pobres dos associados que caíssem em indigência, por falta de condições de geração de renda. Segundo Pinheiro (2007) há referência da existência em obra publicada pela Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMIG)

---

<sup>13</sup> O vínculo entre os sócios significa que estes devem ser vinculados a uma mesma empresa, pública ou privada, profissão ou classe.

de uma instituição chamada Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, criada em 1885, antes, portanto, da instituição de Ouro Preto.

A primeira iniciativa brasileira, entretanto, com características de uma moderna cooperativa de crédito do tipo *Raiffeisen*, foi a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, em 1902, Nova Petrópolis (RS), que depois passou a se chamar Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis.

Convém esclarecer as principais características dos dois modelos de cooperativas de crédito mais difundidos no Brasil, as do tipo *Luzzatti* e *Raiffisen*, que foram reformuladas no Decreto nº. 22.239, do Poder Legislativo, em seu artigo 30, de 19 de dezembro de 1932. Estas características permitem verificar quais serviços e como atuavam as primeiras cooperativas de crédito brasileiras.

<b>Cooperativas do tipo <i>Raiffeisen</i></b>	<b>Cooperativas do tipo <i>Luzzatti</i></b>
- Ausência de capital social e indivisibilidade entre os associados de qualquer lucro.	- Capital social dividido em quotas-partes de pequeno valor, acessíveis a todas as bolsas.
- Responsabilidade pelos compromissos da sociedade, pessoal, solidária e ilimitada de todos os associados.	- Responsabilidade pelos compromissos da sociedade limitada ao valor da quota-parte do capital que os associados se obrigaram a realizar.
- Atribuição dada à Assembléia Geral para controlar as responsabilidades, fixando anualmente, pelo menos, a quantia máxima dos compromissos da sociedade, o valor máximo de empréstimo e o total dos empréstimos.	- Administração constituída por conselho de administração, composto, pelo menos, de cinco membros, eleitos pela Assembléia Geral, sendo o presidente do conselho e diretor-gerente da sociedade designados diretamente na ata da eleição e mais um conselheiro a cada mês de turno, formando a diretoria executiva, cabendo ao corpo coletivo, as atribuições mais gerais e de regulamentação, e à diretoria as funções mais particularizadas e executivas.
- Área de operações reduzida a uma pequena circunscrição rural, de preferência o distrito municipal, mas que não poderiam, em caso algum, exceder o território de um município.	- Área de operações circunscritas, tanto quanto possível ao território do município em que tiver sede, só podendo estabelecer área maior, fora desse território, quando municípios próximos abrangessem zonas economicamente tributárias daquele em que estiver, não se incluindo, entretanto, no limite da área, aquelas operações que consistiam em cobranças ou permutação de fundos.
- Empréstimos concedidos exclusivamente aos associados, lavradores ou criadores, que fossem solváveis, dignos de crédito e domiciliados na circunscrição onde a caixa tivesse sua área de ação ou possuíssem uma propriedade agrícola - destinados a serem aplicados em sua atividade agrária – e para certo e determinado fim, declarado pelo solicitante e julgado útil e produtivo, pelo conselho de administração, sendo absolutamente proibidos os empréstimos de mero consumo.	- Empréstimos concedidos exclusivamente aos associados domiciliados na circunscrição considerada como área de operações, dando a administração sempre preferência às operações de menor valor e ao crédito pessoal sobre a garantia real.

Quadro 1 – Características das cooperativas do tipo *Raiffeisen* e *Luzzatti* – Decreto 22.239/32

Fonte: Pinheiro (2007, p. 32-33).

Nota: Elaborado pelo autor.

A partir do Decreto 22.239, surgiram quatro tipos de instituições baseadas nas características dos modelos *Luzzatti* e *Raiffisen* expostos no Quadro 1:

a) as cooperativas de crédito agrícola destinadas a ofertar serviços de crédito rural entre seus associados;

b) as cooperativas de crédito mútuo, que tinham como característica a associação de empregados de determinada empresa, corporação ou instituição (pública ou privada);

c) as cooperativas populares de crédito urbano, semelhantes às *Luzzattis*, porém sem todas as suas características. Atualmente se fazem presentes por meio da regulamentação das cooperativas de livre admissão, através da Resolução 3.058, de 20 de dezembro de 2002, do Bacen. Estas instituições podem ser formadas por pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, incluídas as atividades da área rural;

d) as cooperativas de crédito de profissionais, de classes ou de empresas, que se diferenciavam das de crédito mútuo por não exigir vínculo com alguma instituição, mas sim uma afinidade, como o fato de exercerem uma mesma profissão;

e) as cooperativas mistas com seção de crédito, sendo que, estas se caracterizaram por ter múltiplas atividades, a exemplo de produção e crédito.

Segundo dados de 2006, apresentados no gráfico 5, as cooperativas de crédito brasileiras apresentam predominância das entidades de crédito mútuo, em função das facilidades para a sua criação e incentivos a sua criação, tendo proliferado no Brasil as instituições da área médica.

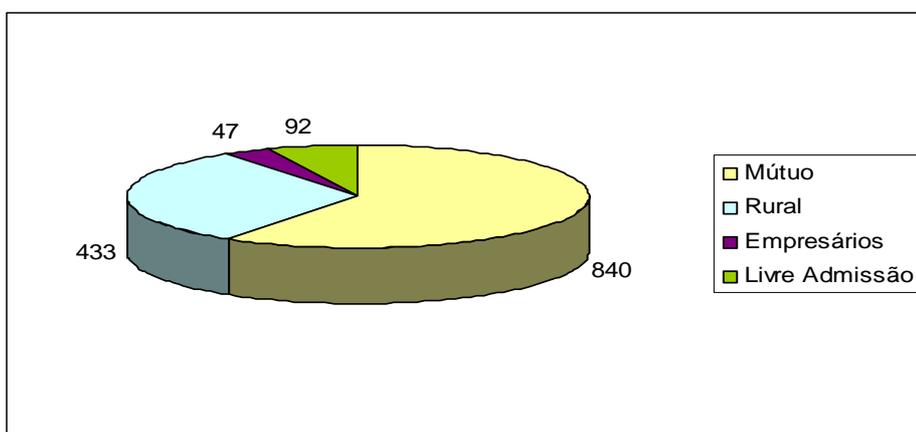


Gráfico 5 – Cooperativas por forma de associação  
Fonte: Soares e Sobrinho (2006, p. 105). Base: dez. 2006.

### **3.3.2 O cooperativismo de crédito e a nova orientação política para as microfinanças no Brasil**

O termo microfinanças é conceituado como a oferta de “todos os serviços financeiros para a população de baixa renda, incluindo financiamento ao consumo” (SOARES e SOBRINHO, 2006, p. 52). Estes serviços são ofertados pelas IMFs, que são especializadas na oferta destes serviços. Como exemplo de IMFs podemos destacar as Organizações Não Governamentais (ONGs), Oscips, Cooperativas de Crédito, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), Bancos Comerciais públicos e privados através de correspondentes bancários ou carteiras especializadas e fundos institucionais, conforme revelam Soares e Sobrinho (2006).

A eleição do presidente Lula, em 2002, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), permitiu a liderança do poder executivo nacional um político que traz uma orientação política contrária a alguns itens do receituário neoliberal, embora em seu governo alguns bancos venham experimentando a cada ano, lucros recordes, o setor passou por um processo de concentração, dado o nível de competitividade, levando aos processos de fusões e aquisições. Neste sentido, o governo tem implantado políticas de incentivo a outras instituições de crédito, a exemplo das cooperativas de crédito, como forma de expandir a relação crédito/PIB nos mais distantes municípios brasileiros.

O governo Lula lançou em 2003 o pacote do microcrédito, que objetivava manter a disposição dos bancos um percentual de 2% dos depósitos à vista recolhidos como compulsório ao Bacen para serem aplicados em operações de microcrédito de até R\$ 600,00 aos correntistas, classificados como de baixa renda.

O microcrédito pode ser definido como a atividade de emprestar pequenos créditos em prazos curtos a pessoas físicas e jurídicas que possuam atividades empreendedoras, por meio de uma metodologia específica de concessão:

- a) utiliza a figura do agente de crédito como elemento fundamental no processo de concessão, o qual visita os empreendimentos, avaliando seu potencial enquanto tomador de recursos;
- b) atualmente se oferece microcrédito individual com fiador, porém a metodologia inovou ao utilizar como garantia para o crédito o aval solidário, no qual grupos de comerciantes se unem e se responsabilizam solidariamente pelo total do crédito ofertado ao grupo. Desta forma, num

grupo de três, se dois não pagarem suas parcelas, o terceiro será chamado a pagar pelos três componentes do grupo. O aval solidário permitiu o acesso ao crédito a pessoas das camadas mais pobres da população, desprovidas de garantias reais ou que possuam dificuldades de acesso a pessoas que lhes dêem fiança.

O pacote de medidas de 2003 que objetivava ampliar a oferta de microcrédito no Brasil evoluiu para a Lei 11.110, conhecida como Lei do Microcrédito. Através da Lei 11.110 o governo pôde estruturar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), de 25 de abril de 2005, estimulando ainda mais a oferta de microcrédito no País.

A Lei 11.110 regulamentou as condições de acesso aos recursos para ofertar microcrédito e também quais instituições estão habilitadas a ofertar este tipo de crédito, assim como os limites de valores e prazos para os créditos ofertados. A Lei do Microcrédito faz parte do processo de implantação de políticas de combate à pobreza e as desigualdades do governo Lula. O objetivo da Lei do Microcrédito é:

[...] estimular a bancarização das camadas populares – com o apoio das organizações financeiras de grande porte como a CEF e o BB – e fortalecer a expansão do cooperativismo de crédito – principalmente com a abertura de cooperativas de crédito de livre admissão. Segundo o Governo, popularizar o acesso ao SFN, ampliar a oferta de (micro) crédito e criar maior concorrência no mercado bancário para reduzir os *spreads* e os juros, eram medidas fundamentais para combater o desemprego e revitalizar a economia nacional. (BÚRIGO, 2006, p. 17).

Desta forma, o Brasil reforça a orientação de que a superação da condição de baixo acesso aos recursos financeiros, por grande parte da sociedade brasileira, deva ser conduzida através da ampliação da presença das OFLs dentro da lógica das “finanças de proximidade”, conforme analisa Búrigo (2006 apud SERVET; VALLAT, 2001, p. 13).

Búrigo (2006) cita em nota uma afirmação de Paul Singer durante um evento de finanças solidárias em 2003, no Rio de Janeiro, no qual diz que o SFN funciona muito bem no Brasil para os mais ricos e que é necessário inventar um SFN que atenda aos mais pobres. As instituições do sistema financeiro propostas por Singer devem conhecer melhor as necessidades de seus clientes e para tanto precisam se aproximar da comunidade na qual atua, mobilizando a poupança formada para o desenvolvimento do potencial produtivo da própria comunidade. Para tanto, estas instituições devem possuir aproximação geográfica, administrativa, cultural e política,

conforme frisa Búrigo (2006), caracterizando segundo seu entendimento, o processo de “finanças de proximidade”.

O fato de o governo federal lançar um pacote oficial de medidas objetivando popularizar o acesso ao SFN não só fortalecendo bancos de grande atuação nacional a exemplo da Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB), mas também fortalecendo a expansão das OFLs, revelam a importância estratégica destes programas enquanto instrumento de inclusão social.

Dentre as IMFs apoiadas pelo governo federal, as cooperativas de crédito recebem especial atenção por parte das políticas públicas voltadas para a democratização do acesso ao crédito. Entre os méritos atribuídos às cooperativas de crédito está a capacidade de se adaptar com eficiência a dinâmica econômica de pequenas comunidades, ocupando os espaços deixados pelos bancos, de modo a financiar as atividades produtivas locais.

As cooperativas de crédito se destacam entre as IMFs, por ofertarem ampla gama de serviços financeiros aos seus beneficiários e por estarem entre as instituições mais próximas de seus beneficiários e podem se inserir, conforme analisa Búrigo (1997), num conjunto de organizações e fatores políticos e sociais que têm o potencial de desencadear o desenvolvimento local. Para tanto, a cooperativa de crédito deve servir de articulação com outros atores dos meio urbano e rural: técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, pesquisadores, políticos, dirigentes e técnicos de organizações dos movimentos sociais (ONGs, Sindicatos, Associações, etc.).

### **3.3.3 Cooperativismo de crédito rural e as mudanças legais em curso**

O processo de evolução do cooperativismo de crédito rural possui um importante componente, que vem permitindo maior liberdade de ação e adequação dos serviços ofertados à demanda de seus cooperados. Trata-se da legislação para o setor, que vem evoluindo no sentido de equiparar as cooperativas de crédito às instituições bancárias tradicionais que costumam ofertar maior gama de serviços financeiros a seus clientes.

O cooperativismo de crédito no Brasil esteve inicialmente ligado ao Ministério da Agricultura devido ao fato de as primeiras cooperativas de crédito terem foco de atuação no meio rural, a partir de 1902. Através da criação da Superintendência de

Moeda e Crédito (SUMOC), em 1945, houve a criação de um conflito entre os dois órgãos relativos à fiscalização do segmento de cooperativas de crédito, pois o Ministério da Agricultura reivindicava a autoridade sobre o segmento que possuía caráter rural. Outro aspecto importante a se considerar é que entre 1945 e 1964 o Brasil enfrentou períodos politicamente instáveis, que culminou no Golpe Militar de 1964. Este período da história política nacional foi marcado por forte supervisão estatal sobre a movimentação das organizações de base popular, principalmente no meio rural através do cooperativismo.

Em 1964, quando ocorreu a reforma bancária que editou a Lei 4.595, que criou o Bacen e extinguiu a SUMOC, o conflito de autoridades foi solucionado. A Lei 4.595 equiparou as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras e definiu a responsabilidade sobre o setor, atribuindo-a ao Bacen, operacionalizando a regulação e fiscalização sobre o segmento. A legislação referente às cooperativas de crédito vem sofrendo alterações significativas desde a reforma bancária, objetivando dinamizar o setor e estender seus serviços financeiros no meio urbano e rural, sendo que, no meio rural se encontram o menor número de beneficiários do acesso ao SFN.

Dois modelos de cooperativas de crédito foram incentivados no Brasil, segundo Pinheiro (2006), cujas principais características são:

- a) cooperativa de crédito mútuo: quadro social formado por pessoas físicas que exerçam determinada profissão ou atividades comuns, ou estejam vinculadas à determinada entidade e, excepcionalmente, por pessoas jurídicas que se conceituem como micro e pequena empresa que tenham por objeto as mesmas atividades ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas, ou ainda, aquelas sem fins lucrativos, cujos sócios integrem, obrigatoriamente, o quadro de cooperados;
- b) cooperativa de crédito rural: quadro social formado por pessoas físicas que, de forma efetiva e predominante, desenvolvam, na área de atuação da cooperativa, atividades agrícola, pecuária ou extrativa, ou se dediquem a operações de captura e transformação do pescado e, excepcionalmente, por pessoas jurídicas que exerçam exclusivamente as mesmas atividades. (PINHEIRO, 2006, p. 40-41).

Outro importante passo na estruturação e autonomia do setor foi dado a partir da Resolução 2.193, de 1995, que permitia a criação dos bancos cooperativos. Esta Resolução possibilitou a autonomia em relação ao uso do Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis. A partir de então foram criados o Banco Cooperativo Sicredi – Bansicredi, ligado ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e o Banco

Cooperativo do Brasil (Bancoob), ligado ao Sistema de Cooperativismo de Crédito do Brasil (Sicoob).

Inicialmente os bancos cooperativos operavam com atuação restrita devido a uma legislação reticente quanto à viabilidade dos mesmos, porém com o amadurecimento dos empreendimentos, foi-se ampliando o nível de autorização, por meio de Circulares e Resoluções, a exemplo da Resolução 2.788, de 2000, que possibilitaram a atuação equiparada aos bancos comerciais, podendo abrir seu capital para outros investidores que não somente as Centrais Cooperativas. A atuação dos bancos cooperativos conferiu autonomia ao setor em ofertar serviços mais complexos e participar do Sistema Nacional de Compensação de Cheques (SNCC), restritos aos bancos. Desta forma, a cooperativa de crédito necessita obrigatoriamente estar ligada a um banco, sendo assim, que seja um banco cooperativo.

Convém destacar também a importância para o setor a Lei 9.848, de 1999, e a Resolução 3.188, de 2004, que permitiram a ampliação por parte das cooperativas, o acesso a fontes de recursos mais baratas, a exemplo de contratos de crédito rural, com subvenção do Governo Federal e captação de poupança rural entre os associados. Estes recursos são importantes para ampliação da oferta de crédito rural, adequado à população rural, uma vez que, as cooperativas de crédito rural conhecem as necessidades locais.

O Governo Federal em parceria com instituições da sociedade civil vem discutindo novos modelos de atuação das cooperativas de crédito rural. Neste sentido, as cooperativas de crédito sofrerão modificações na legislação que regulamenta suas atividades que possibilitarão segundo Bittencourt (2001):

- a) permissão para que os bancos Cooperativos captem poupança rural, através das cooperativas de livre adesão e cooperativas de microempresários;
- b) autorização para o BNDES repassar recursos de custeio do Pronaf para as Centrais Cooperativas e Bancos Cooperativos;
- c) permissão para que funcionários públicos possam participar de cooperativas e associações (Lei 11.094/95);
- d) isenção da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre atos cooperativos para as sociedades cooperativas (Lei 10.865/04);

- e) criação de uma linha de crédito para financiamento de quotas-parte para cooperativas de crédito rural de pequeno porte (Até R\$ 1 milhão de Capital Social);
- f) estímulo para realização de Depósitos Interbancários Rurais especiais para o Pronaf – safra 04/05, facilitando o repasse de Bancos para cooperativas de crédito;
- g) retirado das cooperativas de crédito de livre adesão e de microempreendedores a obrigatoriedade de aplicação de 2% de seus depósitos a vista em operações de microcrédito.

As mudanças legais acima citadas permitem a ampliação das atividades das cooperativas de crédito urbanas e rurais, pois injetam recursos para crédito com custos de captação menores e também reduz os custos das transações, reduzindo a carga tributária. Estas ações, por consequência, reduzem os *spreads*, expandindo o acesso ao crédito à base dos cooperados e permite a abertura de mais cooperativas para atender a demanda por serviços financeiros no Brasil.

#### 3.3.3.1 A cronologia normativa para o cooperativismo de crédito rural brasileiro

O cooperativismo de crédito possui uma cronologia normativa que vem sendo criada desde os Decretos Lei do Poder Legislativo do início do século passado, passando pelas regulamentações do Ministério da Agricultura, pelas normas da extinta SUMOC, que regulava as instituições financeiras no país, até a regulamentação atual exercida pelo Bacen.

No Quadro 2 abaixo se encontra um resumo da cronologia de Decretos Lei, Resoluções e Cartas Circulares dos principais órgãos reguladores do cooperativismo de crédito ao longo de sua história no Brasil, conforme organizou Pinheiro (2007). Convém ressaltar que não se encontram todos os instrumentos normativos para o setor, mas os considerados mais importantes que marcaram a evolução e organização do segmento, desde a sua criação em 1902, pela entrada em operação da Sociedade Cooperativa Caixa Econômica e Empréstimo de Nova Petrópolis, atualmente transformada no modelo mais moderno permitido pela legislação em vigor, passando a funcionar como Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha – Sicredi Pioneira RS.

<b>Mudanças Legais</b>	<b>Data</b>	<b>Sentido prático de sua implantação</b>
Decreto do Poder Legislativo Nº. 979	06/01/1903	Permite aos Sindicatos a organização de Caixas Rurais de crédito agrícola, cooperativas de produção e consumo.
Decreto do Poder Legislativo Nº. 1.637	05/01/1907	As cooperativas poderiam ser organizadas como sociedades anônimas, em nome coletivo ou em comandita e poderia receber dinheiro a juros dos sócios e pessoas estranhas a sociedade. Este decreto foi considerado a primeira norma a disciplinar o funcionamento das cooperativas de livre adesão.
Lei Nº. 4.984	31/12/1925	Exclui as cooperativas de crédito do tipo <i>luzzatti</i> e <i>raiffeisen</i> da exigência de expedição de cartas patentes e pagamento de cotas de fiscalização e atribui ao Ministério da Agricultura competência de sua fiscalização.
Decreto Nº. 17.339	02/06/1926	Decreto que indica ao Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a fiscalização sobre as cooperativas de crédito.
Decreto do Poder Legislativo Nº. 22.239	19/12/1932	Este Decreto reforma o de nº. 1.637, definindo-o de forma particular, diferenciando as cooperativas de crédito das demais sociedades cooperativas. Desta forma, as cooperativas de crédito, segundo o Decreto, são instituições que possuem como foco principal a oferta de moeda e crédito aos seus associados e determina que alguns tipos de cooperativas de crédito só poderiam ser constituídos mediante prévia autorização do governo.
Decreto Nº. 24.647	10/07/1934	Revoga o Decreto Nº. 22.239, estabelece que todas as cooperativas de crédito passem a necessitar de prévia autorização do governo para serem criadas. O Decreto informa também que as cooperativas de crédito devem ser formadas por pessoas de mesma profissão ou profissões afins, exceto as formadas por industriais, comerciantes ou capitalistas, que poderiam ser constituídas por pessoas de profissões distintas.
Decreto-Lei Nº. 581	01/08/1938	Este Decreto passa para o Ministério da Fazenda a incumbência de fiscalizar as cooperativas de crédito urbanas e mantém as cooperativas de crédito rural sob fiscalização do Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura.
Decreto-Lei Nº. 5.893	19/10/1943	Retorna ao Ministério da Agricultura a fiscalização de todos os tipos de cooperativas independente do tipo e cria a Caixa de Crédito Cooperativo, que financia e fomenta o cooperativismo.
Decreto-Lei Nº. 7.293	02/02/1945	Cria a Superintendência da Moeda e Crédito (Sumoc), atribuindo a este órgão a fiscalização sobre os bancos, casas bancárias, sociedades de crédito, financiamento, investimento e cooperativas de crédito, cabendo a ele o processamento dos pedidos de autorização para funcionamento e demais solicitações do setor.
Lei Nº. 1.412	13/08/1951	Transforma a Caixa de Crédito Cooperativo em Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), objetivando oferecer maior apoio e assistência às cooperativas.
Decreto Nº. 46.438	16/07/1959	Cria o Conselho Nacional de Cooperativismo, que objetivou reunir lideranças e autoridades governamentais do cooperativismo de modo a discutir

		políticas públicas mais adequadas para o setor.
Portaria Nº. 1.098, Ministério da Agricultura	11/12/1961	De acordo com esta Portaria, as cooperativas de crédito do tipo: <i>raiffeisein</i> ; cooperativas de crédito agrícolas; mistas com seção de crédito agrícola; centrais de crédito agrícolas e cooperativas de crédito mútuo, não estavam sujeitas a prévia autorização para se constituírem.
Decreto do Conselho de Ministros Nº. 1.503	12/11/1962	Suspendeu as autorizações e os registros para novas cooperativas de crédito ou com seções de crédito.
Lei nº. 4.595	31/12/1964	Equipara as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras e transfere ao Bacen as atribuições definidas em Lei ao Ministério da Agricultura, no que se refere a autorização para funcionamento, fiscalização e regulação para cooperativas de crédito de qualquer tipo.
Resolução Nº. 11, do recém criado Conselho Monetário Nacional (CMN)	20/12/1965	Veda o uso da palavra "banco" na denominação das cooperativas de crédito, determina a extinção das atividades de crédito de quaisquer dependências das entidades (agências, escritórios, etc.), em seguida autoriza o funcionamento de apenas dois tipos de cooperativas de crédito: a de produção rural para a oferta de crédito aos seus associados e as de funcionários de determinada empresa ou entidade pública ou privada.
Resolução Nº. 15 - CMN	28/01/1966	As cooperativas de crédito ou com seções de crédito só poderiam captar depósitos à vista e devem sempre distribuir anualmente as sobras aos associados.
Resolução Nº. 27 - CMN	30/06/1966	Informa que apenas os associados pessoas físicas, funcionários da cooperativa e de instituições de caridade, religiosas, científicas, educativas e culturais, beneficentes ou recreativas das quais participem apenas associados ou funcionários da cooperativa estão autorizados a efetuarem depósitos para as cooperativas.
Decreto-Lei Nº. 59	21/11/1966	Revoga o Decreto nº. 22.239 e o Decreto-Lei nº. 5.154, determinando que as atividades de crédito das cooperativas só podem ser efetuadas por entidades constituídas exclusivamente para este fim, sendo que as cooperativas mistas com seções de crédito estão autorizadas a constituir cooperativas autônomas para suas seções de crédito, desde que as mesmas cumpram as exigências do Bacen.
Lei Nº. 5.764	16/12/1971	A Lei do Cooperativismo institui o marco regulatório para o cooperativismo no Brasil. Institui a que regime jurídico o qual as cooperativas pertencem, assim revoga o Decreto lei nº. 59 e define que as cooperativas são sociedades de pessoas, de natureza civil e mantém a fiscalização das cooperativas de crédito a cargo do Bacen.
Decreto Nº. 99.192	21/03/1990	Extingue o BNCC.
Resolução Nº. 1.914	11/03/1992	Veda a constituição das cooperativas de crédito do tipo <i>luzzatti</i> que permitem a constituição de cooperativas de crédito sem restrição de associados (não pertencentes a apenas um determinado setor comercial ou profissão) e estabelece que apenas as cooperativas de crédito mútuo e de crédito rural possam ser constituídas.
Resolução Nº. 2.193	31/08/1995	Permite a criação dos bancos comerciais controlados por cooperativas de crédito, ou seja, os bancos cooperativos.

Resolução Nº. 2.608	27/05/1999	Atribui às Cooperativas Centrais o papel de supervisionar e realizar auditorias nas cooperativas singulares e estabelece limites de volume de patrimônio ajustado por cooperativa. A Resolução também indica a redução dos limites de concentração de risco por cliente e de endividamento, ou seja, redução dos níveis de provisão para devedores duvidosos, o que permite maior liberdade de expansão das carteiras de crédito; incentiva a estruturação das Centrais responsáveis pelo controle e capacitação técnica dos quadros funcionais; aumenta as exigências operacionais para as cooperativas “solteiras” que operam de forma independente de Centrais; estimula maiores possibilidades de oferta de serviços aos associados e ao público em geral.
Resolução Nº. 2.788	30/11/2000	Permite a constituição de bancos múltiplos cooperativos.
Artigos 1.903 <sup>a</sup> 1.096 da Lei Nº. 10.406 do Novo Código Civil Brasileiro	10/01/2002	Estabelece quais características básicas devem possuir uma sociedade cooperativa, e dispõe que a Lei que as regulamenta de forma específica é a Lei 5.764/71.
Resolução Nº. 3.058	20/12/2002	Permite a criação de cooperativas de crédito mútuo formadas por pequenos empresários, microempresários e microempreendedores dos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços, cuja receita bruta anual não ultrapasse o valor estipulado pela legislação referente aos limites de receita bruta anual para as pequenas empresas. Esta medida permite o incentivo à capitalização dos micro empresários e micro empreendedores, num país em que 55,4% dos empreendimentos são abertos por necessidade, devido à falta de colocação no mercado de trabalho, conforme pesquisa da <i>Global Entrepreneurship Monitor</i> , citada por Soares e Sobrinho (2007).
Resolução Nº. 3.106	25/06/2003	Revoga a Resolução 2.771, de 30/08/2000, que limita o Patrimônio Líquido das cooperativas de crédito e a Resolução 3.058 e permite a criação de cooperativas de livre admissão de associados (sem que os mesmos pertençam a um determinado setor ou profissão específica ou esteja ligada a uma empresa ou instituição pública ou privada) em localidades com menos de cem mil habitantes ou que as cooperativas existentes possam se converter a livre admissão, em localidades com menos de 750 mil habitantes. Nestes casos é obrigatória a adesão ao Fundo Garantidor de Crédito, instrumento criado pelo governo que permite minimizar os riscos aos associados em caso de falência da cooperativa.
Resolução Nº. 3.140	27/11/2003	Esta Resolução cria um tipo de cooperativa de crédito intermediária entre a livre admissão e a de microempresários, podendo se associar de acordo com o vínculo empregatício ou categoria profissional, a exemplo de empresários ligados a um mesmo sindicato patronal.
Resolução Nº. 3.156	17/12/2003	Autoriza as cooperativas de crédito a contratarem correspondentes no país. O correspondente é uma figura que opera os serviços da cooperativa de crédito mediante um contrato de prestação de serviços entre

		a empresa, a exemplo de um mercadinho, padaria, etc. autorizada previamente a operar os serviços da cooperativa.
Resolução Nº. 3.226	18/02/2004	Disciplina as condições de prestação de serviços por parte dos bancos múltiplos, bancos comerciais, e Caixa Econômica Federal, referentes à compensação de cheques e acesso ao sistema de liquidação de pagamentos e transferências interbancárias.
Resolução Nº. 3.188	29/03/2004	Autoriza os bancos cooperativos a receberem depósitos de poupança rural.
Resolução Nº. 3.321	30/12/2005	<p>Revoga as Resoluções 3.106 e 3.140. O Conselho Monetário Nacional objetivando estimular a criação de cooperativas de crédito e dar maior viabilidade às suas operações, além de fazer com que cooperativas maiores possam induzir a auto-sustentabilidade das menores editou esta Resolução que previa, segundo Soares e Sobrinho (2007), entre outras medidas:</p> <p>a) Aproveitar os ganhos de escala do setor:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentou o limite de 100 para 300 mil habitantes para se instalar uma cooperativa de livre admissão, pois se cria cooperativas mais abrangentes em relação à base de associados, inclusive em áreas mais populosas e até afastadas dos grandes centros;</li> <li>- Permitiu a criação de cooperativas de microempresários vinculados a mais de um sindicato, incluindo os sindicatos locais;</li> <li>- Possibilitou ter na mesma cooperativa, grupos de profissionais ou atividades diferentes, possibilitando a inclusão por parte da cooperativa de grupos de empregados de empresas menores, que isolados não poderiam formar uma cooperativa.</li> </ul> <p>b) Ampliar os serviços ofertados pelas cooperativas aos associados e à população:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prestar os mesmos serviços do banco cooperativo vinculado ao Sistema suprimindo a deficiência de agências do banco;</li> <li>- Prestar concessão de crédito aos associados e ao público em geral de linhas de crédito antes administradas principalmente por bancos oficiais a exemplo do crédito rural;</li> <li>- Permissão para instalar terminais eletrônicos ou postos de atendimento transitório, na área de atuação da singular;</li> </ul> <p>c) Controlar os riscos de exposição por cliente em operações de crédito e investimento por parte da cooperativa em função do seu patrimônio. Desta forma, criaram-se percentuais máximos sobre o patrimônio administrado pela cooperativa, para as carteiras de aplicações em títulos e valores mobiliários, fundos de investimento, operações de crédito por elas ofertadas, cuja legislação específica disciplina.</p> <p>d) Manter o controle sobre a eficiência das Centrais no processo de acompanhamento de suas afiliadas. Desta forma, o Bacen impõe limites operacionais mais elevados quando observa que há deficiências por parte das Centrais em suas atribuições.</p>

Circular Nº. 3.314	02/02/2006	Dispõe sobre as modificações no capital social, constituição dos fundos de reserva, destinação das sobras e compensação das perdas das cooperativas de crédito.
Resolução Nº. 3.346	08/02/2006	Regulamenta o Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito (Procapcred), que permite ao cooperado financiar suas quotas-partes quando da entrada na cooperativa.
Resolução Nº. 3.442	28/02/2007	Permite a criação de cooperativas de livre admissão em localidades com até um milhão e quinhentos mil habitantes e permite a criação de uma entidade de auditoria cooperativa destinada a prestação de serviços de auditoria externa às cooperativas de crédito constituídas pelas Centrais de Crédito. Esta Resolução também aperfeiçoa o relacionamento entre as cooperativas singulares e os bancos cooperativos. A presente Resolução significou um importante passo no processo de crescimento do número de cooperativas de livre admissão e revela também a importância da participação por parte do Bacen nos Fóruns e debates sobre o setor cooperativista de crédito. Desta forma, o órgão regulador se mantém atuante e inteirado sobre as normas a serem editadas, para que aumente a eficiência e eficácia do setor.

Quadro 2 - Cronologia Normativa das cooperativas de crédito rural

Fonte: Pinheiro (2007, p. 63).

Nota: Elaborado pelo autor.

Diante do quadro evolutivo da legislação para o cooperativismo de crédito, Bittencourt (2001) aponta os desafios os quais se espera que as mesmas alcancem permitindo que:

- a) ofertem serviços e produtos adequados à realidade sócio-econômica das comunidades e/ou atividades onde atua;
- b) apresentem taxas de juros competitivos com o mercado;
- c) possuam atendimento personalizado, desburocratizado e ágil;
- e) disponham facilidade e comodidade no atendimento ao cooperado (localização e acesso);
- f) fomentem o cooperativismo em todos os seus aspectos e ramos – educação e prática;
- g) sejam agentes de inclusão social e econômica;
- h) demonstrem os benefícios sociais diretos e indiretos decorrentes do cooperativismo.

### 3.3.4 Princípios de sustentabilidade de uma cooperativa de crédito rural

Além de apresentar alguns desafios a serem enfrentados pelas cooperativas de crédito, Bittencourt (2001), cita também alguns princípios que devem nortear as atividades de uma cooperativa de crédito, para que tenha sustentabilidade e cumpra os objetivos sócio-econômicos a que se propõe. Desta forma, as cooperativas devem seguir as seguintes lógicas referentes aos setores abaixo:

- a) financeiro: por ser uma atividade de comércio de dinheiro deve recuperar os recursos envolvidos com maior benefício possível;
- b) rentabilidade econômica: o objetivo é obter a melhor rentabilidade possível através dos investimentos, assim devem escolher taxas e atividades rentáveis;
- c) administrativo: é importante que a cooperativa não se perca em normas burocráticas e de controle esquecendo sua finalidade de concessão de crédito;
- d) desenvolvimento: a cooperativa tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento local, priorizando o crescimento e a riqueza individual e nacional e sempre que possível em associação com os atores locais.

### 3.3.5 Análise dos *spreads*: a formação dos custos do setor bancário x cooperativismo de crédito rural

Quanto mais altos os *spreads*, maiores as taxas de juros praticadas, inibindo o acesso de maior parcela da sociedade ao crédito, pois os serviços bancários se tornam acessíveis aos extratos mais altos da sociedade, que podem arcar com estes custos. Conhecidos os componentes do *spread*, quais fatores afetam cada um destes componentes?

O *spread* é a diferença entre a taxa de juros do custo de captação pelos bancos e a taxa de juros ofertada aos tomadores de crédito para consumo e investimento. Esta diferença é formada pelos componentes dos custos que as instituições financeiras apresentam para ofertar seus serviços e produtos financeiros. O gráfico 6 revela quais componentes formam o *spread* de uma instituição bancária no Brasil e qual o peso percentual de cada componente.

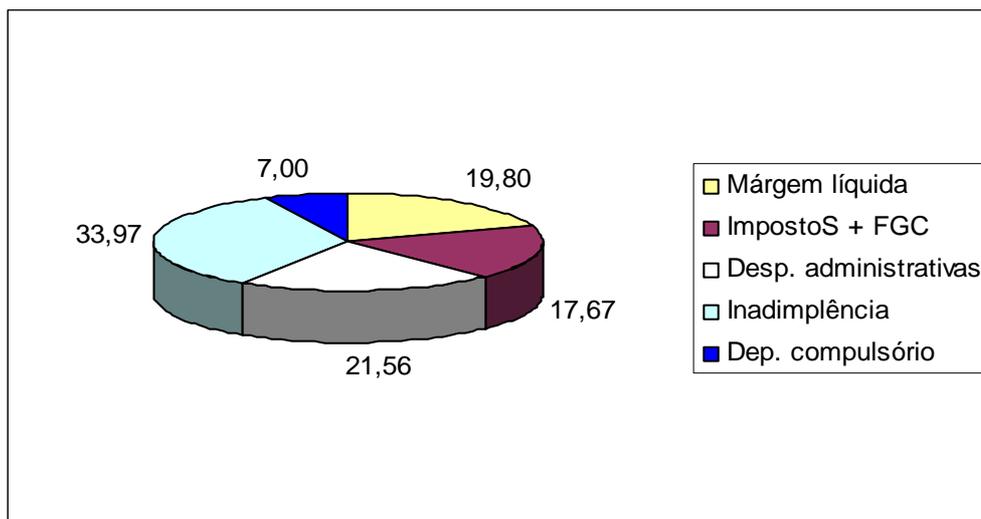


Gráfico 6 – Decomposição do *spread* bancário (%)  
 Fonte: Soares e Sobrinho (2007, p. 74).

Objetivando analisar os fatores que influenciam o *spread* bancário, Troster (200?) o decompõe em quatro elementos que estão inter-relacionados. O componente legal-institucional, que se refere aos custos decorrentes da lentidão e ineficiência do aparato judicial brasileiro, desde a estrutura de tribunais com carência de recursos humanos e técnicos a vigência de uma legislação ultrapassada, que regula os conflitos entre o setor bancário e seus clientes, a exemplo da antiquada Lei de Falências, datada da segunda metade do século passado.

A componente legal-institucional revela também a existência de legislação pró-devedor que dificulta a execução das garantias. À medida que os tomadores de empréstimos não devolvem os recursos e se tornam inadimplentes, os bancos vão tentando reaver os recursos impetrando ações judiciais contra os devedores. Estas ações se prolongam em processos que duram anos para serem julgados, o que dificulta reaver os recursos emprestados, impedindo que outros tomadores sejam beneficiados, desta forma, segundo o gráfico 6, observa-se que 33,97% dos custos do *spread* se referem a inadimplência. As decisões judiciais dão margem à ampla gama de recursos, encarecendo o acompanhamento dos processos, desta forma, quanto maior a estrutura dos departamentos legais bancários maiores serão seus custos administrativos que são repassados aos *spreads*.

O componente macroeconômico, analisado por Troster (200?), contempla o nível de estabilidade da economia, que faz com que se possam traçar cenários de investimento cada vez mais de longo prazo. Para tanto é necessário um ambiente

com inflação controlada, taxa de câmbio com baixa oscilação no longo prazo e ciclos mais longos de crescimento e decrescimento da atividade econômica, para que os investidores tenham tempo de se adequar aos novos cenários de alta ou baixa na economia. Neste ambiente mais equilibrado, que só agora o Brasil começa a alcançar, os bancos se sentem seguros para emprestar com prazos mais longos, o que permite taxas de juros mais baixa, reduzindo os *spreads*, pois sentem que diminuí os riscos de não pagamento dos empréstimos (inadimplência), uma vez que os tomadores: pessoas, empresas e governo não terão suas atividades afetadas de forma súbita e profunda no longo prazo.

O componente de política bancária faz referência às normas para o setor, sendo que, excesso de regulamentação encarece as operações. O setor bancário brasileiro está entre os mais complexos e avançados do mundo, resultado de investimento em tecnologia e mão-de-obra qualificada, o que onera seus custos administrativos que representam 21,56% do *spread*. Para ser competitivo é necessária alta soma de investimento em infra-estrutura de agências e postos de atendimento o que encarece as operações, sendo que, para uma instituição bancária ser sustentável, cobrir seus custos e remunerar seus acionistas, cuja margem de ganho líquido representa 19,80% do *spread*, necessita diluir seus custos operacionais. Para diluir os custos precisa atingir aos diversos setores da economia ofertando uma vasta gama de serviços, e se o excesso de regulamentação e burocracia impede a instituição de ofertar estes serviços com maior flexibilidade, dificulta a expansão de suas atividades.

O componente tributário é considerado excessivo no Brasil, sendo que representa 17,5% do custo do *spread*, pois há uma gama elevada de tributos que se traduz numa infinidade de siglas (PIS, COFINS, IOF, IRRF, CSLL, FGC, etc.) e alguns impostos considerados indiretos a exemplo do depósito compulsório<sup>14</sup>, que representa 7% do custo do *spread*. Os bancos também fazem aplicações financeiras

---

<sup>14</sup> Depósitos compulsórios são empréstimos que os bancos fazem ao Bacen utilizando uma fração dos depósitos que recebem dos clientes. Este dinheiro captado do cliente possui um custo e o fato de os bancos não poderem emprestar estes recursos recolhidos ao Bacen faz com que incluam nas suas taxas sobre os recursos que emprestam. Se a cada R\$ 100,00 que o banco recebe em depósito dos seus clientes é obrigado a recolher R\$ 7,00 (7%) aos cofres do Bacen, o banco irá cobrar em suas taxas ao cliente o custo de não poder emprestar estes R\$ 7,00 recolhidos. A fração recolhida sob forma de compulsório pelo Bacen é aumentada ou reduzida conforme a orientação da política monetária, exercida pelo governo. Caso queira aumentar a disponibilidade de dinheiro (liquidez) na economia, reduz as taxas de compulsório, se a intenção é por menos dinheiro em circulação, aumenta a taxa de compulsório.

obrigatórias, porém deficitárias e são proibidos de deduzir despesas incorridas em alguns tipos de operações.

No caso das cooperativas de crédito seus *spreads* são menores que os dos bancos porque os fatores que os oneram, embora sejam os mesmos, são menos representativos. Desta forma, a cooperativa de crédito possui custos administrativos menores, pois funciona com uma infra-estrutura física e de pessoal mais enxuta que os bancos, com menor número de funcionários por agência (colhidos na própria comunidade), menor investimento em equipamentos, não necessita de grandes gastos publicitários e possui captação de recursos à vista e a prazo, a custos mais baixos. A inadimplência é baixa, pois os tomadores de crédito são os próprios sócios da comunidade, na qual a instituição atua e desta forma se responsabilizam de forma solidária com os recursos da entidade, que em muitos municípios representam a última esperança de acesso ao crédito, para investir em suas atividades produtivas ou de consumo para suas famílias.

A cooperativa de crédito é controlada por seus sócios e não remunera acionista, desta forma, a margem líquida é menor, o que contribui para a redução de seus *spreads*, pois a entidade não visa lucro e o que sobra aumenta o patrimônio dos sócios ou é reinvestido na forma de mais recursos, para operações de crédito aos sócios da comunidade. Em relação aos impostos pagos, sua carga de impostos é menor que a dos bancos, pois possuem incentivos e benefícios fiscal. Desta forma, o cooperativismo de crédito no Brasil vem se estruturando e se desenvolvendo em Sistemas, objetivando ofertar serviços financeiros cada vez mais complexos, equiparando-se aos bancos no atendimento às demandas da população de baixa renda, principalmente no meio rural, democratizando o acesso ao crédito nestas comunidades e contribuindo para o seu desenvolvimento local.

### 3.4 ESTRUTURA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL

#### **3.4.1 Instituições representativas do cooperativismo de crédito rural**

Em nível nacional e internacional, as entidades que coordenam os Sistemas cooperativistas e cooperativos de crédito estão interligadas e fazem parte de uma rede de instituições que estabelecem as principais diretrizes e princípios a serem seguidos pelos empreendimentos cooperativos, ao longo de sua história.

O quadro 3 abaixo revela quais são as instituições que organizam o movimento no Brasil e quais instituições em nível mundial o cooperativismo de crédito brasileiro estão ligados.

	<b>Entidades</b>	<b>Características</b>
<b>Nível Internacional</b>	Aliança Cooperativa Internacional - ACI	Trata-se de uma ONG, sediada em Genebra na Suíça que representa e presta serviços às organizações cooperativas em todo o mundo, objetivando o seu desenvolvimento. Criada em 1895 em Londres, Inglaterra, a entidade conta atualmente com cerca de 230 organizações cooperativas em todo o mundo, em mais de cem países, que representam mais que 730 milhões de pessoas.
	Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito - WOCCU	Sediado em Madison (Wisconsin, EUA), criada em 1971, a entidade representa cooperativas de crédito em 84 países, com mais que 40 mil cooperativas filiadas, representando mais que 123 milhões de pessoas. Entre os serviços prestados estão a promoção de intercâmbio entre cooperativas de crédito, em diversos países, propõe modelos de legislação, normas e estatutos, assistência técnica, fornecendo ferramentas de gestão e análise de risco e crédito, objetivando o desenvolvimento das cooperativas de crédito filiadas.
	Associação Internacional dos Bancos Cooperativos - ICBA	Criado em 1922, pelos bancos cooperativos e organizações financeiras, sendo uma organização especializada da ACI, atua promovendo a cooperação entre os bancos cooperativos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento e atualmente possui 55 membros.
	Confederação Latino-Americana de Cooperativas de Economia e Crédito - Colac	Trata-se de uma ONG, Sediada na cidade do Panamá, Panamá, que atua coordenando uma rede de cooperativas de crédito na América Latina. Criada em 1970, sua missão é a promoção de serviços especializados e complementares de intermediação financeira, transferência de tecnologia a seus membros objetivando o fortalecimento do setor.
<b>Nível Nacional</b>	Organização das Cooperativas do Brasil - OCB	Entidade privada que representa de forma política e formal as cooperativas e integra todos os ramos de atividade. A entidade fixa diretrizes e políticas para as cooperativas e promove a divulgação do cooperativismo e cumpre o papel de representação sindical patronal das cooperativas, arrecada a contribuição cooperativista e mantém o intercâmbio entre os ramos cooperativos, no Brasil e no exterior.
	Organização Estadual das Cooperativas - OCEs	Representa a OCB nos estados da federação e cumpre os mesmos papéis de apoio ao desenvolvimento funcional e organizacional das cooperativas em seus diversos ramos.
	Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - Confefrás	É uma instituição não financeira que representa politicamente as cooperativas de crédito filiadas. Surgiu da Feleme (Federação Leste Meridional das Cooperativas de Economia e Crédito), instituição que congregava quatro cooperativas de crédito em quatro estados (Rio de Janeiro, onde se encontrava sua sede, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, incorporando mais tarde o Paraná). As cooperativas que formavam a Feleme foram desmembradas em 1985, e reagrupadas posteriormente entre 1991 e 1995 incorporando mais Centrais e Confederações estaduais, dando origem a Confefrás, a primeira Confederação de cooperativas de crédito do Brasil.
	Sistema de Crédito Cooperativos estaduais ou	São os Sistemas de cooperativas de crédito organizados em nível nacional em Confederações. Estes órgãos representam a cúpula da estrutura administrativa dos SCCs e são constituídos por meio da

	regionais(Confederações)	união entre as Centrais e singulares de crédito em determinados estados da federação. Estas instituições aumentam o poder de negociação das cooperativas e podem desenvolver produtos e serviços que possibilitem reduzir custos de suas filiadas, em nível nacional. São órgãos de representação política dos SCCs: Sicoob-Brasil, Unicred do Brasil e Sicredi Serviços.
	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária - Ancosol	Criada em 2004, conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a organização das cooperativas. Reúne algumas Centrais e algumas cooperativas não organizadas em Centrais e sim em associações locais. As cooperativas que fazem parte da Ancosol constituem cooperativas de crédito voltadas para a economia familiar e solidária e contam atualmente com a participação da Cresol Baser (PR), Cresol SC/RS, Ecosol (SP), Crenhor-RS, Creditag (MG), Ascoob (BA), Integrar (AL/PE).

Quadro 3 - Instituições representativas do cooperativismo de crédito

Fonte: Pinheiro (2007, p. 17-21).

Nota: Elaborado pelo autor.

Além das instituições acima citadas, há cooperativas de crédito (240) não filiadas a Centrais ou Federações e Centrais não filiadas a Confederações a exemplos da Centralcredi (RO), que reúne 12 cooperativas, Cecoopes (ES) que reúne três cooperativas e a Fenacred (RJ) que reúne 40 cooperativas de crédito, conforme revela Pinheiro (2007). Existe também a Associação Nacional de Cooperativas de Crédito (ANCC), que reúne 13 cooperativas não filiadas aos Sistemas relacionados no quadro 3. Neste caso, trata-se de uma associação nacional independente.

O fato destas instituições não estarem filiadas a Confederações reflete, entre outros fatores, suas insatisfações em relação às filosofias de atuação dos Sistemas vigentes. Esta insatisfação diz respeito a cobranças de taxas de filiação e exigências de adequação a normas internas dos Sistemas que afastam muitas cooperativas do processo de filiação. Muitas destas instituições independentes sonham em formar Sistemas próprios, criando novas formas de gestão e assistência às filiadas.

### 3.4.2 Unidades administrativas e de atendimento

Em nível de estrutura de atendimento direto ao cooperado, as instituições apresentam um conjunto de unidades operacionais e administrativas que funcionam de forma hierarquizada (Quadro 4). Esta estrutura de atendimento tem por finalidade a integração, devendo as mesmas estarem conectadas em tempo real, para que suas operações sejam monitoradas e aperfeiçoadas, objetivando fortalecer e consolidar o Sistema evitando riscos a suas atividades.

<b>Unidades</b>	<b>Funções</b>
Bancos Cooperativos	<p>São bancos comerciais, ou seja, bancos que operam no mercado financeiro ofertando serviços financeiros de mesma natureza dos bancos de varejo. Desta forma, atendem às pessoas físicas e jurídicas, que são correntistas e associados das cooperativas singulares. Assim, não podem operar com pessoas físicas não ligadas ao Sistema que o controla. Os bancos cooperativos são controlados pelas Cooperativas Centrais e outras instituições fora do Sistema Cooperativo, sendo que, as Centrais devem possuir no mínimo 51% das ações do Banco.</p> <p>Os bancos cooperativos estão autorizados a operarem apenas nas unidades da federação onde suas acionistas possuem sedes. Os bancos podem captar depósitos de poupança rural, através das cooperativas de crédito rural e também através das cooperativas de livre admissão de associados. Estes recursos são aplicados junto aos associados em operações de crédito rural com melhores condições de taxas de juros para os associados no meio rural.</p>
Cooperativas Centrais	<p>As Centrais possuem importante função na manutenção da qualidade das atividades das cooperativas singulares a elas afiliadas. Entre as funções exercidas pelas Centrais, pode-se destacar a capacitação de dirigentes e das equipes técnicas, organização de fundos garantidores, serviços de auditoria, contabilidade, desenvolvimento de <i>softwares</i> e a produção de relatórios técnicos de atividades e de controles internos e “devem ter caráter diretivo, normativo, fiscalizador, e de desenvolvimento de seus Sistemas Cooperativos” (BITTENCOURT, 2001, p. 53).</p> <p>Os relatórios de acompanhamento são importantes instrumentos de avaliação das singulares e que são enviados ao Bacen para sejam fiscalizados.</p>
Cooperativas Singulares	<p>Estas unidades atendem aos cooperados diretamente levando os serviços de crédito que os mesmos necessitam através de suas agências. Suas principais funções são: organizar a base dos cooperados, fomentando a cooperação entre seus membros e prestar os serviços financeiros aos associados e desenvolvimento de linhas de crédito de acordo com as necessidades específicas de seus associados.</p>
Unidade Administrativa Desmembrada	<p>Possuem como características o não atendimento ao público, apenas prestam serviços administrativos e contábeis à cooperativa singular.</p>
Posto de Atendimento Cooperativo - PAC	<p>São extensões das unidades singulares que operam seus serviços nas áreas de atuação. Não possuem contabilidade própria e suas movimentações são incorporadas às sedes nas datas em que ocorrem.</p>
Posto de Atendimento Transitório - PAT	<p>São unidades instaladas em Feiras, Congressos e outros eventos temporários não podendo o posto ultrapassar 90 dias de funcionamento.</p>

Quadro 4 – Unidades de atendimento ao cooperado

Fonte: Bittencourt (2001, p. 51-56); Pinheiro (2007, p. 21).

Nota: Elaborado pelo autor.

### 3.4.3 Principais Atores do Cooperativismo de Crédito Rural no Brasil

As cooperativas de crédito brasileiras apresentam, conforme Pinheiro (2007), desenvolvimento tardio em relação ao segmento de muitos países do mundo

desenvolvido. Isto se deve, entre outros fatores, à legislação brasileira que rege o segmento, que historicamente esteve marcada por forte controle governamental de suas atividades, ora permitindo sua expansão, ora vedando às entidades darem passos mais largos rumo ao atendimento da forte demanda por serviços financeiros.

A equiparação às demais instituições financeiras só aconteceu em 1964, através da Reforma Bancária, sendo que neste conturbado período do cenário político nacional apenas dois tipos de instituições foram autorizadas a operar: crédito mútuo e crédito rural, com acesso a limitadas fontes de recursos para crédito aos seus associados.

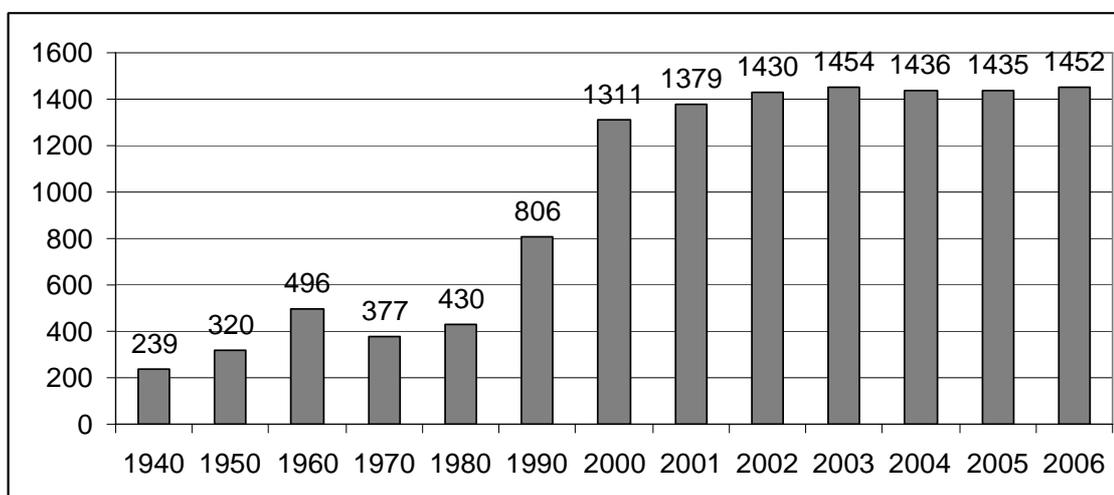


Gráfico 7 – Evolução do número de cooperativas de crédito no Brasil (1940-2006)  
Fonte: Pinheiro (2007. p. 13).

Somente a partir de 1995, quase cem anos após a criação da primeira cooperativa de crédito, permitiram-se a criação dos bancos cooperativos no Brasil, instituições que dão forte suporte ao segmento, em nível de oferta de serviços financeiros mais complexos.

A evolução normativa para o setor, experimentada a partir dos anos 1990, permitiu a maior abertura de agências de instituições cooperativas. Este movimento pode ser observado no gráfico 7, que representa a evolução do número de cooperativas no Brasil desde a década de 1940. Observamos que apenas a partir dos anos 1990 se verificou um acentuado aumento no número de cooperativas de crédito.

Como resultado deste lento movimento evolutivo no número de cooperativas, forma-se, no Brasil, SCC que possui uma participação muito pequena no conjunto

das operações de crédito do país, pois abrangem 2,3% do total de créditos concedidos pela área bancária, segundo dados de 2005 do Bacen, apresentados na tabela 1. Um dado importante é que o segmento de cooperativas de crédito vem apresentando as maiores taxas de crescimento participativo no setor, junto com os bancos de controle estrangeiro.

Tabela 1 – Distribuição do total de operações de créditos na área bancária do sistema financeiro (em %)

<b>Instituições</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>Bancos com controle estrangeiro</b>	5,72	11,71	14,88	19,75	25,16	31,51	29,94	23,83	25,12	25,12
<b>Bancos privados</b>	31,79	35,35	30,97	31,66	34,53	42,13	39,73	41,31	41,33	41,33
<b>Bancos públicos</b>	23,46	10,30	8,86	8,13	5,12	3,09	4,78	4,51	4,41	4,41
<b>CEF</b>	22,63	30,93	32,31	28,74	23,00	7,13	7,61	7,86	7,48	7,48
<b>Banco do Brasil</b>	15,96	10,97	12,05	10,58	10,95	14,53	16,17	20,36	19,36	19,36
<b>Cooperativa de crédito</b>	0,44	0,74	0,93	1,14	1,24	1,61	1,77	2,14	2,30	2,30
<b>Área bancária</b>	<b>100,0</b>									

Fonte: Pinheiro (2007, p. 15).

Em países desenvolvidos a exemplo dos Estados Unidos, 1/3 dos financiamentos agrícolas são efetuados através dos bancos cooperativos agrícolas. Na Holanda o banco cooperativo Rabobank é responsável por 90% das demandas financeiras rurais, segundo Pinheiro (2007). Na Alemanha as cooperativas de crédito respondem por cerca de 20% do movimento financeiro-bancário do país.

### 3.4.3.1 Os sistemas organizados em confederações

Atualmente no Brasil, operam três SCC que apresentam os três graus de organização. Os três graus dos Sistemas compreendem determinado número de cooperativas de crédito singulares ligadas às Centrais estaduais, que por sua vez estão ligadas à Confederação das Centrais. Os três Sistemas desenvolvem atividades predominantemente no meio rural. Existem outras entidades de nível nacional que congregam um número menor de cooperativas de crédito e possuem muito pouca expressão enquanto Sistema de terceiro grau, a exemplo da Associação Nacional de Cooperativas de Crédito (ANCC), com 13 cooperativas de crédito.

A estrutura verticalizada se verificou importante para os três SCC organizados em Confederações, porque foi a forma encontrada para seus projetos de expansão, uma vez que, a legislação referente ao cooperativismo de crédito rural o restringiu a um determinado setor econômico: o da agricultura familiar. Desta forma, a ação das cooperativas na base se restringiu a determinadas comunidades ou regiões.

A verticalização procurou também reunir as diversas experiências regionalizadas para formar uma comunidade em nível nacional, através da união das cooperativas Centrais de crédito nos estados, sob a coordenação política e institucional de uma Confederação.

### **SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil**

Em 1988 as cooperativas de crédito rural que operavam em Minas Gerais aprovaram o estatuto da Crediminas. Esta instituição surgiu inicialmente não como uma Cooperativa Central, conforme determina a legislação do Bacen para este tipo de entidade, mas como uma associação das cooperativas de crédito rural do estado que as agrupasse, para que pudessem se fortalecer.

O crescimento do cooperativismo de crédito rural no estado, a crescente necessidade de orientação técnica em nível administrativo, contábil, auditorias e de informática, além de o Sistema Crediminas deixar de captar mais recursos por não atuarem através de uma Cooperativa Central, levaram a uma nova reestruturação do Sistema em 1992, quando foi criado o Sistema de Crédito Cooperativo de Minas Gerais (Sicredi-Mg), na qual a Crediminas deixou de ser uma associação de cooperativas e passou a se constituir numa Cooperativa Central conforme as regras do Bacen, para este tipo de entidade.

Na visão dos dirigentes, o Sistema estaria a partir daquele momento se profissionalizando para aumentar a sua segurança, aumentar o poder de negociação e garantir maior captação de recursos, pois como Sistema centralizado, estaria habilitado a receber maiores repasses governamentais através do BNDES, e programas de fomento ao cooperativismo de crédito do governo federal. Para tanto, foi firmado convênio com o Banco do Brasil para que pudesse participar do SFN, o que garantiria a compensação de cheques e outros serviços financeiros avançados para os cooperados.

Quando em 1995 o Banco Central criou a Resolução nº. 2.193, permitindo a criação de bancos comerciais controlados por Centrais, a Crediminas se uniu a Centrais de 11 estados para criar em 1996 o Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB. Neste momento a Crediminas passou a se chamar - Sistema das Cooperativas de Crédito Integrantes do Bancoob S/A ou Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob Brasil). A partir de então a Crediminas passa a operar no SFN por intermédio do Bancoob.

O Bancoob é um banco comercial que oferta serviços e produtos financeiros às cooperativas do Sistema que podem ofertar aos associados cartões de crédito, poupança, cobrança bancária, linhas de créditos oriundas de recursos repassados por instituições governamentais, fundos de investimentos, entre outros, em condições significativamente competitivas.

O Sicoob Brasil atua em 20 estados mais o Distrito Federal, através de cooperativas singulares urbanas e rurais e se constitui no maior Sistema de cooperativas de crédito do País. O objetivo do Sistema é agregar valor aos produtos e serviços das cooperativas de crédito afiliadas, assegurando maior competitividade e liquidez, conforme enfatiza seu atual presidente, Heli de Oliveira Penido, em entrevista à revista Cooperativismo de Crédito (2003).

Outro aspecto importante é a contribuição do Sicoob para o desenvolvimento local em cidades como São Roque de Minas (MG) e Pintadas (BA), quando tiveram suas únicas agências bancárias fechadas nos anos 1990. Este fato fez a economia local praticamente parar, pois os recursos financeiros pararam de girar localmente e a população foi obrigada a se deslocar 64 km em São Roque e 50 km em Pintadas em estrada de terra, até o município mais próximo para efetuar seus pagamentos, receber aposentadorias, efetuarem depósitos, receberem remessas de parentes distantes e outras operações financeiras.

No caso de São Roque a agência bancária fechou por não ser rentável aos padrões do banco privado que operava no local. Em Pintadas a agência foi fechada por questões políticas, pois o banco que operava era controlado pelo governo estadual que pertencia a partido político de oposição ao governo municipal.

A solução das comunidades foi a união de lideranças populares locais: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), ONGs, associações de produtores e o poder público local para a criação da cooperativa de crédito rural, que passou a ser o “banco do município”, conforme revela João Carlos Leite em entrevista à

Cooperativismo de Crédito (2003), o presidente da Sanrocredi, de São Roque de Minas. O objetivo da cooperativa é oferecer serviços e produtos bancários disponíveis em qualquer agência e atender prioritariamente as necessidades de desenvolvimento local.

Em Pintadas esta articulação deu origem a CrediPintadas, que mais tarde se tornou Sicoob Sertão, contando com a articulação entre os integrantes da Rede Pintadas, uma rede de instituições que discute o desenvolvimento local no município e a prefeitura municipal.

Observamos na figura 1, o modelo organizacional no qual a Confederação possui função de supervisão do Sistema e administra o Fundo Garantidor Sicoob (FGS), que protege os depósitos à vista e a prazo dos cooperados até o limite de R\$ 20 mil. O Sistema conta ainda com uma administradora de cartões de crédito e um fundo de previdência, o Sicoob previ, que oferta planos de previdência complementar aos associados.

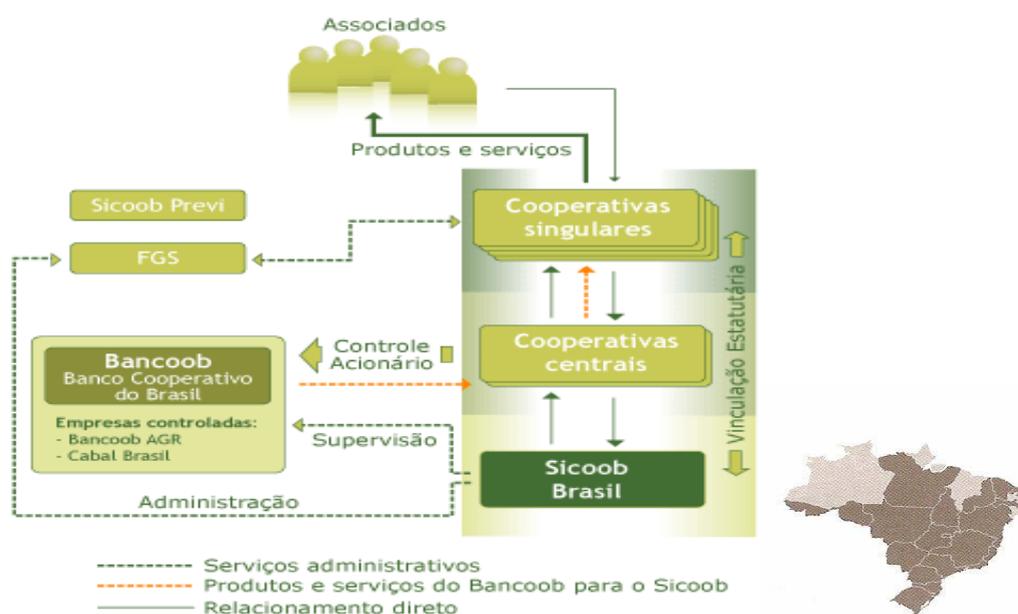


Figura 1 - Modelo organizacional/estados atendidos Sicoob  
Fonte: SICOOB; Seminário Banco Central de Microfinanças (2007, p. 83).  
Nota: Mapa digitalizado.

## SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo

O Sicredi se confunde com a história das primeiras cooperativas de crédito do Brasil, pois se encontra entre suas afiliadas as duas primeiras cooperativas de

crédito criadas no País: a Cooperativa de Crédito de Nova Petrópolis (RS), criada em 1902 e a Cooperativa de Crédito de Lajeado (RS), que se trata de uma cooperativa de crédito de livre adesão do tipo *luzzatti*, criada em 1906. Ao longo dos anos seguintes foram se formando outras cooperativas de crédito rural no Rio Grande do Sul, denominadas Caixas Populares Raiffeisein, que eram cooperativas de atuação bastante restrita, pois operavam serviços de crédito limitados a atividades produtivas, não financiavam o consumo, não possuíam capital social e atuavam em zonas restritas, abrangendo o núcleo de produtores de um distrito ou comunidade rural.

A Reforma Bancária ocorrida em 1964 permitiu apenas a criação de cooperativas de crédito mútuo e de crédito rural e criou mecanismos de financiamento ao produtor por parte de fundos governamentais mais amplos, o que contribuiu para as Caixas perderem competitividade e ocorresse o fechamento de 66 cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, entre 1970 e 1980.

As cooperativas remanescentes, em número de nove, criaram em 1980 a Cooperativa de Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul (Cocecrer-RS). O objetivo era fortalecer as cooperativas dando maior suporte administrativo e contábil, assim como servir de base de negociação entre as cooperativas e o Bacen, além de permitir a maior captação de recursos governamentais para operações de crédito rural de suas afiliadas. Durante a década de 80 são criadas outras cooperativas de crédito rural no Paraná, cuja união, em 1985, deu origem a uma nova Central: Cooperativa de Central de Crédito Rural no Paraná (Cocecrer – PR). No Mato Grosso do Sul o processo novamente se repete, onde são criadas cooperativas de crédito rural que em 1990, se uniram para a criação da Cooperativa de Central de Crédito Rural no Paraná (Cocecrer – MS).

Em 1992 as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul novamente se reúnem e decidem criar o Sistema de Crédito Cooperativo, Sicredi – RS. Esta união possibilitou o fortalecimento das cooperativas de crédito do Rio Grande do Sul devido ao poder de representação política que possui um Sistema constituído, podendo criar mais Centrais e oferecer mais serviços aos seus associados, a exemplo de desenvolvimento de software de gestão para cooperativas, organizar auditorias externas para as cooperativas do Sistema, além de maior acesso a recursos financeiros importantes, para garantir a oferta de serviços de crédito aos associados.

Em 1995, aproveitando a oportunidade de criação de um banco comercial dada pelo CMN, criaram o Banco Cooperativo Sicredi S/A – Bansicredi. Esta iniciativa permitiu às cooperativas do Sistema Sicredi, acesso aos serviços financeiros que as cooperativas de crédito são vedadas pela legislação, a exemplo da participação do Sistema Nacional de Compensação de Cheques (SNCC).

Em 1996, houve a união entre as cooperativas do Rio Grande do Sul e do Paraná, onde foi aberta uma filial do Bansicredi, passando a ser um banco interestadual. Foram abertas filiais no Mato Grosso do Sul, incorporando as cooperativas de crédito deste estado ao Sistema Sicredi, culminando em 2000, na criação da Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi - Confederação Sicredi ou Sicredi Serviços, com funções normativas e de representação política do Sistema.

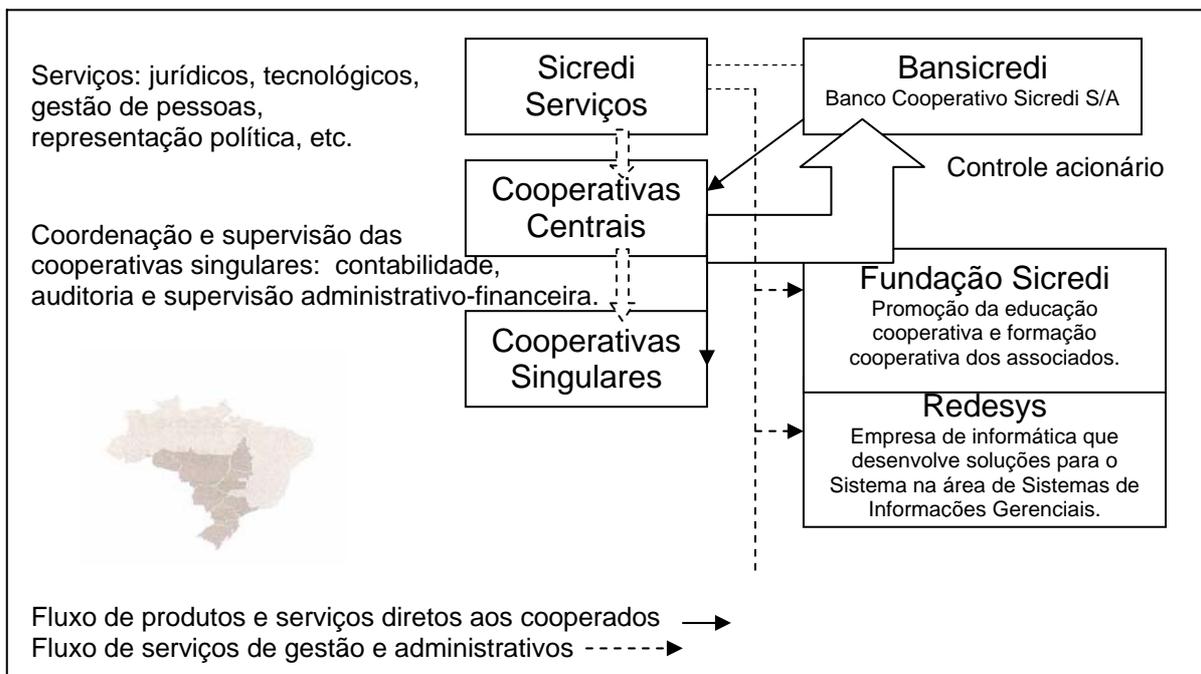


Figura 2 - Modelo organizacional/estados atendidos Sicredi  
Fonte: SICREDI; Seminário Banco Central de Microfinanças (2007, p. 83).  
Nota. Elaboração pelo autor. Mapa digitalizado.

A figura 2 revela a estrutura organizacional do Sistema Sicredi, que apresenta como instituições agregadas ao Sistema, a Fundação Sicredi e a Redesys, voltadas para a promoção da educação e tecnologia da informação, respectivamente.

A abertura do CMN para os bancos cooperativos de modo que se transformassem em bancos múltiplos, permitiu ao Bansicredi participar do sistema

de administração de cartões de crédito, criado pelos SCC brasileiro, o BC CARD, ofertando mais serviços aos associados.

A Resolução nº. 3.106/03, do CMN que autoriza a criação de cooperativas de livre admissão permitiu a incorporação deste tipo de cooperativa ao Sicredi e fortaleceu seu processo de ampliação nacional. O Sistema Sicredi tem o foco na promoção do desenvolvimento local, sendo um instrumento voltado para a comunidade, movimentando e reinvestindo recursos locais, conforme revela Alcenor Pagnussatt, presidente do Sistema Sicredi em entrevista à revista Cooperativismo de Crédito (2003). O presidente Alcenor estava otimista com a aprovação do regime de livre admissão de associados, pois em sua visão, abre-se espaço para a ampliação das atividades do Sistema Sicredi no País.

### **Unicred do Brasil - Confederação das Cooperativas Centrais Unicreds**

A primeira cooperativa de crédito com a marca Unicred foi criada por um grupo de médicos e outros profissionais de saúde do município de Casca (RS), em 1989. A entidade foi criada para que fornecesse crédito à categoria que necessitava de recursos para montar seus consultórios e comprar equipamentos importantes para a oferta de seus serviços de saúde. Participam das cooperativas de crédito profissionais ligados à área de saúde formados em mais de 10 profissões diferentes, desde a área de educação física, terapeutas, biólogos, nutricionistas aos médicos e enfermeiros.

As cooperativas de crédito evoluíram em número desde a criação de sua entidade pioneira, no Rio Grande do Sul, e seguiu os passos dos demais SCC, abrindo cooperativas que se uniram em Centrais estaduais. A particularidade do Sistema Unicred é que a maioria das entidades que surgiram daí por diante foram criadas no seio da Cooperativa de Trabalho Médico do Brasil: a Unimed. A Unimed é a maior cooperativa de trabalho do mundo e se constituiu no maior plano de saúde do Brasil, com cerca 11 milhões de usuários.

A evolução das cooperativas de crédito Unicred junto com a Unimed foi um processo natural da evolução dos dois Sistemas, sendo que a Unicred se constituiu no braço financeiro da Unimed conforme resume o ex-presidente da Confederação Jayr Paula Gonçalves em entrevista à revista Cooperativismo de Crédito (2005).

A criação da Confederação ocorreu em 1994, através do processo de união das Centrais nos estados em que atuavam as cooperativas Unicred's, sendo que a Confederação surgiu com a missão de: desenvolver e coordenar ações políticas e administrativas, para implantação pelas Centrais do Sistema Unicred, visando a padronização dos processos e a defesa da marca Unicred, tornando-a um Sistema uno, sólido e integrado em nível nacional.

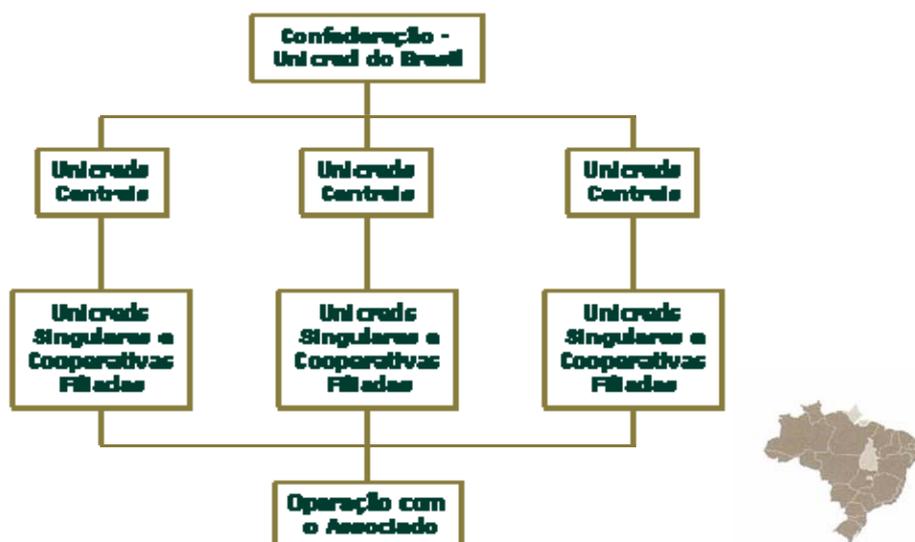


Figura 3 - Modelo organizacional/estados atendidos Unicred do Brasil

Fonte: UNICRED, 2008; Seminário Banco Central de Microfinanças (2007, p. 83)

Nota: Mapa digitalizado.

A estrutura verticalizada em três graus do Sistema implica em níveis de atribuições, conforme se verifica no quadro 5, abaixo.

Instituição	Atribuições
Unicred do Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração;</li> <li>- Representatividade política-institucional;</li> <li>- Diretrizes de padronização;</li> <li>- Domínio da marca.</li> </ul>
Unicred Centrais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento às normas do Bacen;</li> <li>- Integração das Singulares;</li> <li>- Representatividade Regional;</li> <li>- Orientação;</li> <li>- Padronização;</li> <li>- Controles Internos.</li> </ul>
Unicred Singulares	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ser a principal instituição do cooperado;</li> <li>- Assessoria;</li> <li>- Informação;</li> <li>- Retorno sobre o P.L.A;</li> <li>- Atendimento personalizado;</li> <li>- Produtos e serviços.</li> </ul>

Quadro 5 - Atribuições do sistema Unicred do Brasil

Fonte: UNICRED, 2008

Nota: Elaborado pelo autor

A tabela 2 traz um resumo dos principais números referentes ao crescimento das atividades dos três principais SCC do País. Juntas empregam 24.791 pessoas em todo o Brasil, atendendo a um contingente de mais que três milhões de associados que demandaram em 2007, mais que R\$ 14 bilhões em créditos, gerando um resultado líquido das atividades de R\$ 794 milhões, que retornam às comunidades onde as cooperativas atuam, gerando mais investimento em geração de emprego e renda.

Tabela 2 - Principais indicadores apresentados pelos três maiores sistemas cooperativos de crédito.

Sistemas	SICOOB		SICREDI		UNICRED	
	2000	2007	2000	2007	2000	2007
<b>Singulares</b>	744	649	107	130	116	132
<b>PACs<sup>1</sup></b>	729	1.035	627	938	250	399
<b>Central</b>	15	14	4	5	10	9
<b>Funcionários</b>	7.845	12.317	2.602	10.024	1.067	2.450
<b>Associados (mil)</b>	1.027	1.598	367,2	1.264	49,3	160
<b>Resultado anual (milhões)</b>	84	503	35	121	43	170
<b>PLA<sup>2</sup></b>	0,791	3,7	0,254	1,45	183	997
<b>Depósitos (R\$ bilhões)</b>	1,04	6,3	0,741	5,3	0,571	2,7
<b>Operações de crédito (R\$ bilhões)</b>	1,3	7,1	0,748	5,1	0,366	1,8

Fonte: Búrigo (2006, p. 92-94). Base: Dez. 2000; SICOOB; SICREDI; UNICRED. Base: Dados de dez./2007.

Nota: Elaborado pelo autor. <sup>1</sup>Postos de Atendimento Cooperativo; <sup>2</sup>Patrimônio Líquido Ajustado (R\$ milhões);

#### 3.4.3.2 Os sistemas de crédito cooperativo não-confederados

Os Sistemas não Confederados são caracterizados por possuir estrutura organizacional mais horizontal, onde as Centrais representam o topo da estrutura. Há também o bloco de cooperativas independentes que não estão vinculadas às Centrais. Estas se encontram espalhadas por todos os estados do Brasil e cada uma possui seus motivos particulares que as levaram a não se filiar a uma Central, motivos que variam desde a incompatibilidade com as formas de gestão implantadas pelas Centrais em seus estados até a falta de recursos financeiros e técnicos para atenderem às exigências de um Sistema centralizado, face às limitações de sustentabilidade, conferidas pela base de cooperados que arremeteram, geralmente em comunidades muito pobres no meio rural.

Analisaremos abaixo a estrutura dos Sistemas não Confederados objetivando identificar as principais características em relação ao nível de atividades, histórico de formação e áreas de atuação. Desta forma, obteremos um panorama mais abrangente em relação à organização dos atores que contribuem para a evolução do cooperativismo de crédito no Brasil.

### **Ancosol - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária**

O modelo piramidal de organização institucional, seguidos pelas cooperativas de crédito predomina no País. A centralização administrativa e financeira o caracteriza e necessita de cooperativas rentáveis que possam dar sustentabilidade aos Sistemas, analisa Búrigo (2006). Para tanto, os Sistemas procuraram formar cooperativas ligadas às cooperativas de produção, para que pudessem aproveitar o afluxo de recursos financeiros, já mobilizados pelas cooperativas de produção junto aos associados, e também procuraram instalar cooperativas de crédito nas proximidades dos grandes centros urbanos, objetivando arregimentar sócios mais capitalizados no meio urbano e rural.

Setores do movimento social ligados aos agricultores familiares observaram que a dinâmica da estratégia tradicional de formação das cooperativas de crédito brasileiras, viabilizando os Sistemas verticalizados, estava produzindo um setor cooperativo de crédito excludente e contrário aos princípios solidários do cooperativismo, pois a condução do processo de formação das cooperativas de crédito não estava contemplando as camadas mais necessitadas por serviços financeiros no meio rural e estavam contribuindo para a manutenção das condições que propiciavam o êxodo no campo, conforme analisa Búrigo (2006).

Objetivando fomentar discussões que viabilizassem modelos cooperativos de crédito mais inclusivos socialmente, que atingissem agricultores menos capitalizados, crescia um movimento de ONG, tais como o Centro de Promoção e Estudo da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), Centro Vianeí de Educação Popular (Vianeí), Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC) e Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (CEPAGRI), em prol da criação e administração de cooperativas de crédito no seio das camadas

mais baixas de agricultores, nutrindo dentro dos empreendimentos a retomada de princípios de democracia e igualdade, conforme revela Búrigo (2006).

Desta forma, desde o surgimento da primeira experiência, através da Cooperativa de Crédito Rural de Quilombo (SC), em 1992, foi-se desenvolvendo uma dinâmica própria, cujas cooperativas de crédito assim surgidas seriam denominadas de cooperativas solidárias.

Com a propagação de tais experiências, aos poucos vai se estabelecendo um novo campo de debate sobre o papel das cooperativas de crédito no contexto nacional. Colaboradores e estudiosos das cooperativas de crédito começam a perceber que, além de agentes democratizadores do crédito rural (sua principal função até então), elas poderiam financiar outros programas de desenvolvimento local e estimular o associativismo solidário em geral. As experiências das cooperativas de crédito rural solidárias acabaram contribuindo também para qualificar as discussões sobre a democratização do uso dos recursos financeiros oficiais e a participação dos setores de baixa renda no SFN. (BÚRIGO, 2006, p. 169).

A experiência de criação de cooperativas de crédito rural nos quais os pequenos agricultores fossem os gestores do processo encontrou resistência nos órgãos de representação tradicional do cooperativismo, a exemplo da OCB, que não considerava estes empreendimentos viáveis.

Contando com o apoio da Cocecrer (SC) que fornecia orientação técnica nas áreas de gestão e sistemas de informática, foi possível ampliar o número de cooperativas de crédito de base solidária e democrática, geridas pelos pequenos agricultores familiares desvinculados de Centrais e de cooperativas de produção agropecuária, em Santa Catarina, conforme revela Búrigo (2006).

As experiências foram replicadas em outras partes do Brasil durante a década de 90, tendo como articuladores do processo ONGs de assessoria rural ligadas aos pequenos agricultores.

As experiências cooperativas de crédito solidárias se reuniram em 2004 para a criação de uma associação que articulou o movimento das cooperativas de crédito, segundo Búrigo (2006), desta forma, criaram a Ancosol.

Uma década após o surgimento da primeira cooperativa, as Centrais das cooperativas de crédito solidárias, cooperativas de crédito independentes, porém integradas à visão solidária e ONGs do movimento social se encontraram no Fórum Nacional de Cooperativas de Economia Familiar e Solidária para discutir políticas públicas para o fortalecimento do Sistema juntamente com o MDA, Bacen e Banco do Brasil.

A partir das discussões do Fórum surgiu a necessidade de fortalecer politicamente o segmento, porém a saída discutida foi pela criação de uma associação que representasse não só as cooperativas, mas também congregasse os movimentos sociais que também discutiam o tema da economia solidária, cujas funções principais seriam a articulação política e o estabelecimento de parcerias e convênios com demais entidades públicas e privadas. Desta forma, em 2004, foi criada a Associação Nacional das Cooperativas Solidárias (Ancosol), sendo gerida por representantes das Centrais e de associações formadas nos estados, os quais formaram cooperativas de crédito rural solidárias.

Tabela 3 - Principais indicadores apresentados pelo Ancosol

Item/ano	2007
<b>Singulares</b>	174
<b>PACs<sup>1</sup></b>	106
<b>Central</b>	4
<b>Funcionários</b>	851
<b>Associados</b>	162.983
<b>Resultado anual (mil)*</b>	5.390
<b>PLA<sup>2</sup> (mil)</b>	101.446
<b>Depósitos (mil)</b>	190.951
<b>Operações de crédito (mil)</b>	425.602

Fonte: ANCOSOL.

Nota: Elaborado pelo autor. <sup>1</sup>Postos de Atendimento Cooperativo; <sup>2</sup>Patrimônio Líquido Ajustado (R\$ milhões); \* Resultado 2006.

Os objetivos da Ancosol consistem na representação política em nível nacional das cooperativas de crédito solidárias, difusão deste tipo de cooperativa pelo país, apoio à capacitação e educação cooperativa, aproximar as experiências de cooperativa de crédito que priorizasse em suas atividades a economia familiar e solidária e estabelecer parcerias e convênios com entidades públicas e privadas em âmbito nacional e internacional para o fortalecimento do cooperativismo no País, conforme revela seu Informe Institucional de 2008.

A seguir analisaremos a formação das instituições que compõem a Ancosol, sendo que, embora não seja formalmente uma instituição de 3º grau, conforme legislação vigente, atua como coordenador do SCC do segmento da agricultura familiar solidária, sendo a primeira instituição em nível nacional a coordenar este segmento de cooperativas de crédito.

### Mapa da Abrangência das Cooperativas da Agricultura Familiar e Solidária no Brasil - Ramo: Crédito

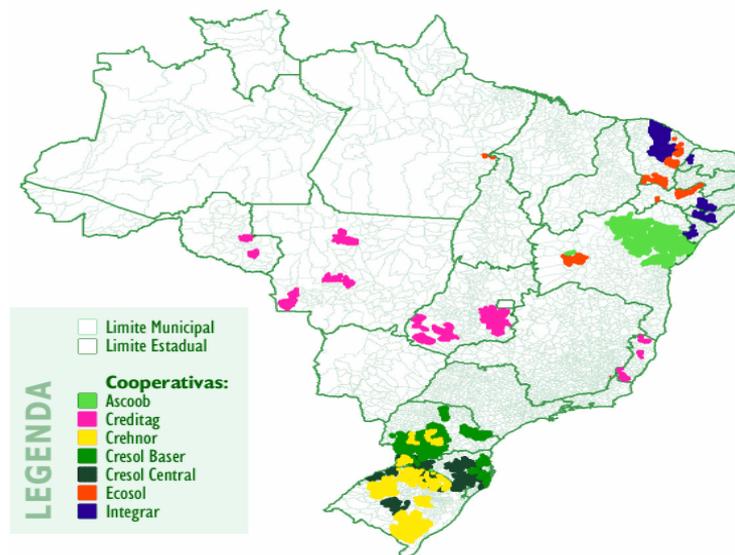


Figura 4 - Regiões de atuação Ancosol

Fonte: ANCOSOL.

Nota: Mapa digitalizado.

### Cresol - Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Intenção Solidária

As cooperativas de crédito ligadas a Ancosol possuem a característica peculiar de surgirem do seio do movimento social, ligada à agricultura familiar e às lutas sindicais pela democratização do acesso a terra no meio rural, conforme avalia Búrigo (2006).

Em 1988, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) estimulou a criação de fundos rotativos objetivando suprir a falta de crédito aos agricultores familiares na região sudoeste do Paraná, região de atuação da ONG. Estes fundos eram administrados por instituições do movimento popular a exemplo de movimentos pastorais, sindicatos e associações, conforme revela Búrigo (2006), sendo que os recursos eram oriundos de doações das agências de cooperação internacional. A intenção era dar maior sustentabilidade às doações para que os recursos circulassem entre os agricultores.

Objetivando ampliar o acesso aos agricultores, de recursos para investimento e custeio em suas propriedades, principalmente tentando trazer recursos oficiais do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para a região, foram efetuadas reuniões de discussão para verificar de que forma este objetivo poderia ser alcançado. Após

várias rodadas de reuniões e visitas às cooperativas de crédito já criadas em Santa Catarina, desde 1992, a exemplo da Crediquilombo, foi criada no município de Dois Vizinhos, em 1995, a primeira cooperativa de crédito rural que constituiria o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Intenção Solidária (Cresol). Este foi consolidado, em 1996, após a criação da quinta cooperativa, quando as mesmas decidiram criar a Base Central de Serviços (Baser).

As bases regionais não são reconhecidas formalmente pelo Bacen, pois se trata de associações e não de Cooperativas Centrais conforme legislação vigente, mas se constitui em importantes instrumentos que proporcionam a coesão entre as singulares, por fornecerem serviços importantes de capacitação dos dirigentes e funcionários, ofertam serviços de assessoria contábil e administrativa, além de representarem junto aos bancos e demais instituições públicas e privadas, as cooperativas de crédito singulares a ela filiadas. Neste sentido, a organização administrativa se encontra caracterizada por duas Centrais, logo abaixo se encontram as bases regionais e em seguida, as cooperativas singulares.

O Sistema Cresol se caracteriza por incentivar a “interação solidária” conforme expressa a sua razão social, significando que a administração do Sistema seja compartilhada, mantendo as singulares “num tamanho suficientemente adequado, para que os associados e dirigentes possam acompanhar o seu crescimento e controlar o seu funcionamento” (BÚRIGO, 2006, p. 173). Este tamanho é controlado através do desmembramento de singulares, quando estas atingem um determinado nível de patrimônio e número de associados.

A expansão do sistema Cresol ocorreu durante a década de 1990. Já nos anos 2000, seguiu com a integração entre as articulações que originalmente proporcionou a criação das primeiras cooperativas do Sistema no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Estas articulações foram formadas por ONGs ligadas a agricultura familiar e movimentos sociais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Convém destacar também que o Sistema se orgulha que embora tivesse sido obrigada pelo Bacen a criar uma Cooperativa Central em 2000, devido ao grande volume financeiro girado, o fez de tal modo que não fosse implementada a centralização financeira. Desta forma, as singulares é que administram os recursos captados, seja de fontes internas (depósitos à vista e a prazo) ou externas (Pronaf, BNDES, etc.).

A descentralização financeira aumenta a interação das cooperativas do Sistema junto à comunidade, pois aumenta a disponibilidade de recursos para crédito e outros serviços financeiro sempre junto ao agricultor familiar. Para conhecer as demandas dos agricultores por serviços financeiros, o Cresol mantém junto às comunidades agentes comunitários que são agricultores da comunidade e que discutem questões relativas aos serviços da cooperativa e também o incentivo a “novas formas de produzir, comercializar e de colaborar com alguns outros aspectos relacionados à vida social dos associados” (BÚRIGO, 2006, p. 177-178).

Outra importante iniciativa do Sistema Cresol é o programa de habitação no qual são construídas casas próprias para os agricultores associados. O programa foi criado em 2004, e até 2006 foram construídas 3.500 casas. Os recursos são oriundos do Sistema Cresol, dos associados, do Ministério das Cidades e do governo do Estado do Paraná. Já foram aplicados cerca de R\$ 27 milhões para atendimento à melhoria das condições de vida dos associados, sendo que, segundo dados do Sistema Cresol 10.320 sócios tinham sido beneficiados diretamente pelo programa. Em todo o Sistema Ancosol foram construídas até junho de 2007, conforme dados publicados pelo Sistema 18.735 casas e reformadas outras 3.043.

Tabela 4 - Principais indicadores apresentados pelo Sistema Cresol

Item/ano	1996	2007
<b>Singulares</b>	5	121
<b>PACs<sup>1</sup></b>	0	48
<b>Central</b>	0	2
<b>Bases regionais de serviços</b>	0	13
<b>Associados</b>	1.639	86.630
<b>Resultado anual (mil)*</b>	12,3	5.281,8
<b>PLA<sup>2</sup> (mil)</b>	101	88.854
<b>Depósitos (mil)</b>	697	156.411
<b>Operações de crédito (mil)</b>	1.150	214.572

Fonte: Búrigo (2006, p. 179). Base: Dez. 1996; CRESOL. Base: Dez. 2007.

Nota: Elaborado pelo autor.<sup>1</sup>Postos de Atendimento Cooperativo; <sup>2</sup>Patrimônio Líquido Ajustado (R\$ milhões); \* resultado do exercício de 2006.

O crescimento do número de cooperativas afiliadas possibilitou a inauguração de mais uma Central: a Cresol Central, com sede em Chapecó, Santa Catarina, que coordena as ações da maioria das cooperativas do Sistema em Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, conforme revela Búrigo (2006). Embora a divisão seja algo

natural decorrente do próprio processo de expansão, convém salientar que o Sistema Cresol conseguiu inovar porque vem viabilizando este crescimento mantendo-se fiel às suas bases sociais, no qual os agricultores familiares com baixa escolaridade se mantêm como dirigentes máximos do Sistema e provam que as camadas mais pobres podem se inserir como atores bem sucedidos no SFN, para tanto, usam a força da participação comunitária na gestão das cooperativas e superação dos problemas que se apresentam.

### **Ecosol - Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário**

A CUT criou no final da década de 1990 uma Agência que objetivava fomentar a criação de empreendimentos associativos e cooperativos nas camadas mais baixas da classe trabalhadora no meio urbano e rural e por consequência difundir os fundamentos da economia solidária, conforme avalia Búrigo (2006). Assim nasceu a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que procurou apoiar empresas que passaram a ser controladas pelos seus ex-funcionários e que se organizaram em cooperativas.

Objetivando efetuar a intermediação entre quem necessita de recursos e quem os possui, por meio de uma relação mais solidária e mais vantajosa que os bancos tradicionais, a ADS elaborou um projeto para a constituição de cooperativas de crédito no meio urbano e rural, conforme revela Búrigo (2006). A primeira cooperativa criada foi a de crédito mútuo de bancários paulistas, em 1999. A Cooperativa de Crédito dos Bancários (Bancredi) serviu de base experimental para que a ADS ampliasse a criação de outras cooperativas de crédito. O objetivo era formar um Sistema diferenciado, no qual os clientes preferenciais fossem pessoas ligadas a diversos setores da economia: os agricultores familiares, trabalhadores da produção industrial, do comércio, de serviços e de reciclagem de materiais plásticos e papelão.

Com o passar dos anos foram criadas novas cooperativas de crédito rural e mútuo em vários estados brasileiros. As cooperativas de crédito apoiadas pela ADS cresceram a ponto de em 2004, criarem a sua primeira Central, que funciona dentro da Bancredi em São Paulo. A partir de então estava consolidado a criação do novo SCC no Brasil: o Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário

(Ecosol). Conforme as palavras de seu presidente Gilmar Carneiro, em entrevista à revista Cooperativismo de Crédito.

A gente procura uma rede cooperativa, na qual se potencializa a qualidade de vida, de renda e de meio ambiente, tudo discutido antecipadamente com a própria comunidade interessada. (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2003, p. 32).

A filosofia de atuação do sistema Ecosol, portanto, é democratizar o acesso ao crédito para populações de baixa renda, se aproximando dos setores populares e sindicais, conforme analisa Búrigo (2006), atingindo os setores urbano e rural. Para tanto, a ADS vem unindo conhecimentos de uma rede de instituições objetivando dinamizar o desenvolvimento local nas regiões em que atuam. Para tanto, incentivam as cooperativas de crédito ligadas ao Ecosol a se associarem a cooperativas de outros ramos produtivos. Neste sentido, a Ecosol criou a União das Cooperativas Solidárias (Unisol), que forma a rede de cooperativas de produção, do comércio e da agricultura familiar, objetivando integrar a produção e a comercialização. Desta forma, as cooperativas do Sistema firmam parcerias com ONGs, sindicatos, Sebrae, igrejas e poderes públicos local, regional e nacional.

Outro estímulo às discussões comunitárias sobre o desenvolvimento local foi dado a partir de 2005, com a criação dos comitês locais de finanças solidárias, objetivando fomentar debates sobre as necessidades financeiras nos territórios em que atuam, conforme revela Búrigo (2006).

O modelo organizacional seguido apresenta como coordenadora do Sistema a Central de Crédito, seguida das bases de serviços regionais, vindo logo abaixo as cooperativas singulares. O Ecosol atua nos estados da Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Uma característica inovadora do Sistema Ecosol é que se constitui o único Sistema solidário a trabalhar com cooperativas urbanas e rurais em diversos estados, unindo experiências de categorias de trabalhadores diferentes em nível geográficos, culturais e econômicos, que caso fossem estruturar experiências próprias de cooperativismo de crédito apresentariam atuações diferentes, conforme analisa Búrigo (2006).

Segundo dados informados por Búrigo (2006), referentes às atividades do sistema Ecosol, de 2004, a entidade possuía 19 cooperativas em atividade, com oito

bases de serviços regionais, apresentando à época R\$ 2.068.894,79 de Capital Social e 6.545 sócios.

### **Sistema de Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária - Crehnor**

Devido à exclusão dos agricultores familiares, agricultores atingidos por barragens e agricultores de assentamentos rurais ao crédito governamental para custeio e investimentos, o Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) mantiveram contatos com o Sistema Cresol para discutir formas de viabilizar recursos financeiros que pudessem atender às suas demandas por crédito. A alternativa encontrada foi criar cooperativas de crédito.

A primeira cooperativa de crédito rural foi criada no município de Cantagalo (PR) e Sanrandi (RS), em 1996. Inicialmente estiveram ligadas ao Sistema Cresol, mas em seguida procuraram expandir a experiência para Santa Catarina e constituíram o Sistema Crehnor. Em 2003, Sistema estruturou sua Central Crehnor, em Sarandi (RS). Uma característica peculiar do Sistema Crehnor é a atuação regional de suas cooperativas através dos PACs.

Sua base de cooperados é composta por assentados de Reforma Agrária e agricultores familiares ligados ao MPA, em cujo meio não se verifica a disseminação da prática de poupança, conforme observa Búrigo (2006), em função da baixa renda dos cooperados assentados. Muitas dificuldades são enfrentadas pelo Sistema em função da base de cooperados possuírem baixa escolaridade, o que dificulta os processos de gestão e inovação nas atividades da entidade, gerando instabilidades no Sistema. Para superar esta limitação os gestores do Sistema apostam na diversificação da produção dos cooperados, para que se tenha aumento de produtividade e competitividade no mercado.

Um importante programa é o de financiamento para habitação, no qual já foram construídas mais que 9 mil casas e está investindo R\$ 100 milhões para beneficiar 17 mil famílias, com recursos de R\$ 6.000 por família, parte do Governo Federal, através do Ministério das Cidades. O Sistema Crehnor participa complementando os recursos dos investimentos a juros acessíveis aos pequenos

agricultores. O Sistema Crehnor é estratégico para os agricultores familiares porque vem viabilizando a ampliação de créditos de custeio dos principais produtos dos agricultores, a exemplo do milho, soja, trigo e apoio à pecuária leiteira, além de fornecer créditos de investimento para a modernização produtiva das propriedades.

A tabela 5 revela o crescimento do nível de atividades do Sistema Crehnor, sendo destaque o crescimento do número de associados, o que proporcionou a alavancagem do seu PLA durante o período.

Tabela 5 - Principais indicadores apresentados pelo Sistema Crehnor

Item/ano	1999	2006
Singulares	2	9
PACs <sup>1</sup>	16	37
Central	0	1
Associados	3.850	33.114
Resultado anual (mil)*	10,1	-
PLA <sup>2</sup> (mil)	563,5	15.668,3
Depósitos (mil)	969,0	24.181,6
Operações de crédito (mil)	25.506,7	-

Fontes: Búrigo (2006, p. 179). Base: Dez. 1996; CREHNOR . Base: Dez. 2006.

Nota: Elaborado pelo autor. <sup>1</sup>Postos de Atendimento Cooperativo; <sup>2</sup>Patrimônio Líquido Ajustado (R\$ milhões)

### **Creditag - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural dos Trabalhadores da Agricultura Familiar com Interação Solidária**

Para que possamos compreender a formação do Sistema Creditag convém analisar a formação das cooperativas de crédito que compunham os sistemas Crescer e Credsol, originados de cooperativas dos estados de Goiás e Espírito Santo, respectivamente.

O Sistema Crescer iniciou sua estruturação em 2001, após lideranças sindicais e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg) conhecer experiências do Sistema Cresol, que resultou na criação da Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar Interação Solidária de Jataí (Credijat). Neste processo as lideranças sindicais envolvidas mobilizaram o capital social do município (governo local, sindicatos, universidades, dentre outras entidades) para dar suporte à operação da cooperativa de crédito, mobilizando recursos humanos e de infra-estrutura, necessários às atividades da cooperativa.

Devido ao êxito das atividades da Credijat, outros municípios empreenderam a criação de cooperativas de crédito rural. Por não possuir uma Central, segundo Búrigo (2006), o Sistema operava como cooperativas singulares independentes que somavam sete cooperativas, atuando em mais que 20 municípios de Goiás.

Alguns aspectos tornaram as atividades da entidade instáveis, a exemplo de inexperiência dos dirigentes, falta de intercâmbio de informações entre as cooperativas do Sistema, limitados recursos de informática e interferências políticas na gestão das entidades. Instrumentos de discussão conjunta e planejamento estratégico integrado podem possibilitar a coesão das atividades do Sistema suprindo a carência da Central, sendo que o Sistema serviu de referência para a criação do Sistema Creditag, criado pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

As cooperativas da Creditag instaladas no Espírito Santo se originaram do Sistema Credsol de experiências de lideranças da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo (Fetaes). O modelo adotado segue os padrões do Cresol, sendo a primeira iniciativa engendrada no município capixaba de Iúna, Credsol – Iúna, em 2003.

A criação da Federação das Associações Comunitárias dos Agricultores Familiares Rurais de Iúna e Irupi (Faces), em 1994, possibilitou discussões mais organizadas, objetivando a criação do Sistema Credsol. A iniciativa foi fruto da militância de integrantes da Igreja Católica, associações comunitárias e também da Fetaes, cujo objetivo foi a busca de alternativas que melhorassem as condições de vida dos agricultores familiares do município, cuja renda provém das atividades tipicamente rurais.

A Credsol-Iúna desempenhou um importante papel de apoio às atividades dos meeiros no município. Os meeiros por produzirem em terras arrendadas tinham dificuldades de conseguir financiamentos em função da falta de garantias reais, desta forma, recorriam a créditos informais ou se tornavam reféns dos fazendeiros, que avalizavam empréstimos formais.

Para o crescimento do Sistema Credsol no estado do Espírito Santo precisou superar, segundo Búrigo (2006), o desconhecimento por parte dos setores públicos e privados a respeito do cooperativismo. Outro aspecto importante para a consolidação do Sistema foi a ampliação das parcerias.

As lideranças do Sistema se dividiam entre consolidar um Sistema estadual e integrar uma rede nacional. No processo de formação de uma rede que pratique os laços de proximidade e articule o capital social local para consolidar uma experiência própria o fortalecimento da Credsol, se tornou imperativo para os municípios beneficiados. O Sistema conta com a atuação de quatro cooperativas que exercem suas atividades com sedes nos municípios de Lúna, Colatina, Montanha e Muqui, abrangendo parte das regiões Norte, Centro e Sul do estado do Espírito Santo.

A partir da estruturação das cooperativas de crédito destes dois Sistemas, tendo como fonte de apoio o MST, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura Estaduais e Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, o Sistema Creditag atua nos estados de Pernambuco, Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais São Paulo e Bahia, com nove cooperativas e duas bases de apoio em Goiás e Espírito Santo.

### **Sistema Integrado das Cooperativas de Crédito de Economia Solidária - Integrar**

O Sistema surgiu a partir do Sistema Cocredi, sendo que este deu início a suas atividades a partir da criação da Cooperativa de Crédito Rural de Itapipoca (Cocredi), que prima pelo pioneirismo no cooperativismo de crédito solidário no Estado do Ceará. Fundada em 2001, região Norte do estado do Ceará, a Cocredi em sua criação contou com apoio de técnicos do Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (Cetra), ONG que atua na área de Direitos Humanos, trabalha questões de gênero e assessora movimentos rurais. No processo de articulação para o seu desenvolvimento participaram técnicos do Sebrae e do Movimento de Organização Comunitária (MOC) com sede em Feira de Santana. Segundo Búrigo (2006), a Cocredi surgiu para ofertar serviços de proximidade no acesso a serviços financeiros e contribuir para o desenvolvimento local.

Muitas dificuldades foram enfrentadas pela Cocredi em seus primeiros anos de criação, entre as quais a falta de credibilidade das cooperativas devido a experiências negativas existentes na região, a falta de conhecimento dos agricultores familiares com o universo das microfinanças e a falta de apoio técnico, político e organizacional por conta da inexistência de uma Central.

As parcerias desenvolvidas pela Cocredi, principalmente com o Banco do Brasil permitiram a ampliação da oferta de serviços por parte da cooperativa, a

exemplo de talões de cheque para os associados e também a viabilização por parte da cooperativa do repasse do Pronaf. Um importante trabalho de investimento na utilização de energias renováveis por parte dos agricultores familiares tem sido desenvolvido, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento sustentável e Energias Renováveis (Ider), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a Organização Internacional E+Co, conforme revela Búrigo (2006).

A entidade engendrou um processo de reestruturação operacional para aperfeiçoar seus indicadores de qualidade de carteira, objetivando dar maior viabilidade à instituição, sendo a qualificação do quadro funcional um dos principais pontos de atenção da entidade, para superar as perdas financeiras.

Em 2004, segundo Búrigo (2006) a cooperativa apresentava um patrimônio líquido de R\$ 35.606,22, este valor representa uma redução de 2,3% em relação a 2003, fruto de perdas financeiras. A reavaliação de sua atuação operacional através da implantação de uma metodologia consistente de avaliação de crédito e solicitação de garantias adequadas, além de fortalecer os laços de compromisso dos associados para com o patrimônio da entidade, via programa de educação cooperativa e participativa. Este programa permitiu a entidade melhorar seu desempenho operacional.

A formação do Sistema Integrar foi estruturado para apoiar a formação de cooperativas de crédito rural com base solidária nos estados do Nordeste e teve como ponto de apoio o Sistema Cocredi. Ao unir forças com a Cocreal Pão de Açúcar do estado de Alagoas formaram o Sistema Integrado das Cooperativas de Crédito de Economia Solidária (Sistema Integrar), vinculada a Ancosol, sendo que atualmente somam uma central em Recife-Pe e mais 11 cooperativas e um posto de atendimento compreendendo os estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe.

### **Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Popular - Ascoob**

A Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Popular (Ascoob) não se configura como um Sistema, mas como uma entidade atuando em meio a outras entidades de apoio e assessoria a agricultores familiares, no meio rural do semi-árido baiano.

Tendo por base a articulação entre STRs, Comunidades Eclesiais de Base (CEB), ONGs de assessoria rural, a exemplo do Movimento de Organização Comunitária (MOC), foram criadas 11 cooperativas. Devido às dificuldades de recursos humanos competentes para gerir as entidades, assim como aspectos políticos, as cooperativas se filiaram à Cooperativa Central de Crédito da Bahia (Sicoob-Ba), conforme observa Búrigo (2006). Porém, a adesão ao Sicoob, segundo alguns dirigentes de cooperativas oneram as instituições, devido à estrutura complexa de gestão e controles, assim como os repasses mensais mínimos de R\$ 3.000,00 mensais, cujo valor aumenta em função do aumento das atividades das filiadas, reduzindo sua liquidez.

A base de atuação da Ascoob se centra na educação cooperativista, porém atuam também na assessoria gerencial às cooperativas, principalmente nas entidades que apresentam maiores dificuldades de gestão. O apoio do Bancoob (Banco cooperativo do sistema Sicoob) tem sido importante para a estabilidade e credibilidade do sistema junto à base de cooperados, pois a gama de serviços que o apoio do Bancoob oferece permite que se aumente o público atendido pelas cooperativas, uma vez que comerciantes que necessitam de serviços financeiros mais complexos contam com a oferta por parte da cooperativa, sem ter que recorrer ao sistema bancário privado.

Em 12 de abril de 2008 foi efetuada a Assembléia de fundação da Ascoob Central, na qual quatro cooperativas de crédito ligadas a Ascoob associação se constituíram sócias fundadoras, objetivando fortalecer as parcerias estratégicas, fomentar a cultura solidária, estruturar um SCC juntamente com os atores locais no apoio a agricultura familiar.

Analisaremos com maior profundidade a formação da Ascoob – Ba (Associação e Central) no capítulo 5, pois estas instituições fazem parte da história de criação da Sicoob Sertão, nosso estudo de caso.

Em todos os Sistemas analisados, Confederados ou regionalizados (Federados), observamos um objetivo comum: contribuir para o desenvolvimento local nas comunidades em que atuam. Muitas são as ações engendradas pelas cooperativas de crédito para consecução destes objetivos, sendo que, procuram se integrar à dinâmica da economia local para que os serviços ofertados contribuam para a geração de emprego e renda.

### 3.5 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O tema desenvolvimento local tem sido bastante explorado nos meios acadêmicos, surgindo em pesquisas de campo com diversas experiências municipais na área. Em estudo de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o economista e mestre em Sociologia Sérgio C. Buarque expõe sua definição para a questão do Desenvolvimento Local:

[...] é um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. (BUARQUE, 1999, p. 9).

Buarque (1999 apud HAVERI, 1996, p. 10), expõe a questão das vantagens comparativas e iniciativas inovadoras de uma determinada localidade exercendo suas “qualidades superiores” e que as destaca num determinado contexto. As condições de verificação do desenvolvimento local implicam num complexo de ações que envolvem a participação de tantos quantos forem possíveis os atores participantes ou influentes no processo, agindo de forma articulada. Esta articulação passa impreterivelmente pela participação ativa dos poderes públicos através de políticas públicas, conforme salienta Albuquerque (1998), de forma a impulsionar projetos produtivos novos e geradores de emprego e renda locais.

Atores do processo de desenvolvimento local como as cooperativas de crédito rural têm recebido incentivos por parte das políticas públicas no setor financeiro, por se constituírem em instrumentos importantes no financiamento destas iniciativas inovadoras nas pequenas comunidades, principalmente as isentas de estabelecimentos bancários, como forma de ampliar as possibilidades de investimento geradoras de emprego e renda locais. Trata-se de uma inversão no padrão de condução das políticas públicas, no qual se complementam as políticas públicas macro e micro no sentido de fomentar o desenvolvimento local.

#### **3.5.1 A concepção de desenvolvimento em bases locais: Mudança de foco no padrão de acumulação**

Até a década de 1970 a visão que se tinha do desenvolvimento apontava para investimentos centrais em grandes grupos cujos efeitos se difundiriam aos núcleos urbanos, homogeneizando-os dinamicamente, conforme analisa Albuquerque (1998). As grandes corporações definiam suas atuações em comum acordo com as políticas desenvolvimentistas dos governos centrais, tendo como discurso aberto a melhoria das condições de vida locais, ao se instalarem.

O modelo de desenvolvimento concentrador, conforme revela Albuquerque (1998) se baseou no privilegio da atração de recursos externos ou se centrava basicamente nos grandes grupos. O argumento é que estes grandes grupos, atuando em regiões estratégicas, irradiariam seus efeitos de geração de riquezas para as áreas próximas e mais pobres.

O que se observou foi o fato de existirem condições adversas de pobreza que garantiram às empresas ao se instalarem suporte para a obtenção de lucros elevados, pois pagam baixos salários e se beneficiam de incentivos fiscais, além de atuarem sob leis trabalhistas e ambientais inadequadas<sup>15</sup>.

A partir dos anos setenta e oitenta, a crise do modelo de desenvolvimento fordista acabou despertando maior interesse na reflexão sobre as iniciativas de desenvolvimento econômico local, ao questionar a visão do processo de desenvolvimento econômico em que fomos educados, a qual tende a simplificá-lo como se se desenvolvesse unicamente pela via do modelo concentrador baseado na grande indústria e nos grandes núcleos urbanos. (ALBUQUERQUE, 1998, p. 2).

A situação adversa de discurso positivo e prática negativa assegurou importantes condições para a instalação de diversas plantas industriais, principalmente nos países da América Latina, África e Ásia, onde aproveitava a grande oferta de mão-de-obra barata, desregulamentação de mercados, flexibilidade das leis trabalhistas e ambientais, assim como incentivos fiscais. Por outro lado, é importante para as empresas também, conforme avalia Dowbor (2006), que exista o mínimo de ordem, respeitando-se os contratos comerciais firmados e a manutenção da ordem nas ruas.

A noção de planejamento centralizado fazia com que ações locais fossem descartadas no planejamento político geral entre os países, conforme avaliam Codes, Loiola e Moura (1998). Os países seguiam orientações Keynesianas, no qual

---

<sup>15</sup> Atualmente ainda se verifica este fato, a exemplo das empresas que se instala em territórios que cuja legislação ambiental e trabalhista permite ações que causem danos ambientais ou permite ambientes insalubres dentro das fábricas, a exemplo de poluição sonora, baixa luminosidade ou higiene.

o desenvolvimento local ocorreria de fora pra dentro, ou seja, recursos humanos, materiais e financeiros viriam se implantar num dado local e desta forma a dinâmica econômica local seria dominada por grandes investimentos, a exemplo das ações regionais de implantação dos “pólos de crescimento” de Perroux, ou das indústrias chaves, com efeitos para traz e para frente de Hirschman, conforme observa Amaral Filho (2001).

O crescente aprofundamento das desigualdades e deterioração do meio ambiente, no entanto, pressionou a procura por novas formas de planejamento do desenvolvimento, pois as grandes corporações atuando globalmente, conforme avalia Albuquerque (1998), pouco contribuiu para a melhoria do ambiente social nos países em que atuam, pois segundo dados do PNUD, de 2000, a distância entre a renda dos mais pobres para os mais ricos em 1960 era 1:30, em 1990 aumentou para 1:60 e em 1999 foi de 1:74, conforme revela Milani (2003).

Seguindo a política Keynesiana de ampliação dos gastos do governo como fator impulsionador do desenvolvimento, apoiando iniciativas empresariais, muitas vezes mal sucedidas, ocasionou crises fiscais dos Estados, a partir dos anos 80, conforme observam Codes, Loiola e Moura (1998), pois muitos estados estavam excessivamente endividados e se tornaram inoperantes, outros declararam a seus credores que estavam sem recursos para cobrir os custos de suas dívidas, a exemplo do Brasil, durante a década de 1980.

A partir da década de 1980 observou-se um processo de incentivo as descentralizações administrativas de modo a passar a responsabilidade sobre a consecução do desenvolvimento aos governos locais, de modo a que pudessem buscar formas de superação do desemprego estrutural, derivado do modelo de gestão do desenvolvimento até então vigente.

A nova perspectiva de desenvolvimento em bases locais fomenta a inovação baseada nas capacidades internas, cujas bases se fundamentam, na visão de Albuquerque (1999), no adequado nível de qualificação da mão-de-obra, diversificação do tecido produtivo, infra-estrutura básica, mobilização e coesão e cultura inovadora da sociedade local. A existência deste ambiente, observa Albuquerque (1999), cria espaços de negociação estratégicos com os governos locais e permite a abertura competitiva às pequenas e médias empresas.

No território onde se encontra as empresas a qualidade do capital humano existente, capaz de gerar conhecimento estratégico em empreendimentos sociais ou

empresariais, público ou privados, é importante fator para a obtenção do sucesso de pequenos empreendimentos, que com poucos recursos possibilitam a geração de emprego e renda, analisa Albuquerque (1999).

A análise da questão do desenvolvimento tendo como um dos pressupostos a cultura inovadora da sociedade local, ensejadas por Albuquerque (1999), nos remete ao estudo do desenvolvimento local. Outros estudiosos se detêm sobre a questão do desenvolvimento local, a exemplo de Bourdin (2001), do economista indiano Amartya Sen (2000) e o pesquisador da Universidade de Madri, Antonio V. Barquero (2002). Para Bourdin (2001), os laços do homem com o local nos direcionam a componentes sociais, naturais e sagrados os quais o homem guarda laços de parentesco e muitas vezes de oportunidades profissionais que determinam toda a sua vida, sendo que o desenvolvimento local da comunidade, na qual se está inserido traz resultados determinantes no modo de vida do homem e da sua família.

O economista indiano Amartya Sen (2000) analisa que a privação no exercício das liberdades individuais limita o indivíduo na realização de oportunidades sociais. Para Amartya Sen (2000) um ambiente democrático, com liberdades políticas e civis aumenta a pressão da sociedade sobre os governos, para a realização de importantes medidas que promovam o desenvolvimento local.

Antonio V. Barquero (2001), professor de Desenvolvimento Regional e Local da Universidade de Madri, expõe a importância do estímulo à inovação e aproveitamento das potencialidades internas da comunidade, estimuladas por políticas dos governos locais, como forma de criar um processo de desenvolvimento de dentro para fora, o qual se denominou desenvolvimento endógeno. Neste sentido, a comunidade local assume ativamente o papel de discussão do melhor processo de desenvolvimento a ser seguido. Para tanto é importante que se tenha um poder político local aberto às discussões das políticas públicas com a comunidade civil organizada. Uma destas iniciativas se configura através da implantação do orçamento participativo, no qual se discute com a sociedade civil as melhores formas de aplicar o orçamento anual dos governos locais.

### **3.5.2 Sociedade Civil Organizada e as parcerias com os poderes públicos para a consecução do desenvolvimento local**

A mobilização de energias da sociedade explorando especificidades locais faz com que, na visão de Amaral Filho (2001), pesquisador brasileiro sobre o tema do desenvolvimento local, haja ampliação da produção de valor agregado retendo o excedente agregado na economia local e também se atraia excedentes de outras regiões, “tendo como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região” (AMARAL FILHO, 2001, p. 2). A análise de Amaral Filho (2001) reforça a concepção de Buarque (1999) a respeito da influência positiva dos atores locais sobre a condução do desenvolvimento em bases locais.

Pequenas comunidades apresentam processos de participação comunitária, em que não se espera a criação de um posto de saúde ou empresa que gerará mais empregos e sim se discute no âmbito local as prioridades em termos de investimento público. O orçamento participativo é um exemplo de ação pró-ativa por parte de algumas prefeituras, a exemplo do que ocorreu em Pintadas, a partir da gestão de Nelza Cardore. Discute-se de forma conjunta com a população local, por exemplo, se os investimentos efetivados vão permitir o aproveitamento das potencialidades e diversidades locais, neste sentido, os atores locais envolvidos assumem grande responsabilidade, observa Buarque (1999).

Estas articulações vêm permitindo a construção de um processo democrático de gestão da coisa pública local no qual a superação das condições adversas do clima local para a geração de emprego e renda, assim como o combate à desigualdade no acesso as terras e as águas são elementos centrais na construção do processo democrático local, buscando o desenvolvimento para a região.

O professor Milani (2003) traz uma reflexão sobre experiência de desenvolvimento local no município de Pintadas, no qual verificou que o processo de transformação social tem levado a um novo pensar das agências internacionais sobre as “práticas incoerentes do desenvolvimento e seus resultados nefastos sobre as culturas locais” (MILANI, p. 9, 2003). Este novo pensar vem acompanhado por um amplo ambiente de contestação, a exemplo do Fórum Social Mundial, levantando temas como a emergência da sociedade civil, descentralização, governança local e o capital social. Estes temas têm pontuado as agendas oficiais, conforme nos revela Milani (2003) e assinala, porém que o desenvolvimento local deve ser planejado de forma integrada às estratégias nacionais e internacionais de desenvolvimento, focando a articulação entre os atores sociais, políticos e econômicos, que se constitui no Capital Social.

O Capital Social a que se refere Milani (2003) está pautado na abertura que se tem nas discussões oficiais e acadêmicas, uma vez que as desigualdades sociais e econômicas ocupam espaço significativo nas correntes teóricas do desenvolvimento. Milani (2003) traz em seu estudo uma interessante definição sobre Capital Social:

[...] um conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida cotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre os indivíduos e a família. (MILANI, 2003 apud HANIFAN, 1916, p. 130-138).

Desta definição se destaca a relação entre a riqueza da sociedade civil e o processo de construção da democracia, assim como destaca também o compromisso das entidades da sociedade civil, citando o exemplo dos Estados Unidos no século XIX, cujo compromisso resulta no Capital Social e nas redes que propiciam a circulação de informações estratégicas, formando um estoque que o conjunto da sociedade se utiliza na construção do seu futuro.

### **3.5.3 A atuação da cooperativa de crédito rural como pequeno Banco de Desenvolvimento local**

O incentivo por parte do governo às instituições de microfinanças com destaque para o cooperativismo de crédito se deve, entre outros fatores, ao fato de que a instituição possui condições de operar conforme um pequeno *banco de desenvolvimento local*, este aspecto torna possível à comunidade de agricultores familiares o acesso a créditos produtivos que, segundo Búrigo (1997), abre um leque de oportunidades de investimentos para a diversificação da produção na propriedade, objetivando aumentar sua rentabilidade e viabilidade sócio-econômica:

- a) a diversificação de sua atividade agrícola. Por meio de créditos para a compra de insumos, sementes e defensivos o produtor pode diversificar sua atividade agrícola, cultivando de forma alternada ou paralela uma variedade maior de produtos agrícolas. A propriedade então adquire maior estabilidade em seu potencial de renda nas lavouras, pois dilui o risco das perdas de safras e equilibra a margem de ganho sobre a propriedade, decorrente da alta de determinadas safras e queda no preço de outras;

- b) mudança da base produtiva para atividades não-agrícolas: Cresce cada vez mais no meio rural o percentual da renda familiar obtida em função do desenvolvimento na propriedade de atividades não-agrícolas, a exemplo da fabricação de móveis, alimentos e bebidas. Estas atividades podem ser financiadas através da cooperativa por meio de créditos para aquisição de instrumentos e equipamentos necessários ao seu desenvolvimento;
- c) prestação de serviços no meio rural: A cooperativa disponibiliza aos agricultores serviços de contas correntes, limites de crédito, talonário de cheque, em parceria com bancos cooperativos e pagamento de contas e crédito, para o crescimento de suas atividades;
- d) beneficiamento e transformação de produtos agrícolas: Através de programas de créditos específicos, muitos dos quais utilizando fundos governamentais, as cooperativas financiam equipamentos para beneficiar a produção agrícola, transformando o milho em fubá, leite em queijos e iogurtes, cana em açúcar mascavo ou rapadura, carne de porco em embutidos e defumados, etc., contribuindo para a diversificação das atividades geradoras de emprego e renda, dentro da propriedade e melhorando sua rentabilidade e sustentabilidade;
- e) modernização das atividades agrícolas vigentes: Objetivando aumentar sua produtividade, o agricultor necessita investir em modernas técnicas de cultivo e colheita. Através dos ganhos de produtividade aumenta sua rentabilidade sobre a propriedade. Desta forma, o agricultor precisa de créditos para a compra de implementos agrícolas e equipamentos mais modernos que lhes permita substituir antigas técnicas, que aumentam seu ciclo de produção e comercialização.

Todas estas ações possibilitam o estímulo às potencialidades internas da comunidade, permitindo aos empreendimentos locais a geração de emprego e renda. O apoio às iniciativas produtivas inovadoras no meio rural, como as atividades desenvolvidas por cooperativas de crédito rural, pode gerar um ciclo positivo que dinamiza a economia local e permite a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e sua família e faz parte de uma mudança de visão na orientação das políticas públicas de desenvolvimento em bases local e de forma sustentável.

## **4. AGRICULTURA FAMILIAR**

### **4.1 PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**

Inúmeras publicações afirmam a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e geração de empregos no Brasil, conforme observa Evangelista (2000). Esta importância se verifica também na luta de instituições da sociedade civil, a exemplo do MST, da Contag, da Pastoral da Terra e da Cáritas Brasileira. Estas últimas ligadas à Igreja Católica. Estas instituições criam espaços de reflexão e desenvolvem indicativos de políticas públicas e projetos sócio-econômicos em parceria com Agências de Cooperação Internacional e entidades governamentais, objetivando a promoção de melhorias nas propriedades e por consequência, nas condições de vida dos agricultores familiares.

#### **4.1.1 A importância da sociedade civil organizada enquanto orientadores das políticas públicas para a agricultura familiar**

A sociedade civil organizada em ONGs, STRs, Associações e Cooperativas tiveram um papel fundamental, a partir dos anos 80, na implantação de um novo modelo de produção sustentável no meio rural, principalmente no que se refere a agro-ecologia, que usa como critérios básicos a sustentabilidade ambiental, equidade social e a produtividade, de forma a se ter uma agricultura viável do ponto de vista econômico e também que utilize insumos naturais preservando a biodiversidade.

As instituições incentivam a criação de políticas públicas, cujo papel é fundamental na mudança do padrão da agricultura praticada conforme a lógica da agricultura químico-mecanizada. Neste sentido, as políticas públicas devem contemplar o resgate da diversidade e fortalecimento da agricultura familiar cujo papel possibilita:

- a) orientação para o atendimento das necessidades das famílias dos agricultores;
- b) estimula o policultivo, por ser uma unidade produtora e consumidora;
- c) estimula a organização dos trabalhos, que possibilita a exploração mais racional do potencial produtivo da terra, em equilíbrio com o meio ambiente, subvertendo a lógica da produção para a geração do lucro.

O acesso a terra por parte dos agricultores familiares é uma necessidade social para que as políticas acima citadas propiciem o benefício social em nível de emprego e geração de renda, respeitando o meio ambiente. Para tanto, a participação das entidades da sociedade civil organizadas apóiam os agricultores no processo de discussão, planejamento e execução dos programas e políticas para o setor, de modo a adequar melhor às políticas públicas as necessidades do conjunto da sociedade rural.

Outro aspecto a ser destacado é a luta das entidades para que a agricultura familiar seja reconhecida como um setor econômico e faça parte do conjunto das políticas de governo para o meio rural. Conforme veremos a seguir esta luta vem obtendo importantes êxitos junto ao poder público brasileiro.

#### **4.1.2 A agricultura familiar enquanto categoria econômica: a formalização do setor**

Historicamente o fato de a agricultura familiar não ser considerada uma categoria sócio-econômica fez com que ela não fosse referência das estatísticas oficiais, nem se tivesse uma definição clara sobre seu conceito. O Projeto de Cooperação Técnica entre o INCRA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)<sup>16</sup> avançou na metodologia de definição sobre o que significa agricultura familiar. O Projeto levou em consideração aspectos como direção dos trabalhos exercida pelo produtor, trabalho familiar superior ao contratado, além da definição da área máxima, como medida da possibilidade de o agricultor trabalhar com sua família a área, explorando seus recursos de acordo com a tecnologia que dispunha. À medida que cresce a área para a sua exploração, cresce também a dependência de mais mão-de-obra externa, assim como a necessidade de mais investimento em tecnologia para a exploração adequada da propriedade.

A Lei 11.326/06, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar estabeleceu a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu artigo 1º. No artigo 3º, a Lei define o agricultor familiar e

---

<sup>16</sup> Este projeto foi coordenado por Carlos Enrique Guanrizoli (FAO) e Sílvia Elizabeth de C. S. Cardim (INCRA), denominado Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto, utilizando dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes ao Censo Agropecuário 1995/96.

empreendedor familiar rural, sendo que, para tanto, estes devem se enquadrar em alguns critérios estabelecidos pela Lei:

- a) o agricultor familiar não deve deter área superior a quatro módulos fiscais<sup>17</sup>;
- b) deve utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família;
- c) deve possuir renda vinculada predominantemente da propriedade;
- d) deve gerir seu estabelecimento ou empreendimento com a própria família.

Estes critérios objetivam diferenciar a agricultura familiar da patronal, cujas características são especificadas no Quadro 6, conforme estudos do INCRA e da FAO.

<b>Agricultura Patronal</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo assegurado diretamente pelos proprietários.
Ênfase à especialização.	Ênfase à diversificação.
Ênfase às práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase à durabilidade dos recursos naturais e à qualidade de vida.
Trabalho assalariado predominante.	Trabalho assalariado complementar.
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra.	Tomada de decisões “in loco”, condicionada pelas especialidades do processo produtivo.
Pesada dependência de insumos comprados.	Ênfase ao uso de insumos internos.

Quadro 6 – Características das agriculturas patronal e familiar

Fonte: Arero (2004, p. 19).

A partir desta diferenciação, as políticas governamentais de crédito, assistências técnicas, fiscais e sociais podem ser formuladas objetivando reconhecer

<sup>17</sup> Este termo foi criado pelo Estatuto da Terra (Lei .nº 4.504/1964), que serve de base para o cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR). O módulo fiscal varia de município a município em função de indicadores econômicos e de produtividade por eles apresentados. Um módulo fiscal é medido em hectares e o artigo 50 do Estatuto da terra define os critérios sócio-econômicos que baliza o cálculo do módulo fiscal para cada município brasileiro:

- a) O tipo de exploração predominante no município;
- b) A renda obtida no tipo de exploração predominante;
- c) Outras explorações existentes no município, que embora não predominantes, a renda gerada ou a área utilizada possua expressividade econômica;
- d) O conceito de “propriedade familiar”.

Outros aspectos particulares do imóvel são considerados no artigo 50, para efeito de cálculo do módulo fiscal, a exemplo da definição de área aproveitável que se refere à área onde se pode cultivar, criar animais ou explorar recursos florestais presentes. Quanto à área não aproveitável, trata-se das ocupadas por benfeitorias, área de floresta ou mata de conservação, ou área comprovadamente imprestável para exploração agrícola, pecuária ou florestal, conforme revela Augusto (2005), oficial de registro de imóveis no município de Conchas, São Paulo, e diretor do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB).

as especificidades do setor, de modo a atingir de forma mais eficaz as condições de vida do agricultor familiar.

A Lei 11.326/06 também estende os seus benefícios aos aqüicultores, silvicultores, extrativistas e pescadores, promovendo aos seus beneficiários planejamento de ações em diversas áreas consideradas prioritárias para a melhoria do desempenho de suas atividades e a promoção das melhorias das condições de vida de suas famílias. Estas ações compreendem as áreas de crédito, assistência técnica, pesquisa, comercialização, habitação, cooperativismo e associativismo, educação, capacitação e profissionalização.

O presidente da CONTAG, Manuel dos Santos, informou que a Lei 11.326/06 garante um tratamento diferenciado ao agricultor familiar face ao setor de agro-negócio, conforme entrevista ao portal de notícias do MDA (2006).

#### **4.1.3 A importância estratégica da agricultura familiar para o meio rural brasileiro**

O IBGE costuma realizar a cada 10 anos o censo agropecuário que traça um perfil da agricultura familiar no Brasil. Os dois últimos censos foram realizados em 1985 e 1996. O novo censo agropecuário está em fase de publicação dos resultados, segundo o IBGE. No quadro 7, se encontram alguns dados que demonstram a importância do setor para o meio rural brasileiro.

Haja vista a magnitude dos dados apresentados no quadro 7 e as discussões atuais sobre a elevação dos preços dos alimentos no Brasil e no mundo, se faz necessário a criação de políticas públicas de incentivo à produção da agricultura familiar, objetivando conter a inflação referente aos preços dos alimentos.

<b>Agricultura familiar</b>	<b>Valor</b>
Estabelecimentos familiares	4,2 milhões
Estabelecimentos rurais	84%
Mão de obra empregada	70% da mão de obra no campo
Ocupação/ha**	1 trabalhador/ 14 há
Ocupação/ha(agricultura patronal)**	1 trabalhador/ 166 há
Mandioca	84%
Bovinocultura de leite	54%

Aves	40%
Suínos	58%
Milho	49%
Soja	32%
Feijão	67%

Quadro 7 – A Magnitude da agricultura familiar brasileira

Fonte: MDA (2006); \*\*Arero (2004, p.21).

Nota: Elaborado pelo autor. Percentuais em relação ao total nacional.

Os dados da tabela 6 nos revelam a renda por hectare, que compara a agricultura familiar e patronal, traz importantes informações sobre o menor impacto do ponto de vista sócio, econômico e ambiental contido nas atividades da agricultura familiar, uma vez que, a agricultura familiar gera mais renda com menor impacto ambiental (menos desmatamento de florestas).

Tabela 6 – Renda total por unidade de área, segundo a Região e a Categoria

Região	Categorias		Eficiência (F/P)
	Agricultura familiar (F) R\$/ha/ano	Agricultura patronal (P) R\$/ha/ano	
Nordeste	70	37	1,89
Centro-Oeste	48	25	1,92
Norte	51	12	4,25
Sudeste	129	85	1,52
Sul	241	99	2,43
Brasil	104	44	2,36

Fonte: Evangelista (2000, p. 9).

Estes números revelam também a importância das Políticas Públicas conterem um capítulo sobre agricultura familiar, sendo que, um passo importante para tanto, foi o sanção da Lei 11.326/06, pelo Presidente Luiz Inácio, que significa um avanço na definição de ações que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor, que sofre com décadas de parceria do Estado com os grandes produtores e a agroindústria. A idéia modernizante do Estado em relação ao campo, por meio destas parcerias, marginalizou e expulsou muitas famílias do campo, além de proporcionar poluição e degradação ao meio ambiente rural.

Já a tabela 7 revela que a agricultura familiar emprega mais pessoas que a agricultura patronal, uma vez que, o maior percentual de pessoas ocupadas em estabelecimentos da agricultura familiar sobre o total de pessoas ocupadas no campo representavam 76,85%, conforme censo agropecuário IBGE 1996, contribuindo de forma efetiva para o combate a pobreza no campo.

Tabela 7 – Pessoal ocupado no campo em estabelecimentos rurais da agricultura familiar

<b>Região</b>	<b>Pessoal ocupado - total</b>	<b>Pessoal ocupado - % s/ total</b>
Nordeste	6.809.420	82,93
Centro-Oeste	551.242	54,14
Norte	1.542.577	82,15
Sudeste	2.036.990	59,20
Sul	2.839.972	83,94
<b>Brasil</b>	<b>13.780.201</b>	<b>76,85</b>

Fonte: Oliveira e Ribeiro (2002, p. 2).

O processo de expulsão dos agricultores familiares do campo possui graves conseqüências sociais, haja vista o percentual de pessoas ocupadas no campo e que propiciam o sustento de suas famílias por meio desta renda. Devido ao fato de grande percentual da população ocupada no meio rural trabalhar junto aos estabelecimentos familiares, o processo de expulsão destas famílias, provocou o inchaço das cidades de forma desorganizada, uma vez que, os migrantes se instalam geralmente de forma precária em moradias improvisadas, permitindo a ampliação das favelas no Brasil.

#### 4.2 AGRICULTURA FAMILIAR E O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL

A crise dos anos 80 intensificou a situação de pobreza na agricultura familiar, pois os bancos passaram a selecionar de forma mais criteriosa seus beneficiários de crédito. Os agricultores familiares, portanto, sem condições de investir em suas propriedades, pela escassez de crédito durante a primeira metade dos anos 90, avalia Meneguetti (199?), continuavam a ser fornecedores de matérias-primas para a indústria subordinada ao capital agroindustrial, produzindo leite, carnes, milho, soja, café, batata, amendoim, dentre outros produtos, exercendo a função de assalariados do capital agroindustrial.

Por outro lado, os agricultores consumiam produtos industriais, assim como, mantiveram sua função de fornecimento de mão-de-obra barata para o setor urbano através do êxodo rural, uma vez que, não havia incentivos para a sustentabilidade de suas propriedades, através de créditos de custeio das criações, plantações e investimentos de melhoria da infra-estrutura das propriedades.

A insustentabilidade deste processo, segundo Menegetti (199?), se verifica em impactos sobre os agricultores familiares caracterizados por fatores como:

- a) redução da capacidade produtiva do sistema ao longo do processo exploratório verificado pela exaustão dos recursos naturais disponíveis;
- b) baixa da produtividade;
- c) alta dependência da agro-química;
- d) surgimento de epidemias altamente letais para o ser humano;
- e) elevação dos custos de produção devido à dependência externa da produção.

Do processo de crise surgiram alternativas, conforme avalia Menegetti (199? apud ALMEIDA, 1998), para o qual a sustentabilidade do desenvolvimento no meio rural passou pela incorporação da natureza, como parte fundamental do processo e não como recurso a ser subtraído à exaustão.

A mudança de visão passou também pela ruptura com a visão de que o desenvolvimento está centrado na expansão econômica pura e simples e sim na diversidade democrática, cultural, biológica e natural, conforme conclui Menegetti (199?), sendo que, para ele é consenso a redução do consumo excessivo dos países ricos e de uma minoria nos países pobres, mudando o padrão de utilização dos Recursos Naturais.

Dentro deste espírito de ampliação do foco na estruturação das políticas públicas para a agricultura familiar brasileira, mecanismos devem ser criados para que ajudem ainda mais os agricultores familiares em suas necessidades, objetivando a ampliação da oferta de crédito rural aos agricultores familiares. Tal fator se apresenta como um importante instrumento de ajuda no processo de superação da pobreza no campo, com vistas ao desenvolvimento local nas comunidades. As medidas que o governo vem criando para ampliar o acesso aos serviços financeiros no meio rural, fortalecendo os SCC são passos importantes no processo de democratização do crédito rural no Brasil.

#### **4.2.1 O cooperativismo de crédito rural e a democratização do acesso a serviços financeiros no meio rural**

Os bancos que atuam no Brasil, públicos e privados, têm dificuldades em trabalhar com a grande faixa populacional brasileira de baixa renda, devido ao excesso de burocracia e altos custos operacionais no fornecimento dos serviços financeiros. Desta forma, há falta de interesse em criar a estrutura necessária para atender à demanda dos pequenos, principalmente nos meios rurais, preferindo os bancos trabalharem nos meios urbanos, priorizando no meio rural os agricultores mais estruturados que oferecem menores riscos, conforme nos revela Bittencourt (2001).

Neste contexto as cooperativas de crédito rural se esforçam por atender à demanda por créditos de curto, médio e longo prazos ofertando serviços de intermediação financeira, suprimindo a ausência de instituições bancárias, embora as mesmas ofereçam serviços financeiros mais complexos. A cooperativa, no entanto, garante a oferta de recursos financeiros para custear suas atividades de plantio, beneficiamento e comercialização em suas unidades produtivas.

Outra importante necessidade por parte dos agricultores familiares são investimentos em infra-estrutura através de benfeitorias, aquisição de máquinas e implementos agrícolas que favorecesse o processo produtivo, aumentando a produtividade e por consequência a rentabilidade de suas propriedades.

Esta lacuna deixada pelos bancos vem sendo coberta em parte pelo crescimento do setor cooperativo de crédito brasileiro, que experimenta a maior taxa de crescimento entre as instituições de intermediação do SFN, facilitada por medidas governamentais de incentivo à criação de cooperativas de crédito rural e pela disponibilidade de linhas de crédito oficiais, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

#### **4.3 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO DO PRONAF PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

A disponibilidade de uma linha de crédito dirigida, especificamente aos agricultores familiares, significou uma incomensurável vitória no processo de luta organizada dos agricultores familiares por melhores condições de tratamento do

setor, por parte do governo federal, objetivando melhorar as condições de trabalho e renda dos agricultores e suas famílias.

Instituições como a Contag e o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT) se empenharam nas discussões para a criação de linhas específicas de crédito para a agricultura familiar. O foco principal das reivindicações das organizações de apoio a agricultura familiar era a questão do crédito, pois não se podia discutir assistência técnica, diversificação da produção e meio ambiente, sem os recursos financeiros para viabilizar a produção, de modo a discutir o que produzir e de que forma produzir, sendo que esta envolve os recursos técnicos adequados, respeitando as leis ambientais.

Estas reivindicações ganharam destaque através das “Jornadas Nacionais de Luta” surgidas na década de 90 e que passaram a ser conhecidas como “Grito da Terra Brasil”. No governo Itamar Franco foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), cujo objetivo era fornecer crédito em condições de juros menores e mais acessíveis aos agricultores familiares. Embora o Provap tenha tido pouco alcance, serviu de base para a criação do Pronaf.

Em 1996, por meio do Decreto Presidencial nº. 1946/96, em substituição ao Provap, foi criado o Pronaf, inicialmente direcionado a agricultores familiares que possuíssem não mais que quatro módulos fiscais e empregassem mão-de-obra familiar, admitindo contratações eventuais de terceiros, obtivesse 80% de sua renda originária das atividades agropecuária e que morassem na propriedade ou aglomerado rural ou urbano próximo. Desde a sua criação, o pronaf vem experimentando modificações, objetivando atingir a um maior número de agricultores familiares.

Os objetivos gerais do Pronaf, segundo Mattei (2001), estão no manual operacional do programa, que pretende aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e renda para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, sendo que os objetivos específicos procuram:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;

- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

O quadro 8 abaixo, revela as modificações no programa desde a sua criação aos dias atuais.

<b>Ano</b>	<b>Sentido prático de sua implantação</b>
1994	Criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap).
1996	Substituição do Provap pelo Pronaf.
1997	Após a regulamentação do Pronaf, as taxas de juros caíram de 16% aa para 9% aa (com o bônus por adimplência a taxa caíram para 12% aa, por meio do bônus de 25%) e em 1997 caíram para 6,25% aa. São incluídos no Pronaf créditos para infra-estrutura e serviços municipais. Como beneficiários do Pronaf entraram os pescadores artesanais, aqüicultores e seringueiros extrativistas.
1998	Ocorreu nova redução das taxas de juros para custeio para 5,75% aa. Foi criado o Pronaf Especial Investimento, com rebate de R\$ 700,00 sobre o saldo devedor, quando o crédito for grupal ou coletivo, com no mínimo cinco agricultores. Iniciou-se neste ano uma linha para agroindústria familiar.
1999	O Pronaf passou a ser coordenado pelo recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo que antes estava sob a coordenação do Ministério da Agricultura. Devido a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer), os agricultores foram classificados em quatro grupos – A, B, C e D, em função da renda e da mão-de-obra.
2000	As taxas de juros passaram a ser fixas em 4% aa para custeio e investimento, sendo que foi criado rebate de 25% para a linha de investimento. Foi criado o Pronaf custeio para assentados nos grupos A e C.
2001	Foram ampliados os limites de financiamento do grupo A de R\$ 9.000 para R\$ 12.000. Os Fundos Constitucionais teriam participação mínima de 10% na constituição dos fundos para o Pronaf A. Ampliou-se os prazos de carência de 3 para 5 anos nas linhas florestais e fruticultura, sendo que foi criado um teto adicional de 50% e 30%, respectivamente para créditos de custeio nos grupos C e D, para atividades agrícolas mais rentáveis como a bovinocultura de leite, suinocultura, ovinocultura, fruticultura, horticultura e produção orgânico. O teto adicional foi estendido também aos jovens agricultores que cursam ou concluíram escolas profissionalizantes rurais, a exemplo das Casas Familiares Rurais, Escola Família Rural e Colégios Técnicos em Agropecuária. Preferencialmente, 30% de todos os créditos do Pronaf são destinados às mulheres. Os remanescentes de Quilombos e indígenas foram enquadrados como beneficiários do grupo B.
2002	As atividades de avicultura e suinocultura em regime de parceria e integração com agroindústrias passaram a ter um rebate de 70%, para definir o enquadramento no Pronaf. Foi criado o Pronaf Florestal destinado a investimentos em silvicultura e sistemas agro-florestais.
...	...
2008	Foram extintos os grupos C, D e E do Pronaf, constituindo uma única categoria intitulada Agricultura Familiar. As taxas de juros serão reduzidas. Para os financiamentos de custeio, as taxas ficarão entre 1,5% e 5,5% ao ano (hoje, variam entre 3% e 5,5% para esses grupos que estão sendo extintos).

<p>Já as operações de investimento terão juros entre 1% e 5% anuais, enquanto atualmente variam entre 2% e 5,5% aa.</p> <p>Os grupos A (crédito para a reforma agrária) e B (microcrédito rural) não serão alterados, permanecendo como funcionam atualmente. As linhas especiais (como Pronaf Floresta e Pronaf Jovem, entre outras) continuam a existir, mantendo os enfoques sociais e ambientais do Programa e as mesmas taxas de juros e limites de financiamento das linhas normais. Para essas linhas especiais do Pronaf, passa a valer a queda nas taxas de juros prevista para 1º de julho de 2008. Alguns exemplos dessa queda nas linhas especiais: Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Floresta e Pronaf Agroindústria, que passarão a ter taxas entre 1% e 2% ao ano, enquanto hoje elas variam entre 2% e 5,5% anuais.</p> <p>Financiamento - Taxa de juros/ano – Contratos de custeio:</p> <p>Até R\$ 5 mil - 1,5%</p> <p>De R\$ 5 mil a R\$ 10 mil - 3%</p> <p>De R\$ 10 mil a R\$ 20 mil - 4,5%</p> <p>De R\$ 20 mil a 30 mil - 5,5%</p> <p>Financiamento - Taxa de juros/ano – Contratos de investimento:</p> <p>Até R\$ 7 mil - 1%</p> <p>De R\$ 7 mil a R\$ 18 mil - 2%</p> <p>De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil - 4%</p> <p>De R\$ 28 mil a R\$ 36 mil - 5,5%</p>
---

Quadro 8 – Evolução Normativa do Pronaf

Fonte: Bittencourt (2005, p. 100-103). Base: Dados 1994 – 2002; MDA (2008). Base: Dados 2008.

Nota: Elaborado pelo autor.

Observa-se, conforme Matttei (2001), que a cada ano o governo federal muda os valores e as condições para cada linha e categoria para os agricultores familiares, porém as mudanças para 2008 serão mais significativas, dentro das linhas do programa, desde que o mesmo fora criado em 1996.

As mudanças que serão implantadas por solicitação do MDA ao CMN, foi resultado das demandas de movimentos sociais dos agricultores familiares, de extensionistas rurais e dos agentes financeiros, objetivando tornar as normas mais simples, conforme se verifica em reportagem do MDA (2008).

Segundo o atual ministro do MDA, Guilherme Cassel “a simplificação do Pronaf atende as expectativas dos agricultores familiares e promoverá maior produção no meio rural brasileiro. Os juros ficam mais baixos e os limites de crédito, ampliados. Com isto, os agricultores terão um crédito mais ágil, moderno e adequado às suas necessidades”, declarou o Ministro em reportagem veiculada no site do MDA (2008). Conforme dados da tabela 8, desde que fora criado o volume de empréstimos vem acumulando crescimento, assim como o número de agricultores familiares beneficiados, através do aumento do número de contratos.

Tabela 8 - Contratos e montante do crédito rural do Pronaf por ano fiscal

<b>Ano</b>	<b>Contratos</b>	<b>Montante (R\$ 1,00)</b>
1999	802.849	1.829.731.597,98
2000	969.727	2.188.635.003,31
2001	910.466	2.153.351.258,79
2002	953.247	2.404.850.769,99
2003	1.138.112	3.806.899.245,48
2004	1.611.463	5.761.475.996,11
2005	1.671.183	6.404.190.129,32
2006	1.858.048	8.101.543.699,88
2007	1.547.931	8.060.162.978,71
2008	230.734	1.446.468.556,97
<b>Total</b>	<b>11.693.760</b>	<b>42.157.309.236,53</b>

Fonte: MDA. (2008).

Nota: Dados atualizados BACEN até 06/2007; BANCOOB até 04/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI até 03/2008; BASA até 02/2008; BB até 04/2008; BNB Até 03/2008 e BNDES até 07/2006 - Últimos três meses sujeitos alterações.

#### 4.4 MUDANÇA DE VISÃO EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL

O redesenho das políticas públicas implantadas entre as décadas de 1960 e 1980, ancoradas no neoliberalismo buscou a mudança de arranjo social que melhorasse as condições de vida dos cidadãos brasileiros, conforme avaliam Oliveira e Ribeiro (2002). Esta mudança envolveu a transferência de responsabilidades dos governos na área federal para esferas de decisão locais, envolvendo os governos locais, grupos privados e sociedade civil. Estes grupos enfrentam neste processo a infra-estrutura fruto do modelo anterior, caracterizado por concentração fundiária e concentração de poder econômico. A estrutura anterior prima por ser avessa ao diálogo com a sociedade, uma vez que, as decisões de investimento são postas de cima para baixo.

A descentralização e a participação da comunidade, que são importantes bases estratégicas para a consecução do desenvolvimento local encontram barreiras que se transformam em desafios a serem encarados e cuja solução passa prioritariamente pelo empoderamento dos atores locais, que se utilizando dos recursos tecnológicos e financeiros possam melhorar os serviços básicos, infra-estrutura, educação, produção e renda, conforme analisam Oliveira e Ribeiro (2002).

#### 4.4.1 Agricultura familiar e o desenvolvimento local

O pesquisador Menegetti (199?), procurou analisar o processo de desenvolvimento rural a partir da década de 1950. Em seu estudo, destacou que o modelo centrado no crescimento econômico trouxe, em sua visão, sérias conseqüências sociais, ambientais e econômicas.

A crença de que com o crescimento econômico toda a população seria beneficiada, explica Menegetti (199?), não se revelou, pois houve, ao contrário, aprofundamento da pobreza, da concentração de renda e degradação ambiental. Este fato se verificou principalmente nos países pobres, cuja receita seria expansão das fronteiras agrícolas degradando ecossistemas, produção de energia baseada na queima de combustíveis fósseis, padronização dos sistemas de produção na agricultura, homogeneização de hábitos de consumo e tecnologias de produção.

Esta lógica deixou de lado as diferenças culturais entre os povos, seus anseios e necessidades, tornou os países pobres, fornecedores de recursos naturais super-utilizando os recursos naturais disponíveis baseados no latifúndio monocultor, concentrando a renda.

Menegetti (199? apud ALMEIDA, 1998), informa que se confundiu o desenvolvimento com modernidade, pois o primeiro significa transformar a sociedade e o segundo buscar a modernidade do sistema produtivo, sem maiores implicações sociais positivas para o conjunto da sociedade e sim para uma pequena parcela da população.

O desenvolvimento rural modernizador criou o agricultor empresarial mecanizado, voltado à indústria, tendo por base uma produção monocultora, a exemplo do café, soja, milho, cana-de-açúcar, algodão. A diferenciação da agricultura só atrapalhava o processo modernizador, pois o Sistema Nacional de Crédito criado a partir de 1965 deixou de lado os pequenos agricultores para priorizar a implantação de grandes complexos agro-industriais, conforme revela Menegetti (199?).

Esta visão teve como pano de fundo a política desenvolvimentista para o meio rural, fortemente relacionada com a Revolução Verde, movimento que impulsionou a produção agropecuária mundial através da difusão de tecnologias novas e insumos modernos, que aumentaram de forma significativa a oferta de alimentos no mundo,

porém este movimento favoreceu a grandes proprietários através da oferta de crédito e terras, via programas governamentais de expansão das fronteiras agrícolas durante o século XX.

Sabe-se atualmente o custo social e ambiental de tal modelo, acentuando a pobreza e a miséria no campo, pois os dados sobre ocupação e renda gerada no campo de acordo com os dados do IBGE, do censo agropecuário 1995/96, revelam que a agricultura patronal concentrou renda e riqueza geradas. Este fator aliado à carência de investimento em educação e saneamento básico no campo produziu resultados como mortalidade infantil e o alto índice de analfabetismo.

As políticas de fortalecimento da agricultura familiar refletidas em Leis de regulamentação sobre o setor, políticas de Reforma Agrária, programas de assistência técnica, apoio à comercialização, disponibilidade de linhas de crédito de curto e longo prazo, assim como o fortalecimento de instituições da sociedade civil organizada de apoio a agricultura familiar são ações que redirecionam o foco das políticas públicas dentro da lógica da articulação entre atores locais e centrais, para canalizar mais recursos humanos e financeiros, objetivando a democratização do seu acesso aos pequenos produtores. Neste sentido, a parceria entre os poderes públicos e a sociedade, quando conduzidas objetivando o benefício amplo e irrestrito da grande maioria da população, produz seus efeitos positivos sobre o conjunto da sociedade, refletidos nos indicadores sócio-econômicos entre os mais pobres.

Exemplos de superação de dificuldades estruturais de recursos humanos e financeiros são produzidos nos mais distantes espaços do território brasileiro, fazendo com que se tornem ícones da viabilidade de uma economia centrada na solidariedade e na responsabilidade social, quando atendem aos mais necessitados, ganhando o conjunto da sociedade. O capítulo a seguir investiga uma destas iniciativas, de modo a caracterizar seu processo de criação e desenvolvimento, revelando que a força da comunidade possui sua eficácia na superação das dificuldades que se apresentam, seja por razões de natureza ambiental ou por falta de apoio por parte dos poderes públicos representativos do Estado.

## **5. SICOOB SERTÃO: COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL NO MUNICÍPIO DE PINTADAS**

### **5.1 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE PINTADAS**

O município de Pintadas, situado há cerca de 250 km de Salvador, possui 10.927 habitantes, conforme revela o censo demográfico 2000 do IBGE, sendo projetada para 2006 uma população de aproximadamente 11.311 habitantes. Sua emancipação a categoria de município data de 1985, quando se desmembrou do município de Ipirá, devido ao fato de ser um distrito muito distante da sede do município com necessidades complexas, que a administração local não atendia, conforme Cruz (2006).

Pintadas nasceu com os problemas característicos dos municípios situados no chamado Polígono das Secas, região do semi-árido baiano: pobreza, baixos índices pluviométricos e concentração fundiária. Em relação ao nível de pobreza, o município situa-se entre os mais pobres da Bahia, conforme se verifica ao se analisar os dados sócio-econômicos do município revelados pelo IBGE, de 2005. Os índices pluviométricos se situam entre 300 e 1.000 mm/ano. As chuvas são mal distribuídas. As demais regiões do estado apresentam índices pluviométricos entre 1500 a 2000 mm/ano (WIKIPEDIA, 2008). A concentração fundiária impera no município, no qual 80% dos produtores possuem 15% das terras. Os dados do IBGE referentes ao censo demográfico de 2000 informam que 62,7% da população do município, residem na zona rural.

O município concentra suas atividades econômicas no meio rural e apresenta pecuária de bovino e ovino como destaque, com 20.281 e 10.488 cabeças, respectivamente. Estes dados revelam que embora a pecuária, principalmente leiteira, seja o destaque produtivo do meio rural, no município, o mesmo se situa entre os menores produtores do Estado da Bahia, pois o município de Itapetinga, um dos maiores produtores do possui um rebanho de 117.932 cabeças.

Em relação à lavoura temporária o estudo do IBGE, de 2005, informa a produção de batata (10 t), mandioca (200 t), milho (400 t) e feijão (500 t). Em comparação com os maiores produtores do Estado, a exemplo do município de Barreiras, verifica-se uma produção de 65.000 t de mandioca, 149.061 t de milho e 5.400 t de feijão. A lavoura permanente que contempla entre outros produtos a

produção de frutas, segundo dados do IBGE de 2005, é inexpressiva, ou seja, não atinge a unidade mínima de contagem, desta forma, não contém dados para a produção.

Em nível urbano, a economia do município está baseada em pequeno comércio local, com 98 unidades empresariais registradas, segundo informações baseadas no Cadastro Central de Empresas, de 2004, revelado pelo IBGE. Este comércio se movimenta baseada na renda dos aposentados do município e na renda gerada pela atividade dos agricultores familiares. As empresas registradas de comércio e serviços representam 80,61% do total de empresas legalizadas do município e estão voltados às necessidades básicas das famílias, a exemplo de gêneros alimentícios, serviços pessoais e de reparação de autos.

O município de Pintadas contava com receitas orçamentárias realizadas<sup>18</sup> de R\$ 9,47 milhões, sendo que, deste total, R\$ 7,35 milhões (77,61%) se referem a repasses do governo estadual e federal. Este dado revela a baixa geração de receitas por parte do município, fruto da geração de riqueza local, ou seja, o município depende profundamente de repasses para manter a máquina administrativa em funcionamento. O PIB municipal a preço de mercado corrente apresentou valor de R\$ 22,11 milhões, segundo dados do Ministério da Fazenda, de 2005, revelados pelo IBGE, sendo que o PIB per capita se encontrava em R\$ 2.024, enquanto seu vizinho Ipirá, do qual se deu sua emancipação, possuía um PIB per capita R\$ 2.664.

Segundo dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE, em 2004, o município contava apenas com uma agência bancária, que corresponde a cooperativa de crédito rural. Atualmente se encontra em atuação no município um banco postal do Bradesco que oferta serviços financeiros a seus correntistas, porém com limitada movimentação de recursos. Num ambiente de baixa geração de riquezas e riscos elevados de uma economia baseada na agricultura, que apresenta condições climáticas hostis, os bancos procuram viabilizar suas atividades extraindo receitas de tarifas e créditos de curto prazo, desta forma procuram minimizar os riscos para não comprometer o patrimônio dos seus acionistas majoritários, que se

---

<sup>18</sup> Receitas orçamentárias realizadas se referem aos recursos que efetivamente passaram pelo caixa da prefeitura fruto de repasses do governo federal, estadual e receitas oriundas do próprio município a exemplo dos impostos, tributos e taxas.

encontram muito distantes da realidade local de um município do semi-árido baiano<sup>19</sup>.

Os dados referentes à infra-estrutura dos domicílios informados pelo IBGE, do Censo Demográfico 2000, apontavam 65,55% dos domicílios utilizando água não canalizada para os cômodos das residências, num universo de 2.526 domicílios, enquanto a média baiana de não canalização é de 23,84%. Em relação à coleta de lixo domiciliar, observou-se que 45,40% dos domicílios não estavam inseridos no processo de coleta, enquanto a média de coleta no estado encontrava-se em 61,67%. O índice de alfabetização da população residente com cinco anos ou mais atingiu 68,22%, enquanto a média baiana estava em 74,14%. O rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios era de R\$ 221,12, enquanto a média do estado estava em R\$ 459,97. Ainda de acordo com os dados do IBGE, 37,30% da população vivia na área urbana, enquanto a média baiana encontrava-se em 67,12%.

Os dados apresentados acima revelaram o baixo nível da atividade econômica no meio urbano e rural, no município, conseqüência de um conjunto de fatores, dentre os quais se podem destacar a concentração fundiária e os efeitos do clima, que afeta o nível de produtividade das pequenas propriedades, influenciando o nível de rendimentos na zona rural do município, onde se concentra a maioria da população. Estes fatores expõem o município a baixos níveis de investimento e conseqüentemente baixa geração de empregos. Como conseqüência, o êxodo rural se fez presente em forte escala.

Segundo dados de Nascimento e Fischer (2003) cerca de três mil trabalhadores, em sua grande maioria homens, deixavam o município para trabalhar em usinas de açúcar e álcool no interior de São Paulo. O município possuía linhas de ônibus diretas para São Paulo e não havia disponibilidade para Salvador, sendo que um micro ônibus fazia linha de transporte para o município de Feira de Santana. Com todo este contingente de homens deixando o município, as mulheres assumiram a gestão das casas e dos empreendimentos familiares rurais.

---

<sup>19</sup> As cooperativas de crédito também procuram se viabilizar por meio de serviços e créditos de curto prazo, porém vão além, assumindo uma posição mais pró-ativa junto aos seus sócios, estudando formas de mobilizar os recursos poupados e administrados para aumentar seu patrimônio e beneficiar a comunidade de sócios, a exemplo dos programas de diversificação da produção nas propriedades. A lógica da cooperativa de crédito é a busca de parcerias que viabilizem o repasse de recursos para ampliar os programas de apoio aos agricultores viabilizando suas propriedades.

Desta forma, o município se classificou como de médio índice de desenvolvimento humano (IDH), apresentando o valor de 0,625, segundo dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), de 2000<sup>20</sup>. Este valor colocou o município na posição 4.225, entre todos os municípios brasileiros. O município brasileiro com melhor IDH era o município paulista de São Caetano do Sul com 0,919. Em relação à Bahia, o município melhor colocado foi Salvador, apresentando IDH de 0,805 ocupando a posição de 475 entre os municípios brasileiros. Salvador apresentou um crescimento de 7,19% no índice durante a década de 90.

## 5.2 O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA EM PINTADAS: DAS REUNIÕES COMUNITÁRIAS À FORMAÇÃO DA REDE PINTADAS

O município de Pintadas possui tradição de mobilização comunitária e participação popular que se verifica nos antigos movimentos espontaneamente comunitários, a exemplos do “boi”, “boi roubado” e “baleia”, conforme relata Almeida (2008), atual secretário de agricultura do município e presidente do STR de Pintadas à época da luta do Lameiro. Em entrevista concedida Almeida (2008) informa que:

Acontecia o mutirão que a agente chamava de boi [...] boi era porque agente *ia na* roça do companheiro *pra* fazer a capina da roça dele [...] então matava um boi agente comia e trabalhava o dia todo [...] agora a baleia por incrível que pareça por ser tão gigantesca no tamanho não dava nada [...] era quando o cidadãozinho era muito pobre que não tinha nem um carneiro, nem um porco, nem galinha para matar para dar de comer pra trabalhar um na roça dele, então agente trabalha de graça, era a baleia [...] Tinha o boi roubado que agente chegava cinco horas da manhã e começava a trabalhar, aí o cidadão dava o café, o almoço e a janta, quando era o boi sem roubo ele dava só o almoço, às vezes a janta. (ALMEIDA, 2008).

Esta mobilização era incentivada pela Igreja Católica, através de padres italianos e também pelas Freiras Neuza Cadore e Velze, que chegou a Pintadas na década de 1980. A Igreja incentivava a mobilização coletiva dos agricultores e para melhor organizá-los foram incentivados a se dividirem em comunidades de grupos familiares, as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Cada CEB

<sup>20</sup> A metodologia do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) leva em consideração para o cálculo do IDH municipal, que é uma adaptação do IDH calculado para os países, o nível de renda familiar per capita, ao invés do PIB per capita, níveis educacionais medidos através da taxa de frequência escolar, ao invés da taxa de matrícula, além da longevidade média da população. De acordo com a metodologia do PNUD, IDHs abaixo de 0,5 são considerados baixos, entre 0,5 e 0,8, são considerados médios e acima de 0,8, altos.

possuía sua liderança local, pois as CEBs eram grupos familiares médios de cinco famílias divididos por fazendas, conforme revela Mendes de Almeida (2008), agricultor, sócio fundador da Sicoob Sertão e que já exerceu o cargo de vereador de Ipirá e lutou pela emancipação de Pintadas:

Aqui na sede [sede do município] era uma comunidade da sede, era uma comunidade só e muitas vezes numa região da roça agente criava uma comunidade e aí é aonde o povo se juntava, lia um pouco da Bíblia e discutia, mas aí era uma discussão só Deus que resolvia os problemas, sabe. Depois que o Padre chegou aqui, que começou mais clarear, ele começou a botar pessoas pra participar de cursos na Diocese, e a Diocese também orientava com pessoas do movimento social, e aí mostrava que a fé não era só rezar, a fé era também uma luta, entendeu, e aí com o tempo chegou aqui freiras com uma idéia social como a Irmã Velze, que veio acompanhada com Neuza e aí começou a incentivar as comunidades pra lutar pelo bem social. (MENDES DE ALMEIDA, 2008).

Esta forma de organização dos agricultores familiares segue os princípios de solidariedade e partilha por parte das comunidades, segundo os fundamentos da Teologia da Libertação, fundada por Frei Beto. As iniciativas solidárias como os “bois” se configuram em ações importantes para que se consiga produtividade nas propriedades a baixo custo, pois individualmente seria muito dispendioso e lento o trabalho de manutenção das atividades da propriedade, uma vez que, não se possuía recursos suficientes para pagar trabalhadores que realizassem tais serviços.

Os agricultores discutiam inúmeros problemas por eles enfrentados. Organizados em comunidades poderiam levar suas reivindicações às autoridades governamentais locais ou buscar ajuda junto a ONGs de cooperação internacional, em parceria com a Igreja Católica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas, ONGs de atuação na região do semi-árido, a exemplo do Movimento de Organização Comunitária (MOC) e associação de produtores e cooperativas locais. Estas instituições elaboravam projetos de irrigação, proporcionavam a criação de fundos rotativos para que se pudessem comprar insumos e equipamentos importantes para a sustentabilidade da produção, com recursos e a assessoria técnica que provinha de entidades de cooperação internacional.

### **5.2.1 A Luta do Lameiro**

A luta do Lameiro, segundo Almeida (2008), representou uma prova de que através da atuação das CEBs e STR, os agricultores familiares de Pintadas adquiriram força coletiva para assumir a solução dos problemas que afligia o meio

rural do município e que juntos poderiam encontrar soluções para a democratização do acesso a terra, obter acesso aos recursos financeiros e técnicos e influenciar a criação de políticas públicas, através de parcerias com outras instituições públicas ou privadas para promover o desenvolvimento local do município de Pintadas.

O Lameiro era a denominação do local onde as famílias tiveram suas terras invadidas pelo grileiro. As terras eram divididas por uma estrada onde de um lado, havia a fazenda Alagoas, e do outro, as terras que eram passadas de geração a geração por famílias de agricultores que ali estavam cultivando a terra, herdada de seus pais e avós, conforme revela Almeida (2008). A grilagem ocorreu, em 1985, quando o dono da fazenda Alagoas quis anexar as terras do outro lado da estrada. As 17 famílias ofereceram resistência e o fazendeiro vendeu as terras a outro proprietário que resolveu levar o processo de anexação até as últimas conseqüências. O fazendeiro então entrou com a denúncia judicial de ocupação ilegal sobre os agricultores que cultivavam as terras do Lameiro há gerações. Os agricultores não souberam se defender devido à falta de esclarecimentos sobre como provariam que as terras lhes pertenciam há gerações e estavam pressionados a sair por decisão judicial em favor do fazendeiro. Desta forma, a mobilização começou após a comunidade ter conhecimento da invasão, conforme informa Mendes de Almeida (2008):

No dia do trabalhador, que é no dia 1º de maio *né*, aí elas [as freiras Neuza e Velze] *reuniu* todas as comunidades pra cada comunidade contar o seu problema [...] e aí tinha gente do Lameiro que contou esse problema, quando contou esse problema comoveu todo mundo, aí ela perguntou quem *tá* disposto a ajudar na conquista das terra do Lameiro levanta os braços, aí todo mundo levantou os braços, aí fizemos um primeiro mutirão com cento e tantas pessoas, aí *chequemo* lá roçamos a caatinga e o fazendeiro mandou a polícia, aí agente começou a ser intimado [...] pra *encurtá* a história lutamos dois anos . (MENDES DE ALMEIDA, 2008).

O processo de mobilização teve como bandeira a redução da concentração de poder no município, que se manifestava de diversas formas, a exemplo da alta concentração fundiária, tão comum nos municípios brasileiros de base eminentemente rural. Desta forma, os movimentos populares objetivaram a melhoria das condições de sobrevivência e redução das desigualdades existentes no campo. Após cerca de dois anos de luta, finalmente foi desapropriada a fazenda para que as 17 famílias dos agricultores familiares pudessem retornar à suas terras, conforme revela Almeida (2008):

O INCRA desapropriou a fazenda que era dele [do grileiro] e a que era dos posseiros porque acabou tudo ficando num documento só [...] A Reforma Agrária diz que quando agente desapropria uma terra o dono da terra tem direito a tirar uma posse pra ele [o grileiro abriu mão da posse a que teria direito], [...] houve assim *enes* mutirões, vinte e tantos mutirões grandes com cem, duzentas, trezentas pessoas uns grandes outros pequenos [...] a ajuda mútua é muito popular aqui. (ALMEIDA, 2008).

Um técnico da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR) elaborou um projeto para viabilizar através do INCRA, um processo de assentamento no Lameiro. Os recursos para a desapropriação de terras e estruturação da produção, a exemplo da compra de equipamentos e insumos agrícolas contaram com recursos da ordem de R\$ 1,5 milhões, do BNDES. Com a disponibilidade destes recursos foram ampliadas as áreas assentadas no município e cerca de 300 famílias puderam ser beneficiadas. A partir de 1989, estas famílias foram agrupadas em comunidades denominadas em seu conjunto como o Projeto Pintadas/BNDES, chegando posteriormente ao número de 32 comunidades.

Novas instituições foram criadas no intuito de oferecer apoio às comunidades que contavam também com o apoio do Conselho Pastoral das Comunidades (CPC), onde se debatiam questões como a seca, pobreza, Reforma Agrária, dentre outros assuntos de interesse prioritário das comunidades. Mobilizaram-se também em prol dos programas de assentamento outros órgãos estaduais e federais, a exemplo da CAR, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-Ba) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Para coordenar o Projeto Pintadas/BNDES foi criado o Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP), a partir de entidades como a Paróquia de Pintadas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Movimento de Jovens, contando ainda com o apoio da Diocese de Ruy Barbosa, conforme revelam Fischer e Nascimento (2003). O CCSP promovia ações de capacitação aos grupos familiares e se tornou o Centro de referência para a busca de novas parcerias, inclusive em nível internacional, sendo um importante instrumento para o fortalecimento do Projeto Pintadas/BNDES e se destacou como incubadora de outras instituições sociais, que o próprio Centro procurou articular no processo de evolução para a formação da rede de entidades, a “Rede Pintadas”.

### 5.2.2 A formação da Rede Pintadas

A Rede Pintadas é fruto de um processo de lutas pela democratização do acesso a terra e pela melhoria das condições de vida dos seus habitantes nos meios urbano e rural. Conforme analisa Oliveira (2008), atual presidente da Rede Pintadas:

Ela foi fundada como instituição *foi* em 2003, mas ela já existia informalmente como fórum de discussão em parceria com poder público, prefeitura e as entidades, e em 2003 sentiu-se a necessidade de institucionalizar porque ela participou de vários prêmios: um foi da Fundação Getúlio Vargas, outro da Caixa Econômica, sempre essa parceria entre poder público e sociedade civil. (OLIVEIRA, 2008).

A Rede congrega atualmente 12 instituições, conforme revela o quadro 9, e que se reúnem bimestralmente, segundo Oliveira (2008), que explica os objetivos da Rede:

O objetivo dela foi assessorar e apoiar as entidades e não intervir, por exemplo, porque cada entidade *dessa* tem sua diretoria própria, tem sua identidade própria, por exemplo, eu sou agora presidente da Rede, mas eu trabalho nessa entidade aqui, que é a Associação Padre Ricardo que atende criança e adolescente, então ela continua com a mesma missão, com os mesmos valores e a Rede faz o quê?, apóia [...] agora dia 30 [30/05/08] vamos ter a reunião geral com todas as diretorias, das entidades, que é pra elas colocarem um pouco na Rede como é que *tá* cada entidade, como é que *tá* os projetos [...] então é assim, cada entidade continua com sua autonomia, como sempre *né*, independente da Rede. (OLIVEIRA, 2008).

Entidade	Atuação
Igreja Católica (Paróquia)	Apoio religioso e social.
Centro Comunitário de Serviços de Pintadas	Apoio à agropecuária familiar com assistência técnica; elaboração e acompanhamento de projetos vinculados à convivência com o semi-árido; captação de recursos e fornecimento de máquinas.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Assistência médica e à previdência social (INSS) e representante do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf B).
Associação de Mulheres	Luta por saúde e saneamento, artesanato, restaurante e padaria, estação digital.
Cooperativa de Crédito Pintadas	Cooperativa de crédito local, oferta de serviços financeiros.
Cooperativa Agroindustrial de Pintadas	Apoio à agropecuária familiar – caprinovinocultura, beneficiamento do leite bovino, abatedouro do Sertão.
Associação de Apicultores	Apoio à agropecuária familiar – apicultura, preservação do meio ambiente e segurança alimentar.
Escola Família Agrícola de Pintadas	Apoio à agropecuária familiar - educação contextualizada; gestora do entreposto do mel e casa da ração.
Associação Beneficente Padre	Assistência social; complementação escolar; apoio

Ricardo	às famílias e projetos de geração de renda (marcenaria, carpintaria, etc.).
Fundação Padre Sérgio	Está sendo formalizada. Abrangerá uma rádio educativa (antiga rádio comunitária <sup>1</sup> ) e um canal de televisão.
Associação Boa Sorte*	Entidade rural que assessora pequenos produtores de caprinos e bovinos objetivando o melhoramento genético.
Cia de Artes Cênicas Rheluz	Cultura e protagonismo juvenil, com grupo de teatro.

Quadro 9 – Instituições integrantes da Rede Pintadas

Fonte: Cruz (2006, p. 7).

Nota: \* Adaptação do autor, por informação de Solange Paixão de Jesus Oliveira, atual presidente da Rede Pintadas.

As discussões aprimoram projetos que beneficiam por consequência a população urbana e rural do município. Discutem-se também ações conjuntas na esfera econômica, política e social no município.

Atualmente a Rede está trabalhando um projeto de mapeamento de consumo de produtos alimentícios no município, pois através deste mapeamento, se pretende estimular a produção destes produtos no município, por meio dos pequenos produtores. Outro projeto da Rede é a reconstrução de sua história, onde serão resgatadas os pontos fundamentais de sua criação, a exemplo da Luta do Lameiro e a formação das CEBs.

As decisões mais importantes da Rede são tomadas em Assembléias. Geralmente são formados colegiados para discussões dos temas ligados à religião, economia, política, ao social e à cultura, conforme revela o Sr. Valcyr Almeida Rios, ex-coordenador da Rede e ex-presidente da Sicoob Sertão, atualmente prefeito de Pintadas e presidente da Ascoob Associação, citado por Fischer e Nascimento (2003).

A troca de experiências e a busca de novos parceiros, desde a articulação embrionária de formação das CEBs, através da Igreja Católica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ONGs, proporcionou a articulação necessária para a dinamização do movimento social de Pintadas com importantes parcerias nacionais e internacionais, que culminou na formação da Rede. O quadro 10 revela as entidades internacionais parceiras da Rede Pintadas.

País	Entidade
Brasil	Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE
Alemanha	Deutscher Entwicklungsdienst (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social) – DED
Bélgica	Dienst voor Internationale Samenwerking aan Ontwikkelingsprojecten (Organização para a Cooperação Internacional a Projetos de

	Desenvolvimento) – DISOP – Fundos rotativos
Itália	Comunita Montana
França	Peuples Solidaires – Projetos de construção de represas
Brasil	Fundação Clemente Mariani
Brasil	Universidade Federal da Bahia
Brasil	Cáritas Brasileira
Holanda	Missionary Vehicle Association – MIVA
Itália	Assciazone Volontari per il Servizio Internacionalle - AVISI
Alemanha	Kindermissionswerk
Itália	CastelNovoMonti
Bélgica	Solidarité Internationale dês Mouvements Familiaux de Formation Rurale (Associação Internacional dos Movimentos de Formação Rural) – SIMFR

Quadro 10 – Instituições parceiras da Rede Pintadas.

Fonte: Fischer e Nascimento (2003, p. 15).

Nota: Adaptado pelo autor.

As instituições acima citadas no quadro 10 trabalham projetos de construção de cisternas, projetos de irrigação, projetos de adoção de estudantes à distância para que possam concluir seus estudos até o ensino médio, há instituições que doam recursos para projetos dos fundos rotativos, sendo que há instituições também, segundo Oliveira (2008), que sustentam associações em seus gastos operacionais.

Uma das principais características da Rede, segundo Fischer e Nascimento (2003) é a sua autonomia em relação ao poder público local. A independência em relação ao poder local surgiu por necessidade, uma vez que, a Rede era composta por instituições, cujos líderes também eram militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), que participaram do processo de sua criação no município, em 1988, e disputaram as eleições de 1988 e 1992.

A Rede então passou a representar também um projeto político-partidário, desta forma, não recebeu apoio do grupo político dominante à frente da prefeitura, sendo que instituições estaduais e federais participavam do processo através da CAR, EMATER-BA, BNDES e SUDENE, deixaram de apoiar projetos locais, principalmente após as eleições de 1996, que confirmaram a vitória da missionária da Igreja Católica Neuza Cadore ao cargo de prefeita pelo PT, pois se encontrava filiada à corrente política de oposição aos governos do estado (PFL) e governo federal (PSDB).

### 5.3 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL NA BAHIA

As represálias ao resultado das eleições de 1996, em Pintadas, se revelaram entre outras ações, através do fechamento do posto de atendimento bancário do antigo Banco do Estado da Bahia (Baneb), em 1997. Este fato engendrou um movimento de criação de uma cooperativa de crédito rural como superação da falta de instituições financeiras no município. Porém Pintadas não está sozinho na posição de municípios sem agências bancárias, pois segundo dados de 2006 do Bacen, dos 417 municípios existentes no estado, apenas 38,6% possuíam agências bancárias. A média de atendimento bancário no Brasil, ou seja, municípios atendidos por uma agência se encontravam em 34,15% do total de 5.580 municípios existentes no Brasil. As cooperativas de crédito rural têm cumprido importante função para a ampliação do acesso aos serviços financeiros à população dos municípios baianos do interior do estado sem agências bancárias.

Segundo dados do Bacen, de 2006, a Bahia possuía 63 cooperativas de crédito em funcionamento. A maior parte das 63 cooperativas de crédito em atividade pertence ao Sicoob, inclusive a Cooperativa de Crédito Rural de Pintadas. Por outro lado, há cooperativas de crédito que pertencem ao Sistema Ecosol. Em 2008, quatro cooperativas de crédito rural filiadas ao Sistema Sicoob Central Bahia se desligaram para afiliar-se a Ascoob Central.

#### 5.3.1 Ascoob e cooperativismo de crédito rural na região do semi-árido

O processo de formação das cooperativas de crédito rural do semi-árido baiano, onde se situa a Sicoob Sertão, passou pela experiência com o manejo de fundos rotativos. Os fundos rotativos eram recursos destinados aos agricultores familiares, a exemplo do Programa Agrícola, dirigido pelo MOC, entidade que apóia produtores rurais com assistência técnica, programas sócio-educativos e ambientais. O objetivo do Programa Agrícola era investir em construção de cisternas, cercas elétricas, painéis solares, custeio de plantio de culturas com maior resistência à seca para sustento das criações de leite e corte, conforme revela Búrigo (2006). Os recursos destes fundos ou provinham de Agências de Cooperação Internacional ou de Instituições governamentais a exemplo do Banco do Brasil e BNDES.

Os fundos rotativos eram geridos informalmente e cada agricultor recebia uma parcela de recursos conforme um plano de investimento organizado pelo gestor do fundo e os agricultores. A gestão informal deu margem a elevado índice de inadimplência por parte dos agricultores, pois não se gerava compromissos formais de pagamento e ou garantias o que poderia gerar maior compromisso de pagamento por parte dos agricultores beneficiados, conforme analisa Búrigo (2006).

Sentia-se a necessidade de maior grau de organização financeira, formalizando os compromissos financeiros assumidos pelos agricultores, “racionalizando” a vida do agricultor sertanejo, conforme avalia Búrigo (2006 apud MAGALHÃES, 2005, p. 133). Neste sentido, era fundamental profissionalizar a gestão dos fundos locais para se obter maior alcance, pois os fundos rotativos atingiam baixo número de famílias, considerados as limitações de recursos e altos níveis de inadimplência, tornando-os desacreditados por parte dos financiadores e agricultores.

Cada município, através de articulação entre os movimentos sociais, propiciou a criação de suas cooperativas de crédito rural, conforme revela o quadro 11 abaixo.

<b>Nome</b>	<b>Início</b>	<b>Principais Parcerias</b>
Coop. Créd. Rural de Serrinha	1991	MOC, Cogefur, Apaeb, STR
Coop. Valentense de Créd. Rural – COOPERE	1993	MOC, Apaeb, STR, Pólo Sindical, Fatres, CDLs
Coop. Créd. Rural de Araci	1997	MOC, Disop, Apaeb
Coop. Créd. Rural de Inhambupi	1997	Aefara, Disop, Coopera
Coop. Créd. Rural de Pintadas - Sertão	1998	Sicoob, Rede Pintadas, Disop, Parceiros da Terra, Ascoob
Coop. Créd. Rural de Feira de Santana	1998	STRs, Apaeb, MOC, Cediter, Associações
Coop. Créd. Rural Recôncavo - Cocresul	1999	Sindicato Rural e STRs
Coop. Créd. Rural Vale do Itapicuru	2000	STRs, Ceaic, uapac, STP e Coobencool
Coop. Créd. Rural Baixa Grande	2001	Sindicatos e Associações
Coop. Créd. Rural Vale do Paraguaçu	2002	Ascoob
Coop. Créd. Rural do Piemonte	2003	Cogefur, Ascoob, MOC

Quadro 11 – Cooperativas integrantes da Ascoob e as principais parcerias que as originaram

Fonte: Búrigo (2006, p. 241).

Nota: Adaptado pelo autor.

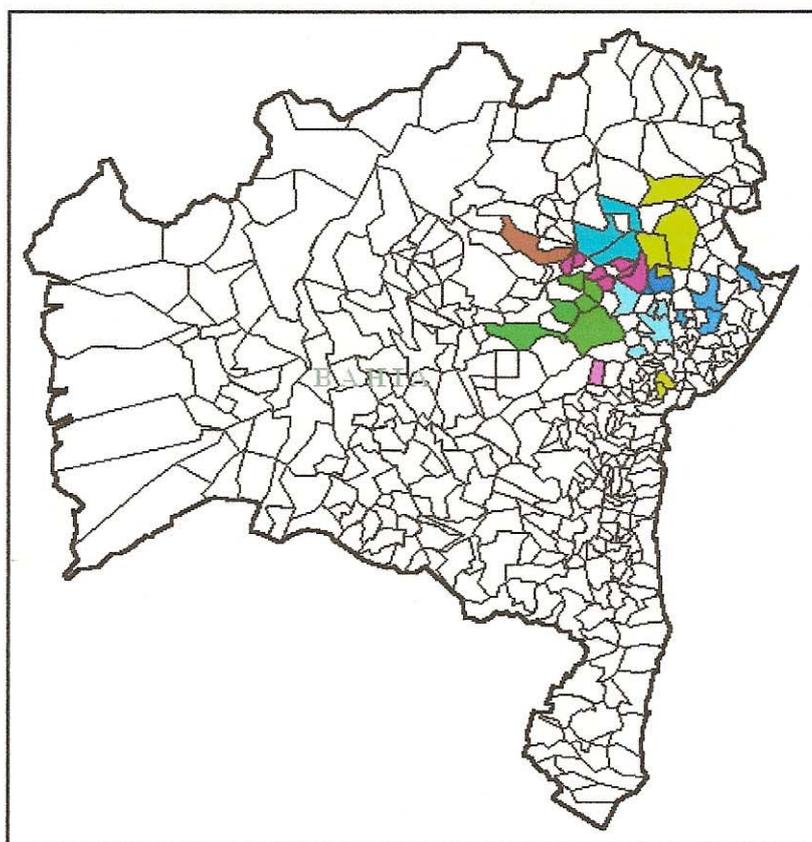
Estes movimentos sociais organizados passaram a discutir a criação de cooperativas de crédito rural como forma de organizar a poupança local, conferir melhor gestão sobre os fundos rotativos e permitir a captação de recursos oficiais para o crédito rural nos municípios do semi-árido, uma vez que, a ação das

instituições bancária não atendia à demanda dos pequenos produtores, perpetuando a situação de pobreza na região do semi-árido.

Após a criação da cooperativa de crédito no município de Serrinha, em 1991, surgiu a cooperativa de crédito rural de Valente (Coopere), criada em 1994. Esta representou um marco na organização do manejo da poupança local. Constituída com apoio do MOC e Apaeb's locais, teve apoio estratégico na organização da agroindústria sisaleira, conforme avalia Búrigo (2006), principalmente após ofertar crédito oficial com fundos do Pronaf, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo Constitucional do Nordeste (FNE).

Em 1997 surgiu a Cooperativa de crédito Rural de Araci, seguindo a mesma articulação entre MOC, STRs, Apaeb's e CEBs. Em 1998 surgiu a Cooperativa de crédito de Pintadas, Feira de Santana e em seguida as cooperativas de crédito de Serrinha e Santa Luz.

Estas cooperativas se uniram para a criação da Ascoob, que através de parcerias entre diversos atores locais como ONGs, Associações e Cooperativas de Produtores Rurais e demais órgãos e entidades de assistência técnica, objetivaram formar uma rede de apoio à entidade para melhorar as condições de vida nas comunidades do semi-árido baiano, conforme analisa Búrigo (2006). A Ascoob ampliou o número de filiadas criando, em seguida, as cooperativas de crédito de Baixa Grande, Nazaré, Itatim e Jacobina. Podemos observar na figura 5 as regiões de abrangência das cooperativas afiliadas a Ascoob.



**Nome da cooperativa: (município sede e municípios com PACs)**

- C. Valentense: Valente (sede), Capim Grosso, Conceição do Coité, Gavião, Nova Fátima, Quixabeira e Retirolândia
- Cooperativa Serrinha : Serrinha (sede) e Ichu
- Cooperativa Vale do Itapicuru: Santaluz (sede), Cansanção e Queimadas
- Cooperativa Sertão: Pintadas (sede), Capela do Alto, Alegre, Ipirá e Várzea da Roça
- Cooperativa Credisul: Nazaré (sede) e Maragogipe
- Cooperativa Credimonte: Jacobina
- Cooperativa Paraguassu: Ititim
- Cooperativa Inhambupe: Inhambupe (sede), Alagoinhas, Irará e Rio Real
- Cooperativa Feira: Feira de Santana (sede), Riachão do Jacuípe, Sta Bárbara, Sto Estevão e Tanquinho
- Cooperativa Baixa Grande: Baixa Grande (sede) e Ruy Barbosa
- Cooperativa Araci :Araci (sede), Euclides da Cunha, Teofilândia e Tucano

Figura 5 – Localização das cooperativas de crédito e PACs da Ascoob  
Fonte: Búrigo (2006, p. 243).

Para viabilizar suas atividades em ambiente tão adverso como as encontradas no semi-árido baiano, as cooperativas da Ascoob seguiram a seguinte estratégia observada por Búrigo (2006):

A maioria dos municípios atendidos pelas cooperativas tem forte tradição agrícola. Mas a limitada rentabilidade das atividades primárias da região exigiu que as cooperativas diversificassem suas fontes de receitas além da movimentação das economias dos agricultores familiares e do pagamento dos benefícios sociais aos aposentados do meio rural – nesse grupo está a maioria dos associados – foi preciso se aproximar de setores industriais e de serviços. Além de apostar no incremento da pluriatividade dos agricultores, as cooperativas passaram a atender pequenos comerciantes e microempresários, sobretudo os que tinham vínculos rurais. (BÚRIGO, 2006, p. 240-241).

A figura 5 ilustra a parte da região do semi-árido baiano onde estão localizadas as cooperativas Ascoob, atingindo 35 municípios baianos. Trata-se de uma região fortemente atingida pela seca, sendo que no Município de Pintadas, houve um período de seca que durou de março 2007 a março de 2008.

A tabela 9 revela os principais indicadores das cooperativas filiadas a Ascoob compondo um patrimônio líquido de cerca de R\$ 9,4 milhões beneficiando 41.864 produtores rurais da agricultura familiar, cuja poupança mobilizada nos municípios atinge R\$ 50,45 milhões.

Tabela 9 – Principais indicadores relativo às atividades das cooperativas ligadas a Ascoob

Dados Institucionais/Econômicos	ARACI	COOPERE	CRESER	SERTÃO	PARAGUASSU	GRANDE	CREDIMONTE	CREDITE	SERRINHA	ITAPICURU	ASCOOB
Número de Cooperativas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10,00
Número de PAC's	4	6	4	3	0	1	0	3	1	4	26,00
Número de Funcionários	26	39	21	30	3	10	4	17	15	20	185,00
											41.864,00
Quadro Social	4.799	11.491	7.144	2.838	818	1.995	995	3.106	3.828	4.850	70.827.210,95
Total de Ativos	7.291.334,51	19.074.676,83	3.752.254,47	13.901.382,73	761.578,19	3.002.085,81	1.388.540,23	6.597.596,06	6.671.027,29	8.386.734,83	28.547.593,50
Montante de Empréstimos com Recursos Próprios	2.871.697,10	8.115.964,82	1.895.130,95	5.671.783,23	112.005,39	1.380.039,00	387.870,23	2.703.963,46	2.387.704,32	3.021.435,00	748.481,58
Montante de Empréstimos via Pronaf Custeio	118.376,70	4.602,48	,00	625.502,40	,00	,00	,00	0	-	,00	1.283.532,15
Montante de Empréstimos via Pronaf Investimento	313.061,38	77.616,21	156.952,60	323.409,26	,00	20.168,00	341.516,23	50.808,47	-	,00	13.736.571,86
Montante de Depósitos À Vista	1.088.902,12	3.718.499,43	1.655.512,13	2.410.485,93	255.432,99	503.867,34	236.657,40	1.225.683,05	1.181.661,55	1.459.869,92	36.723.412,52
Montante de Depósitos a Prazo	4.354.306,20	9.609.288,00	4.487.934,56	5.144.018,88	448.101,93	1.214.638,24	574.096,50	2.913.204,23	3.562.438,99	4.415.384,99	9.416.014,11
Patrimônio Líquido	1.193.742,49	2.254.647,66	-2.852.079,79	4.226.270,33	-57.763,12	716.057,88	159.876,57	1.473.398,08	945.344,04	1.356.519,97	(1.016.987,24)
Sobras de 2006	48.302,59	-793.897,15	-816.857,14	323.187,77	-247.083,13	107.140,00	1.542,80	56.630,19	259.234,83	44.812,00	26.951.190,52
Disponibilidade/Liquidez	3.623.632,23	6.457.156,49	1.725.620,89	4.307.675,52	226.293,31	1.050.378,30	259.399,31	2.437.819,55	3.377.274,50	3.485.940,42	3.555.388,63
Permanente	389.702	1.084.374	103.123	888.275	47.048	164.980	37.302,50	350.174,27	203.894,53	286.514,49	7.617.629,23
Passivo Circ. E Exigível LP	530.079	2.693.197	343.898	1.090.405	99.680	296.638	307.763,21	803.972	332.486,05	1.119.510,05	11.915.866,78
Capital Social	1.150.820	1.957.445	1.246.182	3.465.914	152.829	543.412	232.480,67	1.220.538	779.753,03	1.166.492,51	1.345.575,50
Resultado do Exercício	58.154	292.776	(31.454)	630.269	11.307	176.642	-19.470,85	108.968	134.635,40	(16.252,00)	9.636.392,92
PLA Patrimônio Líquido Ajustado	1.198.347,78	2.455.081,09	-3.221.780,11	4.769.042,03	-70.319,95	797.407,02	125.251,76	1.502.042,26	946.716,04	1.134.605,00	

Fonte: ASCOOB. Base: Dez. 2007.

Nota: Elaboração Ascoob.

### 5.3.2 A relação Ascoob/Sicoob

As cooperativas de crédito filiadas a Ascoob aderiram ao Sistema Sicoob Central Bahia e ao Bancoob, embora nacionalmente se integre filosoficamente ao Sistema de cooperativismo solidário, pois são associados da Ancosol. Este fato se deu por não serem capazes de criar um Sistema independente, devido à falta de recursos humanos qualificados, apoio político e de recursos financeiros para criar uma Cooperativa Central, que lhes desse suporte, dadas às exigências por parte do Bacen para o setor.

As exigências estruturais do Sistema Sicoob também obrigaram as cooperativas a criarem maior estrutura de funcionários, investimentos tecnológicos e participações financeiras mensais à Central Sicoob Central por meio das contas de centralização. Em troca a Central presta serviços contábeis e financeiros, objetivando garantir o bom gerenciamento das afiliadas.

O fato de estarem ligadas também ao Bancob permite às cooperativas disporem aos seus associados uma gama de serviços bancários mais complexos, conforme verificamos mais adiante ao analisarmos a oferta de serviços ofertados pela Sicoob Sertão, pois se configura em benefício advindo da filiação ao Sistema Sicoob.

Desde 2005 a Ascoob Associação vem discutindo com suas cooperativas filiadas a possibilidade de criação de uma Cooperativa Central, que desse início à criação de um SCC na região do semi-árido. As modificações no estatuto foram discutidas com o Cresol Baser, sendo que também contou com o apoio da Sicoob Central Bahia para que o processo de criação da Central fluísse.

Em 2006 foi apresentado ao Bacen o projeto de criação da Central. Em 12 de abril de 2008 foi realizada a Assembléia de constituição da Ascoob Central, sendo que as cooperativas de crédito rural de Itapicuru, Serrinha, Araci e Piemonte integralizaram o capital de R\$ 60 mil necessário à criação da Central.

A Central foi criada constituindo quatro departamentos:

- a) educação cooperativa – fomentar o cooperativismo de crédito solidário e familiar entre os associados e suas famílias;
- b) assistência técnica – prover recursos técnicos necessários para que as cooperativas de crédito rural filiadas possam solucionar suas limitações técnicas e possam oferecer melhores serviços aos seus cooperados;

- c) microfinanças – Criar produtos e serviços microfinanceiros para as cooperativas filiadas, objetivando alcançar cada vez mais os micros e pequenos agricultores excluídos do acesso ao SFN;
- d) gestão – Assessorar a gestão administrativa das cooperativas, objetivando superar os desafios de um ambiente competitivo dinâmico, no qual as decisões estratégicas são cada vez mais importantes para a sustentabilidade das instituições.

As quatro cooperativas filiadas a Ascoob Central abrangem 45 municípios baianos. Os objetivos da recém criada Central são:

- a) firmar parcerias estratégicas para fortalecimento do cooperativismo de crédito;
- b) fomentar a cultura solidária e associativista;
- c) estruturar um Sistema de Cooperativismo de Crédito;
- d) promover o desenvolvimento humano;
- e) diminuição dos custos das entidades e aumentar o benefício social;
- f) promover a participação popular, o cooperativismo comunitário, pela paz e pela ecologia;
- g) promover o empoderamento dos atores locais;
- h) promover a agricultura familiar e a economia local.

#### 5.4 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA SICOOB SERTÃO

Duros golpes foram lançados contra o município de Pintadas, a partir da eleição da missionária Neuza Cadore ao cargo de prefeita do município, sendo um exemplo de destaque, o fechamento, em dezembro de 1996, do posto de atendimento bancário do BANEB, sua única instituição financeira. O posto funcionava ofertando serviços limitados, pois não se encontrava em Pintadas o centro das decisões, que se encontrava em Ipirá, pois lá se encontrava a sede da agência. Mesmo operando desta forma era importante para o município, pois sem o mesmo as pessoas estavam obrigadas a se deslocarem os cerca de 45 km até o município de Ipirá para realizar suas transações financeiras.

O ano de 1997 foi difícil para a economia do município, que possui sua renda influenciada de forma importante pelo pagamento dos benefícios dos aposentados, funcionários da prefeitura e movimentação financeira dos produtores de leite, além da movimentação financeira administrada pela prefeitura. Quem necessitava efetuar

pagamentos de contas e títulos e movimentar financeiramente seus recursos através de uma instituição financeira, eram obrigados a se deslocar à sede do município de Ipirá. Os aposentados também se prejudicaram para receber seus benefícios, sendo que por esta condição, parte desta renda era mobilizada no próprio comércio de Ipirá pelos cidadãos pintadenses, que para o município se deslocava.

A comunidade se mobilizou indignada com esta situação e através de suas lideranças conversaram com outras instituições bancárias objetivando a abertura de uma agência no município. O que se sabe, conforme salienta Ramos (2008), é que o Baneb alegou falta de viabilidade econômica para justificar seu fechamento, assim como outros bancos contatados também assim o justificaram.

Diante da falta de perspectiva de abertura de uma instituição financeira no município para atender suas demandas na área, as lideranças novamente se reuniram através da Rede Pintadas, que à época existia como fórum de discussões. A prefeitura e outras ONGs parceiras se mobilizaram e foram conhecer a experiência positiva da COOPERE, Cooperativa de Crédito Rural de Valente, criada em 1993.

Segundo Ramos (2008), na época das discussões sobre a criação da cooperativa de crédito, considerou-se não só a demanda por serviços financeiros, mas também a possibilidade de a cooperativa gerenciar os fundos que circulavam no município, em função das parcerias com o poder público e outras agências de cooperação internacional. Esta movimentação financeira justificava a sua criação.

Em maio de 1997 a Cooperativa de crédito foi constituída através da Assembléia de fundação e em julho de 1997 foi autorizada pelo Bacen, porém a equipe de coordenação, liderada por Valcyr Almeida Rios, entendeu que seria mais adequado iniciar as atividades da cooperativa em 1998. Decisão esta acertada na opinião de Ramos (2008), pois, desta forma, a Sicoob Sertão sempre encerrou os exercícios anuais com superávit.

As pessoas não sabiam de nada, principalmente os associados, aqueles que não estavam dentro do conselho de administração, mas, quer dizer, iniciou com cinquenta sócios fundadores né, constituiu um capital de R\$ 10 mil, foi o capital social inicial, com R\$ 200,00 de quotas-partes, constituiu os R\$ 10 mil, e aí iniciou o funcionamento da cooperativa [...] então existia aí uma *descredibilidade* muito grande, da grande maioria das pessoas [...] da sociedade como um todo [...] nasceu aí [...] dentro de um processo político *né*, então ao tempo que um grupo torcia pra dar certo [...] não conhecia, não entendia do processo, mas confiava nas pessoas que estavam à frente entendeu, isso foi muito importante para o processo de criação, crescimento [...] mas um outro grupo político torcia contra [...] e era inclusive motivo de chacota, imagine você [...] apenas um computador, uma máquina teleconta pra autenticar, duas mesas, não havia fila [...]

muita gente fez esta pergunta: vocês estão interligados a alguém? (RAMOS, 2008).

Segundo Ramos (2008), os associados que procuravam a cooperativa, questionavam sobre sua legalidade e adequação da estrutura para receber depósitos, pagamentos, e demais serviços operacionais da entidade. Como a entidade nasceu em meio a um processo político de mudanças, a oposição criticava duramente o empreendimento, abalando a credibilidade da entidade junto à comunidade. A estrutura de pessoal era composta por um caixa, uma pessoa no atendimento de abertura de contas e cadastros dos cooperados, contador, gerente e serviços gerais.

Após várias Assembléias nas quais se esclareceu sobre o funcionamento da entidade, a fiscalização do Bacen, e muitos dos questionamentos foram respondidos sobre o funcionamento operacional da entidade, as pessoas passaram a acreditar mais e a se associar a cooperativa, inclusive pessoas do grupo de oposição, pois o município não possuía agência bancária. Desta forma, foi-se verificando na prática a viabilidade da cooperativa e sua adequação ao atendimento da demanda por serviços financeiros no município.

Inicialmente surgiu com o nome de CrediPintadas, sendo que ao aderir ao Sistema Sicoob passou a se chamar Sicoob Sertão. A entidade possui como visão, ser reconhecida pela sociedade como a instituição financeira que mais contribui para o desenvolvimento sustentável dos municípios onde atua, tornando-se um referencial de cooperativa de crédito na Bahia, para tanto, a entidade possui como objetivo geral, contribuir por meio da cooperação para o desenvolvimento local sustentável, atendendo as necessidades financeiras dos cooperados, sendo uma instituição financeira sólida e confiável.

Em meio a uma situação adversa politicamente, de clima, de economia centrada na agricultura a cooperativa conseguiu evolução sócio-econômica, representada pela evolução do quadro social e de movimentação financeira, estando atualmente presente em outros municípios da região de Pintadas, conforme se verifica a seguir.

#### **5.4.1 A consolidação das atividades da Sicoob Sertão: uma força a serviço do Desenvolvimento Local no município de Pintadas**

Entre os fatores que se verifica contribuírem para o crescimento da entidade na visão de Ramos (2008), atual presidente da entidade, se encontram a gestão equilibrada da entidade, a disponibilidade de recursos que a comunidade oferece e também o apoio de parcerias estratégicas a exemplo da Ascoob, Sicoob, MOC, prefeitura, Rede Pintadas, STRs, entre outras entidades.

A partir destes três pilares a entidade vem evoluindo suas carteiras de serviços financeiros se tornando uma entidade de atuação regional, pois agricultores que moram na divisa de Pintadas com outros municípios começaram a se associar. Os agricultores de Capela do Alto Alegre, por exemplo, perceberam que poderia existir uma cooperativa de crédito rural ofertando serviços financeiros. Discutiram em conjunto com os dirigentes da Sicoob Sertão a possibilidade de auxiliá-los no processo de abertura de uma cooperativa de crédito no município, sendo que chegaram à conclusão de que a abertura de um PAC da Sicoob Sertão seria a decisão mais adequada, dados os custos e a complexidade de se constituir uma entidade autônoma. Deste modo, em junho de 1999 foi inaugurado o PAC em Capela do Alto Alegre.

Em março de 2000 foi inaugurado o terceiro ponto de atendimento e segundo PAC, em Ipirá. Neste caso, no município de Ipirá houve um processo de migração de clientes de bancos tradicionais, como banco do Brasil e Bradesco para a cooperativa, em função do atendimento, agilidade e perfil sócio-econômico da instituição. Em 2003 foi inaugurado o terceiro PAC no município de Várzea da Roça. Estatutariamente o raio de abrangência da cooperativa aprovado pelo Bacen compõe todos os municípios vizinhos a Pintadas: Mairi, Baixa Grande e Pé de Serra, porém estes, em função do processo de expansão do cooperativismo, já possuem suas cooperativas de crédito rural.

A cooperativa possui atualmente 30 funcionários: 14 na agência central de Pintadas; 5 no PAC de Capela do Alto Alegre; 7 no PAC de Ipirá e 3 no PAC de Várzea da Roça, oferecendo serviços bancários comuns a uma agência bancária dos bancos públicos ou privados.

#### 5.4.2 Os serviços ofertados pela Sicoob Sertão

A cooperativa iniciou suas atividades em 1998, ofertando serviços básicos compostos pelo quadro 12. Em seguida, ao ganhar credibilidade junto aos seus cooperados e também junto a comunidade local, foi ampliando seus serviços em função da maior captação de recursos junto aos associados e também pela associação ao Sicoob Central Bahia e ao Bancoob, que pode dispor aos seus associados serviços bancários mais complexos.

De acordo com o Manual de Política de Crédito que dispõe sobre os critérios e procedimentos necessários a concessão de crédito e fixa tarifas e taxas nas diversas linhas de produtos e serviços ofertados, podemos verificar as características das linhas de crédito e financiamentos ofertados com recursos próprios ou recursos de repasse.

<b>Serviço/produto</b>	<b>Descrição</b>
Conta Corrente	Abertura de contas correntes para efetivação de depósitos a vista e movimentos de débitos e crédito para os cooperados.
Talão de Cheques	Disponibilização dos serviços de emissão de talão e compensação dos mesmos emitidos pelos correntistas.
Aplicações de poupança e a prazo fixo	Disponibilização de depósitos a prazo remunerados aos cooperados.
Integralização de capital	Financia a integralização de capital para novos cooperados.
Seguro de vida, automóveis e outros.	Através da parceria com a corretora Proseg a entidade oferta aos cooperados seguros de diversas modalidades, a exemplo de seguro de vida, automóveis, seguro prestamista, entre outros.
Cartão de crédito (Visa e Credicabal)	São cartões de crédito para compras a prazo de bens diversos com bandeira da administradora de cartões do Bancoob ou a bandeira visa internacionalmente conhecida.
Cartão de débito Cabal	Cartão para débito direto em conta corrente nas compras efetivas com o cartão.
Pagamento de benefícios do INSS	Atualmente cerca de 90% dos aposentados do município recebe seus benefícios por meio da cooperativa, o que contribui para a circulação local desta renda, que junto com a renda dos trabalhadores da prefeitura e câmara formam a maior renda dos moradores da sede do município.
Depósitos entre cooperativas	Serviço transferências de valores entre cooperativas à disposição dos cooperados.
Transferências entre bancos (TEDs e DOCs)	São importantes movimentos de transferências entre contas correntes entre correntistas dos diversos bancos que operam no mercado, oferecendo comodidade de circulação de recursos financeiros entre pessoas da sede do município e demais localidades no país.
Internet Banking	Serviço de atendimento ao cooperado por meio do portal de internet para que o mesmo possa efetuar movimentações financeiras eletrônicas, utilizando-se de um computador conectado à rede mundial de computadores.
Pagamento de folhas	Este importante serviço também permite à cooperativa de crédito

salariais (prefeitura e empresas)	contribuir para a circulação local da riqueza dentro do município, contribuindo para o desenvolvimento dos setores econômicos dentro do município.
-----------------------------------	--

Quadro12 – Serviços básicos ofertados – Sicoob Sertão

Fonte: SICOOB SERTÃO (2008).

Nota: Elaborado pelo autor.

O quadro 13 apresenta os serviços de pagamentos de títulos diversos, que facilita à comunidade urbana e rural, o pagamento de seus compromissos na sede do município, assim como, facilita a movimentação da prefeitura ao arrecadar seus tributos.

Pagamento de contas: água luz, telefone, cobrança bancária.	Este serviço permite que pessoas da área urbana ou rural do município possam quitar suas contas de serviços básicos.
Arrecadação da GPS – Guia da Previdência Social	Este serviço permite que as pessoas que desenvolvem atividades autônomas possam pagar regularmente sua contribuição ao INSS, garantindo assim seu benefício futuro de aposentadoria.
Arrecadação de Tributos municipais (IPTU, ISS, etc.)	A cooperativa presta importante serviços ao governo local, possibilitando a arrecadação dos tributos do município, permitindo agilidade no processo de repasse às prefeituras para que possam realizar seus gastos correntes e de investimentos de infra-estrutura no município.

Quadro13 – Pagamento de títulos e faturas – Sicoob Sertão

Fonte: SICOOB SERTÃO (2008).

Nota: Elaborado pelo autor.

O quadro 14 traz as modalidades de crédito disponíveis aos cooperados, o que contribui de forma significativa para as atividades de consumo e investimento dos cooperados, à medida que fornece uma gama de créditos de curto, médio e longo prazos de livre utilização, a exemplo do crédito pessoal. Os créditos de giro rápido contribuem para as atividades comerciais no meio urbano e rural, contribuindo também para a sustentabilidade dos empreendimentos e também para a sua expansão.

Cheque especial	Este serviço objetiva ofertar limites de crédito automáticos aos cooperados como valores a disposição em suas contas correntes para a livre utilização. Geralmente são utilizados para cobertura de saques além dos valores depositados pelos correntistas e são utilizados por curtos períodos de tempo em função das elevadas taxas de juros pagas em sua utilização.
Títulos /duplicatas	Este importante serviço permite que sócios da cooperativa que possuam atividades comerciais utilizem o desconto de cheques pagos por seus clientes antecipando suas receitas. Este serviço permite dinamizar o empreendimento para que se possam repor mercadorias e pagar seus compromissos de curto prazo, dando maior sustentabilidade ao negócio.
Cédula de crédito	São créditos pessoais ofertados aos cooperados para a livre

bancário	utilização, sendo que geralmente são utilizados para consumo ou investimento em suas propriedades ou negócios no meio urbano e/ou rural.
Capital de giro	São créditos disponibilizados aos cooperados que desenvolvem atividades empreendedoras no meio urbano e rural e que se destinam a compra de insumos ou mercadorias para a revenda. Este tipo de crédito costuma dar mais sustentabilidade aos negócios, uma vez que, garante a reposição dos estoques em tempo hábil para que se possam sustentar as vendas, principalmente nos períodos de baixa na demanda.
Microcrédito	O programa de microcrédito do Sistema Ascoob (Promic) com recursos do BNDES beneficia pequenos comerciantes no meio urbano e rural disponibilizando valores que variam de R\$ 200 a R\$ 2.000, cujas aplicações variam de capital de giro a investimentos. Este projeto foi desenvolvido em parceria com a Finance-Cordaid, entidade ligada à economia solidária.
Empréstimos consignados em folha	São empréstimos disponibilizados a aposentados, pensionistas e/ou empregados públicos ou privados, os quais possuem sua folha de pagamentos repassada pela cooperativa. São créditos que permitem dinamizar a economia local, pois são destinados a livre utilização, geralmente compra de eletrodomésticos, alimentos, pequenas reformas de imóveis, sendo que estes recursos circulam dentro do município dinamizando a economia urbana e rural.

Quadro14 – Empréstimos com recursos próprios – Sicoob Sertão

Fonte: SICOOB SERTÃO (2008).

Nota: Elaborado pelo autor.

O quadro 15 especifica as linhas de financiamentos que são diversificadas e contribui para a infra-estrutura e desenvolvimento efetivo das atividades geradoras de emprego e renda dos associados. São financiamentos que contemplam a compra de veículo, custeio e investimentos rurais e compra de imóveis, que integra a cooperativa a dinâmica produtiva no meio urbano e rural, contribuindo efetivamente para que a mesma se consolide como um banco de desenvolvimento local no município de Pintadas, dando sua contribuição para que as forças produtivas locais e o potencial produtivo dos empreendedores no meio urbano e rural locais possam ter a oportunidade de investir na expansão efetiva de seus negócios.

Financiamento de veículos, novos e usados	Este financiamento objetiva a aquisição de veículos que os cooperados utilizam para prestação de serviços, diversificando suas atividades geradoras de renda, ou para a aquisição de veículos que possibilitem a melhoria de suas atividades empreendedoras na zona rural ou urbana. É possível financiar até 70% em caso de veículos usados e 80%, no caso de veículos novos, com prazos entre 24 e 36 meses.
Financiamento de bens duráveis	Este tipo de crédito destina-se a aquisição de eletroeletrônicos, matérias de construção, equipamentos de informática com prazos entre 24 e 36 meses, sendo liberado até R\$ 6 mil por tomador.
Financiamento de bens imóveis	Aquisição de imóveis urbano e rurais com prazos de até 24 meses, com garantia de hipoteca do bem adquirido.

Financiamentos rurais e agroindustriais.	Utilizando recursos do BANCOOB – Custeio pecuário (para seis ou doze meses, financia beneficiamento da área rural e animais para a engorda). A cooperativa disponibiliza também as linhas do Pronaf “C” e “D” – custeio e investimento, através do Banco do Brasil. Há também a disponibilização de repasses da Ascoob/CCSP, através dos fundos rotativos para grupos de cooperados, conforme metodologia dos programas para custeio e investimento, ou seja, compra de insumos, equipamentos, pequenas reformas, pequenos projetos de irrigação, etc.
--	--

Quadro15 – Financiamentos com recursos próprios e recursos de repasse – Sicoob Sertão

Fonte: SICOOB SERTÃO (2008).

Nota: Elaborado pelo autor.

### **5.4.3 As ações na área de educação e cultura desenvolvidas pela Sicoob Sertão**

A entidade está integrada às atividades sócio-educativas e culturais no município apoiando ações nestas áreas. Na área de educação cooperativa a entidade conta com o apoio do Núcleo do Departamento de Educação Cooperativa (Nudec), que possui um educador contratado e que desenvolve cursos sobre cooperativismo de crédito aos cooperados e seus familiares, conforme revela Oliveira Lima (2008), gerente administrativo da Sicoob sertão e coordenador do Nudec.

Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação a entidade está procurando viabilizar a disciplina Organização Social e Comunitária de Pintadas nas escolas do município, como forma de fomentar a cultura da participação comunitária e solidária, para manter sempre viva na cultura do povo de Pintadas o histórico de mobilização comunitária dos antigos habitantes.

Em 2007, foram realizadas oficinas também com os professores da rede municipal de ensino. Outra ação educativa, são os cursos de formação de lideranças que, na visão dos diretores, são importantes ações para que se forme parcerias e lideranças estratégicas para o desenvolvimento de instituições no meio rural, capazes de fomentar a cultura do associativismo e cooperativismo solidário e participativo nas comunidades.

A entidade apóia também ações de educação ambiental e patrocina a Semana de Cultura do município, que acontece junto com as comemorações do aniversário de emancipação do município.

#### **5.4.4 A evolução das atividades financeiras da Sicoob Sertão**

Desde a fundação da cooperativa aos dias atuais houve significativa evolução das atividades da entidade. A credibilidade nas atividades da cooperativa possibilitou a adesão de milhares de agricultores nos municípios que a cooperativa possui postos de atendimento: Pintadas, Ipirá, Capela do Alto Alegre e Varzea da Roça.

A evolução representada pelo número de sócios e conseqüentemente seu capital social, permitiu à cooperativa expandir e exercer com mais propriedade suas funções bancárias. Desta forma, a entidade atua como ofertante de crédito com recursos próprios, gerencia recursos repassados por parceiros como o Bancoob e Banco do Brasil e parceiros externos, a exemplo de fundos rotativos que a cooperativa administra, assim como, os fundos repassados pelo Disop que são repassados para o CCSP e são depositados na Sicoob Sertão, que administra o repasse aos produtores e conseqüentemente sua devolução.

O crescimento da cooperativa desde a sua criação revela a sua viabilidade econômica e social, cujo Patrimônio de Referência se encontra R\$ 4.698.298,00 segundo dados de dezembro de 2007. O Patrimônio de Referência é composto pelo Capital Social somado ao superávit do exercício e superávit acumulado. A cooperativa vem funcionando como agente de desenvolvimento local por fomentar ações econômicas, cooperativas, sociais e culturais dentro do município, junto a sua comunidade de sócios, beneficiando indiretamente a comunidade de Pintadas de modo geral.

Um aspecto importante a ressaltar é que a cooperativa possui suas limitações em termos de atendimento à comunidade. Esta limitação é revelada através da verificação da reserva obrigatória para empréstimos, que vão para a conta de centralização, cujo valor se encontra em R\$ 4.274.944,00. Esta conta funciona como uma conta corrente da cooperativa na conta do Bancoob e que serve de base para que sua carteira de crédito não ultrapasse 80% deste valor. Gerencialmente a cooperativa procura manter seu volume de carteira de empréstimos em até 70% dos depósitos desta conta, para não correr o risco de parar de emprestar. Esta reserva procura manter a disposição dos associados recursos para atender à crescente demanda.

O crescimento do patrimônio vem permitindo ampliar as possibilidades empréstimos em suas linhas de crédito e financiamentos com recursos próprios. Isto

revela a capacidade de governança e a gestão, cuja ordem de prioridade tem sido a orientação para seu crescimento e fortalecimento de suas atividades. Quando se aumenta o patrimônio da cooperativa, está se aumentando o patrimônio do cooperado, e por consequência, a capacidade de atendimento aos mesmos.

A cooperativa procura diversificar suas fontes de recursos para empréstimos. É importante que se capitalize a cooperativa a cada ano. Esta capitalização pode ser verificada pelo Patrimônio de Referência, que pode ser emprestado em até duas vezes o seu valor, que se encontra em R\$ 4.698.298,00, segundo dados de dezembro de 2007, conforme se observa na tabela 10. A diretoria da cooperativa procura manter a orientação de capitalizar continuamente a entidade, pois todo resultado a disposição da Assembléia se coloca a importância de integralizar a distribuir dividendos.

Tabela 10 – Evolução das Atividades financeiras da Sicoob Sertão

Itens	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Operações de crédito líquidas de provisão	358.911	1.116.501	1.446.007	2.188.178	2.726.382	3.498.129	4.483.350	5.791.897	8.210.318	7.863.349
Adiantamento a depositantes	-	-	-	-	-	51.682	63.301	47.128,25	82.683	71.377
Empréstimos	-	-	-	-	-	2.704.969	2.744.261	3.918.629	5.835.759	6.712.261
Títulos descontados	-	-	-	-	-	444.184	921.722	1.424.610	2.074.489	1.105.941
Financiamentos R.P.L.	-	-	-	-	-	10.116	217.101	-	42.752	169.443
Financiamentos Rurais	-	-	-	-	-	444.961	796.746	641.121	661.035	643.474
Capital social	70.851	232.464	424.215	603.490	914.704	1.190.342	1.668.989	2.077.795	2.708.863	3.549.607
Patrimônio de Referencia	157.341	350.4912	576.2263	921.9232	1.253.516	1.802.838	2.234.123	3.027.278	3.970.554	4.698.298
Resultado	76.880	96.370	101.387	207.838	175.929	324.884	245.718	514.543	620.990	427.340
Depósitos à vista	-	-	-	-	-	1.265.486	1.454.930	2.037.880	2.032.907	2.410.486
Depósitos à prazo	-	-	-	-	-	2.031.066	3.054.900	4.052.566	4.481.061	5.127.019
Depósitos Totais	435.141	1.006.565	1.221.947	1.992.163	2.2232.051	3.298.857	4.509.830	6.090.446	6.513.969	7.554.505
Repasses de terceiros	61.073	265.649	430.476	646.792	715.958	467.058	951.423	681.439	846.788	1.090.405
Centralização Financeira	285.954	539.113	663.161	1.126.034	1.517.268	1.943.922	2.428.015	2.983.171	2.240.649	4.274.944
Sócios	-	-	-	-	-	-	1.869	2.218	2.527	2.838
Número de contas correntes	-	-	-	-	-	-	3.203	3.796	4.194	4.549

Fonte: SICOOB SERTÃO (2004-2007).

Nota: Elaborado pelo autor.

A decisão de não distribuir e sim integralizar fez com que a cooperativa venha alcançando a cada ano aumentos de patrimônio, conforme revela Ramos (2008). Caso se tivesse optado por distribuir as sobras por meio de dividendos, este capital iria para o mercado e não capitalizaria a entidade.

A tabela 10 traz a evolução dos principais atividades de movimentação financeira e operacional da cooperativa desde o início de suas atividades, sendo destaque a evolução do quadro de sócios, capital social e depósitos que permitiu evoluir as operações de crédito, consolidar seu patrimônio e evoluir seus ativos de modo geral.

À medida que se aumenta o patrimônio da cooperativa também aumenta o seu poder de captar recursos de repasse alavancando as atividades da entidade. Cada associado pode se endividar em até 15% do patrimônio da cooperativa. Mas é importante, segundo Ramos (2008), que se gerencie este endividamento por cooperado para que se possa manter o risco controlado, pulverizando os empréstimos e financiamentos. Em 2006, a cooperativa emprestou em seu conjunto de agências R\$ 22.643.80,49, em 13.790 contratos, revelando um crédito médio de R\$ 1.642,00. De acordo com o atual patrimônio da cooperativa um sócio pode acessar até R\$ 720 mil reais em financiamento e empréstimos, no entanto, tal valor seria uma concentração muito grande de crédito, o que deixaria de beneficiar outros cooperados necessitados.

De acordo com o Estatuto Social quando o associado completa 10 anos de sócio e se encontra aposentado, pode sacar mensalmente 2% de seu capital social, como forma de obter um ganho real de renda e permite que o cooperado possa por meio da cooperativa obter uma renda complementar, como se fosse uma aposentadoria complementar.

Para que a entidade possa impactar e ter maior presença na comunidade em que atua, é orientação da diretoria e também é orientação do Bacen que as cooperativas se transformem em entidades de livre admissão. Neste sentido, a entidade pode fugir de determinadas amarras, pois a cooperativa poderá ter maior poder de participação junto a comunidade, aceitando sócios com e sem vínculos com o meio rural. Esta ação de transformação em livre admissão, no entanto, é uma decisão da Assembléia, mas a cooperativa poderá aumentar o seu volume de negócios e passar a colaborar ainda mais para o desenvolvimento local do município.

Transformando-se em livre admissão, segundo Ramos (2008), jamais deixará de apoiar os agricultores familiares. As limitações que ocorre por não trabalhar com uma pessoa jurídica que não possui vínculo com o meio rural, mas que se verifica um sócio potencial, se torna uma limitação de atendimento e ampliação de seu impacto junto à comunidade. Desta forma, a cooperativa enquanto uma entidade voltada para o mercado pode efetivar sua missão de tender às demandas dos cooperados no meio urbano e rural.

A cooperativa, de acordo com as linhas de crédito ofertadas e os volumes alcançados nas carteiras, possui influência na dinâmica produtiva no meio urbano, pois apóia as iniciativas de investimento na sede do município, atuando de forma integrada.

Um importante projeto de desenvolvimento local, citado por Ramos (2008), no qual a cooperativa participa, é a realização de investimentos na infra-estrutura de armazenamento e comercialização do leite, centralizando a coleta e comercialização do leite. O projeto proposto pela Eletrobrás e pela distribuidora de energia do estado, a Companhia Energética do Estado da Bahia (Coelba), tem por objetivo crescer o consumo de energia no município. A Eletrobrás aportou recursos para a compra de tanques resfriadores de leite. A prefeitura e a cooperativa entraram com a parte da infra-estrutura para a instalação dos equipamentos. A Coelba efetuou a ligação dos pontos de energia para o projeto. Para coordenar o projeto foi constituída uma comissão integrada por representantes do Sicoob Sertão, prefeitura, e a Cooperativa Agropecuária de Produção (COOAP).

O projeto foi inaugurado em 2006, sendo que, neste período, o preço do leite se encontrava na faixa de R\$ 0,28 a R\$ 0,31. Neste período também, segundo Ramos (2008), o mercado do leite aqueceu no mundo inteiro e melhorou as condições de preço aos produtores. No mercado de Pintadas havia dois compradores de leite que repassava para a Nestlé, a Parmalate e uma usina de beneficiamento menor. O projeto permitiu que se comprasse diretamente dos produtores e se comercializasse para a Nestlé a preços maiores que os antigos compradores individuais. Estabeleceu-se a concorrência na compra do produto, que forçou a alta dos preços ao produtor, chegando a cerca de R\$ 0,42. A Sicoob Sertão apoiou os produtores através dos financiamentos que melhorassem a produtividade do rebanho leiteiro.

Estes projetos de apoio ao agricultor fortalecem a imagem e a credibilidade da cooperativa junto aos seus membros, o que permitiu, juntamente com a política de fortalecimento patrimonial, saltar dos 50 sócios fundadores para os 3.114, segundo dados da cooperativa de 30 de abril de 2008, conforme revela a tabela 11. Observa-se na tabela 11 que o número de cooperados do PAC de Ipirá é maior que no município sede de Pintadas. Em Ipirá, os habitantes contam com uma agência bancária do Banco do Brasil, através do qual se acessam os créditos do Pronaf, dentre outras linhas de crédito para empreendedores urbanos e rurais, porém o número de cooperados do posto de Ipirá revela que este fato não interferiu na viabilidade das atividades da cooperativa.

Tabela 11 – Número de cooperados e capital social por PAC – Sicoob Sertão

<b>Agências</b>	<b>Depósitos à vista</b>	<b>Depósitos a prazo</b>	<b>Capital social</b>	<b>Nº. cooperados</b>
<b>Pintadas</b>	883.028	1.679.482	1.597.097	1.018
<b>Capela do alto Alegre</b>	565.186	1.177.696	908.860,65	626
<b>Ipirá</b>	1.086.412	2.194.986	1.157.713,63	1.117
<b>Várzea da Roca</b>	201.821	392.441	292.836	353
<b>Total</b>	<b>2.736.447</b>	<b>5.444.604</b>	<b>3.956.508</b>	<b>3.114</b>

Fonte: SICOOB SERTÃO (2008). Base: Abr. 2008.

Nota: Elaboração Gerência de Crédito.

Segundo dados preliminares do IBGE do censo agropecuário 2006, observa-se que no município de Pintadas se encontram 1.578 estabelecimentos agropecuários. Considerando-se que a Sicoob Sertão possui 1.108 sócios, pode-se inferir que cerca de 70% das propriedades rurais pertencem aos sócios da entidade, sendo que, seu capital social e seus depósitos à vista e a prazo, representados na tabela 12, mobiliza a poupança de 70% dos habitantes do meio rural. Sabe-se que a maior renda é proveniente do meio rural. Desta forma, a contribuição da Sicoob Sertão para o desenvolvimento das forças produtivas e potencial produtivo do município se verifica importante contribuição ao desenvolvimento local no município.

Tabela 12 – Distribuição dos valores emprestados por tipo de crédito e por PAC – Sicoob Sertão

Agências	Pronaf – Banco do Brasil Plano safra 2006/2007				Títulos descontados		Financiamentos rurais e agroindustriais	
	empréstimos							
	Valor emprestado	Nº Contratos	Valor emprestado	Nº Contratos	Valor emprestado	Nº Contratos	Valor emprestado	Nº Contratos
<b>Pintadas</b>	3.331.171	864	542.120	156	2.267.770	3.640	255.150	124
<b>Capela do alto</b>	2.426.412	544	41.844	10	1.303.040	2.310	111.500	62
<b>Alegre</b>								
<b>Ipirá</b>	2.449.570	416	320.823	88	2.817.440	5.530	113.500	62
<b>Várzea da Roca</b>	605.683	416	44.125	11	1.298.099	3.150	56.000	62
<b>Total</b>	<b>8.812.834</b>	<b>2.240</b>	<b>948.912</b>	<b>256</b>	<b>7.686.349</b>	<b>14.630</b>	<b>536.150</b>	<b>310</b>

Fonte: SICOOB SERTÃO (2008). Base: Abr. 2008.

Nota: Elaboração gerência de crédito.

A tabela 12 apresenta os valores emprestados por PAC, sendo que, no caso de Pintadas, tem-se o valor de R\$ 6.396.211,00. Os dados disponíveis do IBGE nos revelam o PIB a preço de mercado, em 2005, no valor de R\$ 22,11 milhões. Aplicando um crescimento médio de 3% aa, para a economia do município, temos uma projeção de PIB para 2007 de R\$ 23.460.743,00, o que significa uma relação crédito/PIB municipal de 27,26%, sendo que, no Brasil, em 2007, foi registrada uma relação de 34,3%. Este resultado possui grande magnitude, considerando-se que se trata de uma cooperativa de crédito rural, cujas limitações de atuação estão na sua abrangência de captação de poupadores/correntistas, que se limita às pessoas que possuem vínculos com o meio rural.

Os financiamentos de repasse do Pronaf e demais financiamentos rurais e agroindustriais são utilizados para custeio e investimento. O custeio pecuário, por exemplo, utiliza-se para a compra de ração, medicamentos infra-estrutura da fazenda, limpeza de represas, chegando ao máximo de R\$ 3.000 por tomador. No caso de investimento, trata-se da aquisição de animal ou construção de um curral, desta forma, são recursos aplicados na melhoria da infra-estrutura das propriedades, chegando a R\$ 6.000 por tomador. Estes recursos provêm do Bancoob e também do Banco do Brasil. No caso do Pronaf os prazos variam até oito anos para pagar, de acordo com as linhas de custeio ou investimento e dos valores liberados.

Os financiamentos concedidos possibilitam a diversificação da produção quando se permite:

- a) a compra de sementes e insumos que possibilitem estruturar a plantação, aumentando a sustentabilidade da propriedade;
- b) pode-se também melhorar a base produtiva, quando se permite a construção de um novo curral;
- c) permitem também ampliar a produção, através da compra de mais animais para a propriedade ou modernizar as atividades da propriedade, através da compra de novos equipamentos, que melhorem a produtividade da propriedade.

Tabela 13 – Carteiras de empréstimos Recursos Próprios Livres agência de Pintadas – Sicoob Sertão

<b>Agências</b>	<b>Valor</b>
<b>Crédito pessoal*</b>	913.220
<b>CDA Automóveis</b>	717.700
<b>PMP Consignação</b>	111.560
<b>Bens imóveis c/ aval</b>	400.100
<b>Total</b>	<b>2.142.580</b>

Fonte: SICOOB SERTÃO (2008). Base: 12 maio 2008.  
Nota: Elaborado pelo autor. \*Cédula de crédito bancário.

Analisando as carteiras de empréstimos conforme a tabela 13, por tipo de crédito ofertado, pode-se destacar a importância destas linhas por parte da cooperativa para o desenvolvimento das forças produtivas no município de Pintadas e oferta de serviços e crescimento das atividades comerciais, tanto na sede do município, como no meio rural.

Na linha de financiamento de veículos, por exemplo, foram financiados cerca de 20 ônibus para que se efetue o transporte escolar e também de passageiros entre os municípios de Ipirá e Pintadas. A prefeitura não necessita, portanto, contratar empresas de fora do município e a renda, desta atividade se mantém dentro do município, através do pagamento dos serviços aos donos dos veículos, que moram no município, diversificando suas atividades geradoras de renda, conforme revela a gerente Fernandes de Almeida (2008). Estes serviços são ofertados por contratos entre os donos dos transportes e a prefeitura, sendo que, o repasse destes recursos da prefeitura para a cooperativa já permite a amortização dos empréstimos. Desta forma, estão assegurados os meios para se possa garantir

que os estudantes da zona rural acessem as escolas da sede do município ou que os estudantes de nível médio passem seguir até as respectivas escolas nos municípios vizinhos.

Os funcionários da prefeitura podem contar com crédito consignado em folha, pois a prefeitura paga sua folha através da cooperativa. A consignação em folha atinge também aos aposentados, sendo que, a Sicoob Sertão serviu de piloto desta linha de crédito, através do Bancoob. Segundo dados da cooperativa, são pagos R\$ 1.047 milhões em aposentadorias nos quatro pontos de atendimento, sendo que, em Pintadas representa R\$ 718.813,47 mensalmente no município, beneficiando 1776 aposentados, desta forma, 80% dos aposentados do município recebem seus benefícios através da cooperativa, permitindo que esta importante fonte de renda circule localmente e contribua para o desenvolvimento local no município.

As linhas de crédito pessoal ou consignado pela Prefeitura (PMP Consignação) podem ser utilizadas no meio urbano e rural para diversos usos livres de consumo, para a compra de eletrodomésticos, peças de vestuário, alimentos, etc.

As linhas de crédito com recursos próprios, segundo Fernandes de Almeida (2008), complementam investimentos dos cooperados para que diversifiquem suas atividades. Um cooperado, por exemplo, que possui sua propriedade e almeja a oportunidade de investir no meio urbano, pode apresentar um plano de investimento para a cooperativa, objetivando verificar a possibilidade de apoio ao seu investimento. É o caso do Sr. Oliveira Júnior (2008), que é filho de agricultor e também cultiva a roça da família, em parceria com seu pai. Através dos créditos da cooperativa conseguiu comprar um ponto na sede do município, onde abriu uma casa de ração e produtos veterinários. Atualmente, faz uso de créditos de desconto de títulos, capital de giro e movimenta sua conta corrente na cooperativa de modo a facilitar a gestão do seu empreendimento. A melhoria na qualidade de vida de Jaime é visível, uma vez que, sua renda foi diversificada e ampliada, aumentando em 100% em relação à posição anterior, conforme revela.

O Sr. Lima (2008) informa ter a região condições adversas de clima e a seca que assola a região. No sítio, trabalha a lavoura, cria ovelhas, possui pastagens com gado e acessa crédito de custeio de sua propriedade para compra de alimento para os animais. O Sr. Lima (2008) acessou crédito para a compra de uma área de terra e também comprou um ônibus para o transporte coletivo dos alunos em convênio com a prefeitura. O financiamento para a compra de imóveis representa um crédito que

desenvolve o potencial produtivo do cooperado, à medida que se podem adquirir pontos comerciais, extensões de terras cultiváveis ou para a criação de animais, de modo a dar sustentabilidade ou diversificar os investimentos dos cooperados beneficiários, reforçando sua renda, conforme revela o Sr. Lima (2008), em entrevista concedida:

Agente trabalha com lavoura, com gado, ovelha [...] quando agente *tá* num tempo ruim agente vai lá e fala assim, Rejane *tô* precisando de um recurso pra os alimentos *dos animal*, plantio de palma, entendeu [...] agora mesmo eu to acabando de pagar um [...] tirei pra comprar uma área de terra [...] quando eu tirei pra área de terra já tinha pago o ônibus [...] carregando aluno da zona rural pra sede [...] agente agora ta abrindo uma cooperativa de transporte [...] é uma Lei que saiu que não pode carregar mais aluno pela prefeitura [...] vai vim um cara de Salvador montar uma empresa aí em Capela, agente pode ta concorrendo lá e comprando mais carro [...] em vez de deixar os de fora [...] agente pode ta ampliando mais [...] ói eu mexendo, indo no Sicoob, pedindo mais um recurso. (LIMA, 2008).

Foram créditos para a zona rural e para atividade urbana. Para o Sr. Lima (2008), sua renda aumentou 100% em relação a situação anterior, pois antigamente, não “mexia” com quase nada a não ser a atividade rural.

Outro exemplo de benefício sócio-econômico é registrado através de entrevista com o Sr. Silva (2008):

Aqui *nós tinha* o banco Baneb *né*, aquele é um banco que dificultava muitas coisa, na hora da gente fazer um empréstimo, um negócio [...] Hoje nós temos a cooperativa, o grupo veio montando o pessoal, o prefeito atual, naqueles tempo ele era só vereador, ele conseguiu essa cooperativa, aí alguém dizia assim, rapaz você não abre conta nessa cooperativa que tu vai, tu vai quebrar você, vai roubar todo mundo, na cidade, num sei o que, nós enxergava a cidade antigamente não tinha condições de você conseguir um benefício de nada, o Baneb não oferecia nada disso pra gente, mas a cooperativa hoje Sicoob é uma entidade que ajuda muito, como é que agente tem um movimento de um comércio, cada vez que você se aperta por alguma coisa, você vai lá, recebe um crédito, capital de giro, sem carência más *alivea* muito [...] inclusive mesmo sempre precisei agora pra construir, peguei uma parte do dinheiro lá pra poder construir, precisei de mais um dinheiro esses dias [...] e com isso agente vem trabalhando e segurando pra que ela não caia, ela *tá* crescendo, cada dia que passa ela cresce mais. (SILVA, 2008).

O Sr. Silva (2008) também adquiriu um veículo para transporte de seus produtos e também costuma acessar capital de giro através do Programa de Microcrédito (Promic).

Na gestão municipal anterior, havia um distanciamento entre as ações da instituição financeira que operava e a gestão política, que se reverteu quando da eleição da prefeita Neuza Cadore e de seu sucessor Valcyr Rios, que contando com as atividades da cooperativa, houve uma completa integração entre os grupos

organizados da sociedade civil e da prefeitura. Uma melhoria relatada pelo Sr. Silva (2008) foi o pagamento em dia dos salários dos funcionários da prefeitura e também pela efetivação de obras de infra-estrutura que estão ocorrendo no município.

Os recursos que desenvolvem o comércio e sua estrutura física são efetivados porque os comerciantes percebem que a demanda está maior, sendo que, segundo Fernandes de Almeida (2008), gerente de expediente da agência de Pintadas, cada comércio que abre as portas na sede do município, possui um tipo de apoio por parte da cooperativa, com suas diversificadas linhas de serviços, créditos e financiamentos. Desta forma, o problema do êxodo rural foi reduzido, uma vez que, se abrem possibilidades de geração de renda local, embora o problema ainda exista, devido ao fato de a economia de Pintadas ainda não comportar a demanda por trabalho que existe por parte da população.

Pode-se analisar que através dos serviços, taxas de juros diferenciadas e créditos adequados e oportunos, a cooperativa vem aumentando suas atividades, mantendo a renda poupada através dos cooperados no próprio município. Desta forma, cumpre sua missão de banco de desenvolvimento local contribuindo de forma significativa para:

- a) a diversificação da atividade produtiva;
- b) a mudança da base produtiva;
- c) a transformação e beneficiamento de produtos, agregando valor;
- d) a modernização das atividades.

## 5.5 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PINTADAS

O Desenvolvimento local em Pintadas possui, entre outros aspectos, algumas características básicas:

- a) articulação política entre estado e sociedade civil;
- b) desenvolvimento das forças produtivas locais no meio urbano e rural;
- c) consolidação institucional caracterizada pela forte integração entre as instituições ali existentes atuando em forma de rede.

Os diversos municípios que compõem a região do semi-árido possuem suas instituições da sociedade civil trabalhando de forma organizada, porém em Pintadas a integração e a sinergia de atuação entre as mesmas, proporcionou ganhos que superaram as expectativas institucionais nas áreas dos serviços financeiros,

produção e políticas públicas, resultando em ações nas áreas de infra-estrutura, educação e saúde para o município.

Em seu estudo sobre Capital Social no município de Pintadas Milani (2003) observou que a formação da Rede Pintadas propiciou maior circulação do conhecimento sobre a realidade local, priorizando ações, via políticas públicas e parcerias nacionais e internacionais que vêm permitindo a construção de um processo democrático de gestão da coisa pública local. Criaram-se então diante das condições adversas existentes no município, condições para a superação das dificuldades geradas pelo clima local para a geração de emprego e renda, assim como, se combate a desigualdade no acesso a terra e a água, que são elementos centrais na construção do processo democrático local, buscando o desenvolvimento para a região.

Observando-se a classificação referente ao IDH do município houve crescimento de 0,502 em 1991, para 0,625 em 2000, caracterizando um aumento de 24,50%, em uma década, tendo contribuído para a evolução no índice os itens educação, que melhorou em 46,85%; a longevidade, com aumento de 16,10% e a renda, que cresceu no período 10,84%. Considerando-se que a maior parte da renda do município é proveniente do meio rural e que ações da cooperativa de crédito rural, no município, objetivam a ampliação dos projetos de geração de emprego e renda, temos que a instituição contribuiu para a melhoria da renda revelada.

Outro aspecto a se destacar é a integração dos investimentos rurais e urbanos, através das iniciativas empreendedoras dos agricultores ao realizarem investimentos em negócios urbanos. Convém ressaltar também, o benefício que traz para o município a manutenção do pagamento da folha dos aposentados na sede do município, assim como, o pagamento da folha dos funcionários da prefeitura e Câmara de Vereadores. Desta forma, a cooperativa gerencia as principais fontes de renda do município e permite a circulação local das mesmas, não só por repasse, mas também intermediando os recursos poupados e captados externamente diretamente na economia do município, sob a forma de créditos de investimento e consumo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação de baixa penetração e de atendimento bancário nos municípios brasileiros tem sido combatida por políticas públicas de expansão e democratização do setor financeiro no país. Desta forma, vem se expandindo o número de cooperativas de crédito rural nos municípios, conforme revela o presente estudo.

As políticas públicas para o SFN, objetivando a abertura do Sistema para a população de baixa renda, incentivando a criação e sustentabilidade das OFLs, têm contribuído para a expansão do crédito do Pronaf, assim como se tem contribuído para a expansão dos financiamentos ao consumo e a investimentos em remotas zonas rurais no Brasil, onde os bancos tradicionais não atendem. Trata-se de uma força alternativa que vem demonstrando poder de gestão dos empreendimentos por parte de agricultores familiares, que assumem a direção dos empreendimentos e passam a ser atores no processo de gestão da poupança local, através das cooperativas de crédito rural, em parceria com diversas entidades públicas e privadas.

Outras iniciativas vêm somando forças no processo de democratização do acesso aos serviços financeiros no meio rural brasileiro. Para tanto, iniciativas como os bancos postais, através da experiência dos correios, que firmaram uma parceria com o banco Bradesco, em 2001, objetivam utilizar a infra-estrutura das agências dos correios para ofertar serviços financeiros à população chegando, em 2007, a 88,6% dos municípios brasileiros, atendendo a uma população com renda mensal até três salários mínimos.

A iniciativa dos correios é importante no processo de ampliação do acesso a serviços financeiros, embora tenha limitações em relação ao volume de recursos movimentados por correntista, em suas operações de saques, depósitos e crédito. Neste sentido, as cooperativas de crédito vão mais além e conseguem ampliar o volume de recursos girados por correntista, aumentando os benefícios gerados pela inclusão financeira.

Como forma de promover o desenvolvimento em bases locais, estas iniciativas se articulam com os poderes públicos locais e também com ONGs, STRs, Agências de Cooperação Internacional e com a população em geral, que se configura a instância primeira de atuação.

Na sede do município de Pintadas se encontram as duas instituições financeiras acima citadas, sendo que, o impacto sobre a dinâmica financeira no município, por parte das atividades da Sicoob Sertão, é sentido ao caminhar pela cidade e perceber a gratidão dos cooperados pela existência da mesma.

Convém ressaltar que, desde o fechamento do posto do Baneb, não se verificou a abertura de outra agência bancária no município, além da Sicoob sertão. Os créditos ofertados pela cooperativa possuem diversidade de utilização, sendo utilizada pela comunidade de cooperados que é expressiva frente à população do município, uma vez que, com seus 1.108 cooperados, representa cerca de 4.432 pessoas ligadas aos grupos familiares dos cooperados, o que significa abranger cerca de 64,68% das pessoas residentes no campo. Este fato permite a cooperativa força e representatividade perante os investimentos locais dos micro e pequenos empreendedores no meio urbano e rural, permitindo também a consolidação da diversificação da renda dos agricultores e seus familiares.

Sabe-se que este perfil de atuação consolidou a cooperativa como o banco de desenvolvimento local do município, conforme verificado na análise dos serviços ofertados e na magnitude dos números apresentados, contribuindo de forma direta para a expansão da relação crédito/PIB no município. Esta consolidação faz com que a prefeitura e a câmara municipal mantenham parceria com a cooperativa, de modo que a mesma efetue os serviços de pagamento de suas folhas de pessoal e arrecadação de tributos municipais.

Os aposentados do município também estão contemplados pela cooperativa, que paga seus benefícios. Os aposentados são beneficiados também pela oferta de créditos consignados, assim como os trabalhadores da prefeitura.

Conforme analisado na pesquisa, percebe-se que a renda do município é composta por aposentadorias, salários dos funcionários públicos municipais e da renda gerada no meio rural, cuja produção mais expressiva se verifica na produção de gado leiteiro, seguido pela criação de caprinos e plantação de alimentos básicos como o milho, feijão e mandioca. Desta forma, a cooperativa possui serviços e produtos financeiros que contempla as três principais rendas municipais e, desta forma, procura estruturar ações para que esta riqueza gerada permaneça no município e faça com que os benefícios da sua utilização, de forma inovadora e empreendedora, permitam a expansão dos negócios geradores de emprego e renda, tanto na sede do município, quanto na zona rural.

A Sicoob Sertão potencializa as parcerias que efetiva com os órgãos e poderes públicos em nível local, regional e nacional, assim como, com entidades da sociedade civil organizada nacional e internacional para fomentar o desenvolvimento local no município. Neste sentido, depoimentos colhidos de cooperados empreendedores, que estão fazendo uso de seus serviços e ampliaram em 100% a sua renda, comprovam a característica positiva para a economia local da cooperativa.

No município de Pintadas se conseguem perceber desde a primeira gestão à frente da prefeitura, da atual deputada Neuza Cadore, até a gestão do atual prefeito Valcyr Rios, os benefícios da atuação integrada da sociedade civil, pois a sociedade discute de forma organizada os seus problemas, conforme ocorre com o modelo de gestão participativa implantada no município, no qual os cidadãos apresentam seus problemas e encaminham soluções inovadoras. Um exemplo destas ações é própria existência da Sicoob Sertão, que por sua vez funciona como um multiplicador de soluções alternativas à população do município no que se refere ao contexto das atividades financeiras e o financiamento do consumo e investimentos produtivos, no meio urbano e rural.

A qualificação dos serviços da Sicoob Sertão como um instrumento a serviço do desenvolvimento local do município se verifica na ampla gama de serviços e atendimento às demandas por infra-estrutura, pois ao se disponibilizar recursos para a compra de imóveis, veículos, equipamentos e reformas, permitem-se criar condições de mudança do perfil da base produtiva de seus associados, colocando-os em outro patamar de qualidade de vida, de modo a que possa expandir suas potencialidades empreendedoras. Mas a atuação da entidade não se limita aos financiamentos de investimento, pois o financiamento ao consumo e ao atendimento ao capital de giro faz com que se gere um efeito multiplicador para a geração de riqueza dentro dos setores produtivos local, nas zonas urbana e rural, sendo visível aos habitantes do município o diferencial de volume de negócios prosperando, o que consolida ainda mais a Sicoob Sertão como entidade representativa no setor financeiro do município.

Convém ressaltar, que diante desta consolidação alcançada ao longo de 10 anos de atuação e devido à carência por instituições desta natureza, em municípios vizinhos, o processo de expansão regional se verificou como um processo natural, através da abertura e consolidação das atividades dos postos de Ipirá, Capela do

Alto Alegre e Várzea da Roça. No município de Ipirá, ocorreu um fenômeno interessante, no qual a entidade possui volume de sócios maior que na sede de Pintadas, acrescentando que no município de Ipirá existem outras instituições financeiras, que atendem ao público em geral.

As perspectivas futuras da entidade, de acordo com seus dirigentes, passam pela sua transformação em instituição de livre admissão. Esta mudança abrirá uma nova perspectiva de apoio ao desenvolvimento local no município, porém de uma forma mais efetiva, pois suas atividades serão abertas ao público em geral, incluindo microempresários formais. Este aspecto promoverá maior capitalização da entidade e maior volume de captação de depósitos à vista e a prazo, permitindo maior poder de penetração no apoio aos empreendimentos urbano e rural.

Para tanto, a entidade deve formular um projeto de alteração nos Estatutos para que possa se adequar à legislação referente às entidades de livre admissão, assim como apresentar o projeto de conversão ao Bacen, para que seja homologado. Por se tratar de uma perspectiva de mudança estrutural na atuação da entidade envolvendo mudança de Estatuto, a proposta deve passar pela Assembléia da entidade. Um ponto positivo se verifica no incentivo por parte do Bacen, para que as cooperativas de crédito rural se transformem em livre admissão.

O envolvimento da Sicoob Sertão no dia-a-dia da vida urbana do município faz revelar que a entidade estará seguindo uma tendência natural, no qual se almeja uma relação de integração entre investimentos urbano e rural, nos quais novos produtos e serviços podem ser ofertados à comunidade de associados, nos quais as Assembléias se tornarão mais discursivas, uma vez que, a vida comercial urbana acompanha a vida no campo e sua sustentabilidade passa pela renda gerada no meio rural, pois as mesmas se complementam.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desarrollo económico local y distribución del progreso técnico**: una respuesta a las exigencias de ajuste estructural. Tradução Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1998.

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, Df, n. 23, p.263-286, jun. 2001.

ARERO, Anício Bechara. **A produção de cacau na região transamazônica: um estudo de caso sob o ponto de vista da agricultura familiar**. 2004. 130 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Economia) - Universidade da Amazônia – Unama, Belém, 2004. Disponível em: <<http://www.unama.br/supos/mestrado/mestradoEconomia/dissertacoes/PDF/2004/a-producao-de-cacau-na-regiao-da-transamazonica-um-estudo-de-caso%20sob-o-ponto-de-vista-da-agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2007.

AUGUSTO, Eduardo Agostinho Arruda. **Georreferenciamento de imóveis rurais: a gratuidade legal**. Conchas, SP, 19 abr. 2005 Disponível em: <<http://www.irib.org.br/salas/boletimel1705.asp>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO DA ECONOMIA FAMILIAR E SOLIDÁRIA - ANCOSOL. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.ancosol.org.br>>. Acesso em 03 maio 2008.

BARQUERO, Antônio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 280 p.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Ensaio em cooperativismo**. Piracicaba, SP: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ, Departamento de Economia e Sociologia Rural, 1998. 188 p.

\_\_\_\_\_. **A Nova Geração de Cooperativas e a Coordenação de Sistemas Agroalimentares**. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES, 2., 1999, Ribeirão Preto, SP. **[Trabalho apresentado]**. Ribeirão Preto, SP: Faculdade de Economia e Administração – FEA/USP, 1999, p. 1-18.

BITTENCOURT, Gilson. **Microcrédito e microfinanças no governo Lula**. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/Microcredito\\_Microfinan%27as\\_do\\_Gov\\_%20Lula\\_30-06-05.ppt](http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/Microcredito_Microfinan%27as_do_Gov_%20Lula_30-06-05.ppt)>. Acesso em: 22 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. **Cooperativas de crédito solidário: constituição e funcionamento**. 2ª ed. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD;

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS; Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT, 2001. 143 p.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004. 160p.

BOURDIN, Alain. **La question locale**. Tradução Orlando dos Reis. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. 237 p.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 1999. 105 p.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural: como criar e administrar com a comunidade**. Florianópolis: Ministério da Agricultura e Abastecimento – MA; Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR; Agência Brasileira de Cooperação – ABC/ITAMARATY; Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD, 1997. 38 p.

\_\_\_\_\_. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. 2006, 373 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CANDIOTA, Luis Augusto. Crédito e Desenvolvimento Econômico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DERIVATIVOS E MERCADO FINANCEIRO, 1., 2003, Campos do Jordão. **[Trabalho apresentado]**. São Paulo: Bm&f, 2003. p. 6 - 20. Disponível em: <<http://www.bmf.com.br/portal/pages/imprensa1/destaques/2003/agosto/PalestrasCongresso.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2003.

CODES, Ana Luiza; LOIOLA, Elizabeth; MOURA, Suzana. **Perspectivas da Gestão Local do Desenvolvimento: as experiências de Salvador e Porto Alegre**. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenanpur.html>>. Acesso em: 07 out.2006.

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL PINTADAS – SICOOB SERTÃO. **Relatório do Conselho de Administração, 2004-2007**. Pintadas, Ba, 2005 - 2008.

\_\_\_\_\_. **Manual de Política de Crédito, 2008**. Pintadas, Ba, 2008. 10 p.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Brasília, DF: Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor (SEBRAE), 2005, p. 20-37.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS CENTRAIS UNICREDS – UNICREDI DO BRASIL. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.siredi.com.br>>. Acesso em 02 maio 2008.

CRUZ, Maria do Carmo Meireles T. (Coord.). **Projeto Conexão Local - Ano II: Noções e percepções sobre a sustentabilidade da Rede Pintadas**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2006. Disponível em: <[http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/interna/Conexao\\_Local09\\_CL\\_2006\\_REDESPIN\\_TADAS.pdf](http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/interna/Conexao_Local09_CL_2006_REDESPIN_TADAS.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2008.

DOWBOR, Ladislau. **O Desenvolvimento local e a racionalidade econômica**. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/06deslocalcurto4p.doc>>. Acesso em: 13 mar. 2007.

EVANGELISTA, Francisco Raimundo. **A Agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Escritório Técnico de Estudos econômicos do Nordeste (ETENE), 2000. 12 p. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede\\_Irrigacao/Docs/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF](http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF)>. Acesso em: 18 março 2007.

FISCHER, Fernando; NASCIMENTO, Antônio. **Projeto Rede Pintadas**. 1ª Ed. São Paulo: Projeto Gestão Pública e Cidadania, 2003. 19 p. Disponível em: <<http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/20experiencias2002/1%20-%20rede%20pintadas.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2007.

GEOGRAFIA do Brasil. In. WIKIPEDIA Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Brasil)>. Acesso em: 07 fev. 2008.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Sílvia Elizabeth de C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO, 2000. 74 p.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000: o Brasil município por município**, 2004 Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., 2001, Belém. **[Trabalho apresentado]**. Belém: [s.n], 2001, p. 1 - 14. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/trabalhosbsp3.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Sancionada a Lei da Agricultura Familiar**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid=9828&scid=283>>. Acesso em 18 de mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **Novas regras simplificam acesso de agricultores ao Pronaf**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=1862>>. Acesso em 23.05.08.

\_\_\_\_\_. **Crédito Rural do Pronaf por ano Fiscal**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://smap.mda.gov.br/credito/anofiscal/anofiscal.asp>>. Acesso em: 26 de maio de 2008

MENEGUETTI, Gilmar Antônio. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar**. Porto Alegre: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, [199?]. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agricultura/art18.htm>>. Acesso em: 20 de jan. de 2007.

MILANI, Carlos Sanchez. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: Lições e experiências de Pintadas (Bahia, Brasil)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia - UFBA, Núcleo de Estudos sobre Poder Local - NEPOL, 2003. 30 p. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>. Acesso em: 20 de Jan. de 2007.

NICÁCIO, José Ângelo. **Alianças estratégicas entre agroindústrias integradas em cooperativas**. 1997. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 1997. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta97/nicacio/cap1.htm>>. Acesso em: 27 maio 2007.

OLIVEIRA, Elias Rodrigues; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local: o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas – Minas Gerais**. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina, MG, [Trabalho apresentado]. Diamantina, MG: [s.n.] 2002, p. 1-17.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Apresentação institucional**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em 15 abr. 2008.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito rural: história da evolução normativa no Brasil**. 5ª ed. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2007. 94 p.

RIBEIRO, Ana Paula. Taxa de juros fecha 2007 no menor patamar registrado. **Jornal Folha on Line**, Brasília, DF, 29 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u367814.shtml>>. Acesso em: 23 de fev. de 2008.

SEMINÁRIO BANCO CENTRAL DE MICRO FINANÇAS, 6., 2007. Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007. 28 p.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. 409 p.

SISTEMA CRESOL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTENÇÃO SOLIDÁRIA – CRESOL. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br>>. Acesso em 03 maio 2008.

SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB BRASIL. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.sicoob.com.br>>. Acesso em 02 maio 2008.

SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO – SICREDI SERVIÇOS. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.sicoob.com.br>>. Acesso em 02 maio 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SILVA, Emanuel Sampaio; McINTYRE, Jimmy Peixe; SILVA PIRES, Maria Luiza Lins (Coordenadores). **Panorama do cooperativismo brasileiro: histórias, cenários e tendências**. Recife: UFRPE; UFRJ; UFPR; UNISINOS; Rede de Universidade das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos – UNIRCOOP, 2003. 55 p.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **Microfinanças: O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2007. 170 p.

TROSTER, Roberto Luis. **Spread bancário no Brasil**. Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN, [200?], 17 p. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/ArquivoServicosImprensaspreadbancario0307c.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2008.

VALADARES, José Horta. **Teoria geral do cooperativismo**. 1ª Versão. 2005. 116 f. Pós-graduação em Cooperativismo - Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG. 2005.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Série Economia Solidária. Rio de Janeiro: FASE, 1999. 134 p.

## APÊNDICE A - Entrevistas

RAMOS, Milton Aparecido. **Estudo de Caso da Sicoob Sertão**. Pintadas, Ba, 19, 20 e 21 de maio de 2008. Registro do processo de criação e desenvolvimento da Sicoob Sertão. Entrevista concedida a Adelmo Bittencourt Pereira. 2 h e 11 min e 07 segundos.

Entrevista concedida entre os dias 19, 20 e 21 de maio de 2008 no qual o Sr. Milton, Presidente da Sicoob Sertão, revelou como se deu o processo de criação da Sicoob Sertão. Após a superação das dificuldades iniciais de aceitação por parte da sociedade de Pintadas dos serviços prestados pela cooperativa, inicia-se a fase de expansão da entidade. Um fator importante para a consolidação da entidade, formando um sólido patrimônio foi o papel de gestão equilibrada das diretorias que administraram a entidade desde a sua criação, engendrando um processo contínuo de capitalização da entidade objetivando expandir seus fundos para empréstimos de modo a atender melhor às demandas dos cooperados. Em seguida o Sr. Milton informa sobre as perspectivas em relação ao futuro da entidade onde se pretende discutir em Assembléia a mudança para cooperativa de crédito de livre admissão.

OLIVEIRA LIMA, Odiley. **Estudo de Caso da Sicoob Sertão**. Pintadas, Ba, 19 de maio de 2008. Registro das atividades desenvolvidas pela Sicoob Sertão nas áreas de educação e cultura. Entrevista concedida a Adelmo Bittencourt Pereira. 20 min. 30 seg.

Entrevista concedida em 19 de maio de 2008 no qual o Sr. Odiley, Vice-presidente e Gerente administrativo – Sicoob Sertão, informou sobre os projetos educacionais desenvolvidos pelo Departamento de Educação Cooperativa – DEC, assim como explica de que forma a cooperativa participa e apóia eventos sócio-culturais na região.

ALMEIDA, Darnival Epifânio de. **Estudo de Caso da Sicoob Sertão**. Pintadas, Ba, 20 de maio de 2008. Registro das lutas populares no município de Pintadas. Entrevista concedida a Adelmo Bittencourt Pereira. 41 min. 11 seg.

Entrevista concedida em 20 de maio de 2008, no qual o Sr. Darnival, Secretário de Agricultura do município de Pintadas e sócio fundador da Sicoob Sertão, explicou como se deu a Luta do Lameiro no município de Pintadas. O Sr. Darnival fala da importância dos mutirões comunitários e de que forma o movimento organizado dos agricultores, juntamente com o STR e as CEBs conseguiram desenvolver projetos em cooperação com outras entidades de modo a aumentar o acesso a terra aos agricultores do município.

MENDES DE ALMEIDA, Daniel. **Estudo de Caso da Sicoob Sertão**. Pintadas, Ba, 21 de maio de 2008. Registro da influência dos movimentos sociais da Igreja Católica sobre a organização social e política dos agricultores do município de Pintadas. Entrevista concedida a Adelmo Bittencourt Pereira. 50 min. 27 seg.

Entrevista concedida em 21 de maio de 2008, no qual o Sr. Daniel, Agricultor e sócio fundador da Sicoob Sertão revelou mais detalhes sobre a Luta do Lameiro e

expõe sobre a importância da chegada de Padres e Freiras Católicas italianos no município contribuiu para que os agricultores fossem organizados e encorajados a lutar por seus direitos a uma vida mais digna.

OLIVEIRA, Solange Paixão de Jesus. **Estudo de Caso da Sicoob Sertão**. Pintadas, Ba, 20 de maio de 2008. Registro do processo de criação da Rede Pintadas. Entrevista concedida a Adelmo Bittencourt Pereira. 29 min. e 42 seg.

Entrevista concedida em 20 de maio de 2008, no qual a Sra. Solange, Colaboradora da Fundação Padre Ricardo e Presidente da Rede Pintadas, informou sobre a formação da Rede Pintadas, seus objetivos, as instituições que a compõe e revela de que forma se verificam as discussões nas reuniões da entidade de forma a priorizar temas de interesse social do município de Pintadas.

FERANADES DE ALMEIDA, Rejane. **Estudo de Caso da Sicoob Sertão**. Pintadas, Ba, 20 de maio de 2008. Registro dos serviços financeiros ofertados pela Sicoob Sertão. Entrevista concedida a Adelmo Bittencourt Pereira. 56 min. e 16 seg.

Entrevista concedida em 20 de maio de 2008, no qual a Sra. Rejane, gerente de expediente da agência Pintadas da Sicoob Sertão, informou sobre os serviços ofertados pela cooperativa e de que forma estes serviços contribuem para a geração de emprego e renda no município, pois os recursos são aplicados no município fazendo com que a renda gerada circule localmente.

PEDREIRA DE ALMEIDA, Romildo. **Estudo de Caso da Sicoob Sertão**. Pintadas, Ba, 19 e 20 de maio de 2008. Registro dos principais números relativos às atividades operacionais da Sicoob Sertão. Entrevista concedida a Adelmo Bittencourt Pereira. 1 hora e 10 min. e 22 seg.

Entrevista concedida em 19 e 20 de maio de 2008, no qual o Sr. Romildo, Gerente de crédito - Sicoob Sertão, revelou a magnitude dos números da entidade em relação aos serviços de crédito e captação de recursos nos três postos de atendimento da entidade de forma que se verificou o nível de atividades da entidade e de forma a que se pudesse efetuar um paralelo entre o volume de recursos gerenciado pela cooperativa e a sua relação com a renda gerada no município de Pintadas.

SILVA, Reinaldo Guimarães da. **Estudo de Caso da Sicoob Sertão**. Pintadas, Ba, 20 de maio de 2008. Registro dos impactos junto aos seus cooperados das atividades e serviços ofertados pela Sicoob Sertão. Entrevista concedida a Adelmo Bittencourt Pereira. 07 min. e 35 seg.

Entrevista concedida em 20 de maio de 2008, no qual o Sr. Reinaldo, Agricultor e sócio Sicoob Sertão, revelou a importância de a cooperativa ter se constituído após o fechamento da agência do Baneb no município. Através dos serviços financeiros que a cooperativa proporcionou, houve a possibilidade de efetuar investimentos que estão gerando mais trabalho e renda para sua família.

LIMA, Lourival Oliveira de. **Estudo de Caso da Sicoob Sertão**. Pintadas, Ba, 20 de maio de 2008. Registro dos impactos junto aos seus cooperados das atividades e serviços ofertados pela Sicoob Sertão. Entrevista concedida a Adelmo Bittencourt Pereira. 07 min. e 25 seg.

Entrevista concedida em 20 de maio de 2008, no qual o Sr. Louvival, Agricultor e sócio Sicoob Sertão, informou que pode diversificar as fontes de renda de sua família através dos créditos de curto e longo prazo proporcionados pela cooperativa.

O crescimento do número de cooperativas afiliadas possibilitou a inauguração de mais uma Central: a Cresol Central, com sede em Chapecó, Santa Catarina, que coordena as ações da maioria das cooperativas do Sistema em Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, conforme revela Búrigo (2006). Embora a divisão seja algo natural decorrente do próprio processo de expansão, convém salientar que o Sistema Cresol conseguiu inovar porque vem viabilizando este crescimento mantendo-se fiel às suas bases sociais, no qual os agricultores familiares com baixa escolaridade se mantêm como dirigentes máximos do Sistema e provam que as camadas mais pobres podem se inserir como atores bem sucedidos no SFN, para tanto, usam a força da participação comunitária na gestão das cooperativas e superação dos problemas que se apresentam.